

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

ESTUDOS DE TEATRO



TEATRO AVEIRENSE

Judite Conceição Afonso Lopes

Mestrado em Estudos de Teatro

2008

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

ESTUDOS DE TEATRO



TEATRO AVEIRENSE

Judite Conceição Afonso Lopes

Dissertação orientada pela Professora Doutora

Maria João Brilhante

Mestrado em Estudos de Teatro

Janeiro de 2008

Resumo

O trabalho desenvolvido no âmbito desta dissertação pretende desvendar como a vontade de um grupo de anónimos, sedentos das artes dramáticas, conseguiu erigir um espaço - o do Teatro Aveirense - que conta com mais de 125 anos de vida. As suas necessidades e motivações, as alegrias e tristezas, as vicissitudes dos tempos e os problemas inerentes a tão grandiosa obra numa cidade de província.

Paralelamente, são apresentadas as companhias e peças que se exibiram nos palcos da cidade, tomando em consideração o seu registo cronológico. Dá-se especial destaque às companhias amadoras devido à importância que tiveram na formação de públicos e mentalidades, bem como no seu papel preponderante para a História do Teatro em Portugal.

Palavras Chave:

Teatro Aveirense, peças, companhias, Aveiro, História do Teatro.

Abstract

The work developed within the scope of this thesis, intends to unravel how the will of a anonymous group, thirsty of dramatic art, manage to erect a space – the “Teatro Aveirense” – that counts over than 125 years of existence. Their need and motivations, their joy and sadness, the ups and downs of life and the inherit problems associated to such a huge achievement in a rural city.

In parallel, the companies and plays that showed themselves in the city stages are presented, taking in considerations their chronological record. A special attention is given to amateur companies due to the importance they had in modelling publics and mentalities, as well as their preponderant part in the History of the Portuguese Theatre.

Keywords:

Theatre Aveirense, plays, companies, Aveiro, History of the Theatre.

Agradecimentos:

Alguns anos após o início desta caminhada, há que registar as palavras de apoio que recebi de muitas pessoas, em virtude das várias dificuldades encontradas até aqui chegar.

Na impossibilidade de registar o nome de todas essas pessoas – familiares, amigos, colegas de curso e professores – fica um reconhecimento especial para:

- a professora Doutora Maria João Brilhante, pela orientação e pelo mostrar de caminhos alternativos, que me levaram a outros “palcos”;
- a minha irmã e familiares mais directos, que a altas horas da noite me iam buscar ao comboio;
- a Carla Serôdio, arquivista da Biblioteca Municipal de Aveiro, e o Sr. Evangelista, pelas horas de conversa acerca da história de Aveiro, em geral, e pelo teatro, em particular;
- aos colegas de curso, com quem convivi mais directamente, por apoiarem a minha coragem em me envolver em tão árdua tarefa, tendo em conta condicionantes geográficos e profissionais;
- o meu marido, que ficou privado de algum tempo livre, por causa desta minha outra paixão.

À minha filha Maria João,
que teve de esperar algum tempo
para “entrar em cena”...

ÍNDICE

Introdução	1
1. Enquadramento Histórico e Social de Aveiro	7
2. Antecedentes do Teatro Aveirense	13
2.1 O Teatro na Feira de Março	15
2.2 O Teatrinho São João Baptista / Teatro da Fábrica	20
2.3 O Teatro dos Artistas Aveirenses / Teatro da Rua do Rato	23
2.4 Motivações para a construção de um teatro em Aveiro	25
3. Envolvimento da sociedade aveirense na criação e funcionamento de um Teatro	29
3.1 As Direcções	30
3.2 Políticas de acolhimento	37
4. As crises e as suas razões	44
4.1 Condições do edifício	45
4.2 Concorrência	49
4.3 Conflitos	55
4.4 Chegada do Cinema	56
5. Memória artística de um Teatro	60
5.1 As companhias acolhidas	61
5.1.1. Os reportórios	71
5.2. Os Grupos/Companhias locais	73
5.2.1 Grupos de duração efêmera ou intermitente	90
5.2.2 Os actores e as actrizes	94
5.2.3 Os reportórios	96
5.2.4 As notícias da imprensa	98
6. Conclusão e pistas de trabalho	103
Bibliografia	106

ANEXOS:

- I. Mapas e plantas da cidade
- II. Plantas do Teatro Aveirense, de diferentes épocas
- III. Fotografias diversas
- IV. Lista de espectáculos realizados em Aveiro antes da construção do Teatro Aveirense
(1853-1874)
- V. Lista de espectáculos realizados no Teatro Aveirense (1881-1987)
- VI. Lista de espectáculos realizados noutros espaços:
 - Feira de Março (1884, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907)
 - Palco Desmontável na Avenida (1938, 1939, 1943)
 - Cine-Teatro Avenida (1949-1951)

Introdução

*É revista escolaresca
leve e muito variada;
poderá valer bem pouco
mas não quer ser pateada.
(Última visita de Pangloss, 1956)*

Até meados do século XIX, os poucos dados que temos acerca da vida teatral aveirense referem algumas encenações esporádicas, a maior parte das vezes, relacionadas com festas religiosas. A partir de então, o dia-a-dia dos cidadãos começa a estar registado em periódicos locais. Felizmente, alguns chegaram até aos nossos dias. Neles, além das muitas tricas políticas, também encontramos, por vezes, referências aos tempos livres e a outras actividades mundanas, o que nos permite, neste caso, reconstruir a História do Teatro em Portugal e acompanhar a vida das colectividades locais, que tanto contribuíram para a mesma.

Numa cidade cosmopolita como Aveiro, no século XIX, as actividades lúdicas dos cidadãos não eram muitas, devido à escassez de tempo e à própria falta de variedade das mesmas. Dois momentos se impunham no calendário de festas dos aveirenses: os bailes de “mi-carême” (em Fevereiro e/ou Março) e a Feira de Março (em Março e Abril). Ao longo do ano, à excepção de umas touradas ou de alguma romaria, pouco mais havia onde distrair os espíritos, após a labuta na ria ou nos campos – as duas principais actividades que dinamizavam a economia local.

Era com alguma dificuldade que os aveirenses conseguiam assistir a espectáculos de teatro. Alguns periódicos falam em encenações pontuais, em casa de pessoas mais abastadas, e, portanto, não acessíveis a todas as classes. Só em Março, por alturas da feira anual com o mesmo nome, é que o povo, em geral, tinha acesso a alguma representação. Por tal motivo, não é de estranhar que toda a gente ansiasse por espaços condignos, onde se pudesse entreter.

Curiosamente, serão os mais desfavorecidos os iniciais impulsionadores das artes cénicas aveirenses, construindo os primeiros teatros da cidade, inicialmente na Rua da Fábrica e, mais tarde, um outro na Rua do Rato (Anexo I, documento 1). Nesses espectáculos, predominavam, sobretudo, as farsas ou comédias dos inúmeros autores que então proliferavam e, de quando em quando, também havia oportunidade de assistir a algum “dramalhão”, dos de fazer chorar “as pedras da calçada”...

Com tanto público ávido de passatempos, que aperfeiçoava a veia cómica ou melodramática em cada encenação a que assistia, é natural que o espaço destes “teatrinhos” fosse pequeno, sobretudo para receber os grandes mestres da altura. Cada vez se desejava mais e melhores acomodações. Contudo, até à construção do Teatro Aveirense, muita polémica havia de propalar-se.

As primeiras “pancadinhas de Molière” soaram no Teatro Aveirense na noite de 5 de Março de 1881. O momento era solene e de enorme orgulho para a população, pois há muito que se esperava por tal cerimónia. Na realidade, desde que José Estêvão tinha conseguido o terreno, vinte e sete anos se tinham passado com muitos obstáculos à mistura. Era, por isso, um momento único no qual todos queriam participar. A Companhia, de “primeira ordem”, vinda de Lisboa, estava contratada para três dias de espectáculo. O sucesso foi tão grande que acabou por prolongar a sua estada, aproveitando o facto de, finalmente, haver um local pequeno mas condigno, um dos melhores da província – como se dizia. A plateia, reduzida, era composta de geral, superior e cadeiras; possuía frisas a toda a volta e, por cima, duas ordens de camarotes.

Desde então, e exceptuando momentos pontuais em que esteve fechado para remodelações, o Aveirense não mais deixou de ser o palco principal da cidade. Resistindo à porfia de outros espaços e de outros divertimentos, após 125 anos, continua a ser o principal tablado de Aveiro. Para tal, houve que evoluir e, com mais ou menos dificuldade, ir fazendo as adaptações à medida que o progresso o solicitava (Anexo I, documento 3). Primeiro, a necessária protecção do espaço contra incêndios; depois, a instalação da luz eléctrica e, posteriormente, a ampliação da sala, uma vez que o espaço era exíguo para abarcar um maior número de público.

Aqui foram apresentados grandes sucessos, não só por actores profissionais, como também por aqueles que faziam do teatro um passatempo dos seus serões de ócio. O cartaz de espectáculos sempre foi muito variado, sendo que, de um modo geral, as companhias profissionais, ofereciam, essencialmente, teatro declamado e, mais tarde, revistas, as amadoras tinham tendência para apresentarem operetas e revistas, enquanto os alunos do Liceu ofereciam os autores nacionais, também com muito êxito, no que se refere a números de assistentes.

Apesar de, ao longo de muitos anos, se ouvir falar em decadência, o verdadeiro amante do teatro não deixou de lutar contra esta crise que, pontualmente, se instalava. E, quando tal acontecia, foram, sobretudo, as companhias profissionais, de Lisboa e Porto, as mais afectadas. Pelo contrário, à semelhança do que se passava um pouco por todo o país, as inúmeras companhias de amadores que proliferavam na cidade, não tinham “mãos a medir”. Sempre com casa repleta e, dizia-se, com uma perfeição digna de actores habituados à cena,

não espanta que, depois, as companhias não locais tivessem de inovar, caso quisessem ser bem acolhidas. Mesmo quando as companhias amadoras apresentavam espectáculos de inferior qualidade, não deixavam de ser muito aplaudidos pelos seus conterrâneos. Situação que não era bem compreendida por alguns intelectuais e por todos os que queriam acompanhar as novas correntes teatrais que vinham de fora, reprovando fortemente o fraco gosto dos seus concidadãos.

O grande actor Alves da Cunha representou quarta-feira no Teatro Aveirense. Ninguém nos camarotes. Meia plateia. A porcaria do *Cantar do galo* deu 13 representações com enchente à cunha! Aveiro mostra em tudo a sua intelectualidade. [*O Povo de Aveiro*, 9.05.1937]

No entanto, nesta querela entre o anónimo pagante e o crítico intelectual, a vitória estará do lado do primeiro. Para que o teatro sobreviva, é preciso público e, como veremos mais adiante, este sentia uma certa relutância em aderir a novas técnicas e a novas correntes estéticas. Por isso, entre o certo e o incerto, as companhias optavam por ir ao encontro do gosto daqueles que lhes davam audiências e, conseqüentemente aplausos e lucros financeiros.

Esta tese visa, pois, o levantamento destes momentos e o registar dos espectáculos realizados, perpetuando a memória dos nossos antepassados que, com tanto labor e sacrifício, e, muitas vezes, contra inúmeras dificuldades, conseguiram levar a cabo tão árduas tarefas (Anexo IV, V e VI). Além disso, veremos até que ponto a sociedade aveirense se absorveu na criação e construção do seu Teatro. O que é que terá levado a que muitos se endividassem por causa desta paixão? Que alegrias e tristezas trouxe à região este “negócio” para o qual a maior parte da população contribuiu? Que dificuldades houve, depois, que ultrapassar para que este sonho não desabasse?

Este trabalho será desenvolvido em seis partes. Os dois primeiros capítulos tratam de enquadrar o Teatro Aveirense ao nível histórico e social, bem como dos teatro seus antecedentes. No capítulo 3 veremos qual o papel da sociedade aveirense na edificação e manutenção de um espaço como este. Em teatro sempre se falou em crise e, por isso, veremos, no capítulo 4, como é que esta afectou o Aveirense. O último capítulo de pesquisa

prende-se com a memória artística deste Teatro, fazendo-se o cadastro das companhias que actuaram neste palco e as marcas que deixaram na sociedade aveirense. Por último, apresento as reflexões finais, tecendo considerações e sugerindo possibilidades para futuras pesquisas nesta área.

Duas Notas:

- Tendo em conta que este trabalho cita documentos referentes a um período alargado na História de Portugal, assistindo-se à evolução da ortografia da Língua Portuguesa, foram actualizados os nomes, os títulos e a sintaxe, em geral. Quando não foi possível encontrar termo equivalente, manteve-se o original, em itálico.
- O Teatro Aveirense sofreu diversas obras ao longo dos anos, obras essas que o foram descaracterizando e alterando profundamente. Iniciou-se, então, um processo de decadência gradual, que culminou com o seu encerramento e a posterior reconstrução. Por estes motivos, esta tese percorre privilegia a fase de nascimento e maturação do mesmo, fazendo apenas referência breve à sua actividade após os anos sessenta.

1. Enquadramento Histórico e Social de Aveiro

*Viva o Senhor José Estêvão
Coelho de Magalhães,
Se ele agora fosse vivo,
Eu dava-lhe os parabéns.
(Ao cantar do galo, 1937)*

A cidade de Aveiro é, do ponto de vista da sua arquitectura, uma cidade relativamente jovem, quando comparada com outras capitais de distrito. Na verdade, no seu perímetro urbano, não se encontram muitos monumentos ou vestígios arquitectónicos que sejam motor de forte atracção turística, para além de algumas igrejas e capelas. O monumento mais antigo que chegou até nós – a Sé de Aveiro - data do final do século XV, encontrando-se instalado na Igreja do antigo convento de São Domingos. Desse período, pouco resta, uma vez que a sua fachada é já barroca (de 1719) e o interior bastante mais pobre. Para além dele, só o Museu da cidade – antigo convento de Jesus – e a Igreja da Misericórdia é que são motivos de alguma demora. Porém, na história de Aveiro, terão havido outros monumentos interessantes, não tendo, contudo, chegado aos nossos dias ou porque os deixaram cair ou porque foram demolidos, uma vez que a expansão da cidade a isso obrigava. Foi o que aconteceu com as muralhas datadas do século XIV e as suas oito portas, o aqueduto e várias capelas e igrejas de características invulgares, dos quais se encontram testemunhos escritos em documentos da época. (Anexo I, fig. 3, e anexo III)

Quem hoje visita Aveiro, procura a originalidade do seu casario, nomeadamente os edifícios em Arte Nova, a luminosidade do céu e o convívio da planície com o mar. Na parte mais antiga da cidade - mas com traços modernos - facilmente se encontra uma rua cortada a meio por um braço de ria, ou um carro que circula, paralelamente a um barco. É esta singular situação geográfica que, ao longo de vários séculos, lhe serviu de factor de progresso ou retrocesso.

Apesar de a sua existência já ser antiga, só nos últimos séculos é que Aveiro conheceu uma grande expansão. A primeira referência à toponímia aveirense data do ano 959, altura em que a condessa Mumadona Dias doa em testamento toda a região ao mosteiro de Guimarães. Estes terrenos eram importantes devido às suas salinas e ao facto de se encontrarem à beira mar.

No século XV, há que destacar duas datas no crescimento da região: 1434 e 1472. A primeira, refere-se à data em que D. Duarte concedeu à vila o privilégio de uma feira franca anual que ainda hoje se realiza: a Feira de Março. A segunda, prende-se com o ano em que a filha de D. Afonso V, a Infanta D. Joana, entra no Convento de Jesus, professando uma vida religiosa até à sua morte. Estes dois momentos, juntamente com a actividade continuada da

pesca e do comércio marítimo, foram factores determinantes de desenvolvimento da região. Como veremos mais adiante, a importância da Feira de Março transpõe as habituais trocas comerciais, uma vez que os seus aficionados procurarão também os divertimentos e as actividades de lazer a baixo preço, bem como as novidades trazidas de outras partes.

Perante tais circunstâncias, muitos forasteiros instalaram-se na vila. Na verdade, em 1500, habitavam no burgo cerca de 14 000 pessoas, fazendo de Aveiro uma das maiores vilas de Portugal. Tal como refere Diamantino Antunes do Amaral:

A sua população, amálgama de gente, vinda dos quatro cantos do continente português e que aqui se fixava, subiu extraordinariamente, atingindo os 14 000 habitantes no alvorecer do século XVI. Também neste século os seus 100 navios de alto bordo (naus e galeões, quase todos aqui construídos, segundo Pinho Leal) mantinham um intenso comércio com a África, a Índia e o Brasil, recentemente descobertos. Todos os anos armava 50 a 60 caravelas para a pesca do bacalhau nos bancos da Terra Nova. [...]

Além de tudo, o porto de Aveiro era demandado por mais de 100 navios, na sua maioria estrangeiros, que aqui vinham trazer e comerciar os seus produtos.

Foi, sem dúvida, esta a *idade de ouro de Aveiro* e de toda a região de que era centro. [AMARAL, 1976: 37]

Sendo uma cidade costeira, Aveiro sempre coabitou com o mar, dependendo da sua vontade para o bem e para o mal. E, se até ao século XV, este lhe trouxe progresso, nos séculos seguintes só lhe trouxe adversidade e retrocessos. Senão vejamos os resultados do estudo feito pelo autor aveirense a propósito da evolução da população: [AMARAL, 1976: 43]

Ano	Nº de habitantes
1500	14.000
1572	12.100
1685	10.000
1736	5.300
1767	4.400
1797	3.500

Este longo decrescer demográfico tem a ver com o facto de que, nesses tempos, a ria de Aveiro não escoava bem as suas águas para o mar, o que levava a que as ruas e os campos

ficassem inundados durante muitos dias. Por este motivo, era impossível trabalhar na agricultura, na pesca ou mesmo dentro da própria vila. O comércio estava arruinado, a apanha do moliço – importante para adubar os campos – escasseava e as salinas ficavam submersas grande parte do ano. A construção naval, tão importante nos séculos XV e XVI, viu a sua actividade drasticamente reduzida. A insalubridade era enorme e os cidadãos não podendo trabalhar, acabavam por partir para outras localidades (anexo I, fig.s 1 e 2).

Efectivamente, no tempestuoso inverno de 1575, o cordão litoral continuou a sua marcha para sul, ultrapassando as dunas da Gafanha e um violento temporal entulhou a barra com as areias, não podendo sair – como diz Pedro Leal – nem um iate; os campos tornam-se alagadiços e estéreis, impossibilitando durante muito tempo os trabalhos agrícolas. [...]

[...] Três anos depois, D. Sebastião [...] quis fazer reviver os tempos épicos dos seus antepassados, e Aveiro ainda pode contribuir com um regular número de navios que havia de levar a Marrocos a fina flor da fidalguia de Portugal.[...] [AMARAL, 1976: 38]

Em 1759, é elevada à categoria de cidade, numa altura em que a decadência era grande e o número de residentes francamente diminuto. Apesar desta ajuda do Marquês de Pombal, os problemas com a barra ainda continuaram durante mais alguns anos. Como diz Diamantino Amaral “Aveiro [...] nos fins do século XVIII, era uma cidade de pobres, de famintos e de doentes, que arrastavam a sua dor pelas ruas quase desertas.” [AMARAL, 1976: 48]

Só ao fim de dois séculos de quase abandono pelos poderes públicos é que D. João VI, a 2 de Janeiro de 1802, manda elaborar um projecto para a “abertura e estabilização da barra de Aveiro”. Finalmente, depois de concluído o projecto, em 1808, o nível de água nas ruas da cidade baixou consideravelmente o que permitiu uma nova rotina na vida das pessoas.

Todavia, ainda levou algum tempo até que a população recuperasse de tantos séculos de miséria. À semelhança do que se passava no resto do país, a situação não era favorável: as revoltas eram constantes bem como as guerras civis. Procurava-se a todo o custo um regime político que agradasse à maioria. A Regeneração, e depois Fontes Pereira de Melo, vem trazer alguma paz à população, dando a Portugal um verdadeiro desenvolvimento, ainda que este se sentisse chegar lentamente.

Aveiro não será excepção. A Câmara local começa por estabelecer “medidas que visam melhorar as condições do comércio” [RODRIGUES, 1998:18]. Em 1855, as obras eram tantas que “obrigaram” à destruição da muralha medieval (por ordem do Governo). Tal justificava-se devido à carência de pedras para as várias construções. Por todo o lado, surgiram novos

edifícios e infra-estruturas que melhoraram não só o nível de vida da população existente, mas também atraíram novos investidores e habitantes. Surgiu o primeiro liceu, a primeira escola técnica e industrial e também os primeiros teatros públicos. Lentamente, Aveiro começou a dar continuidade ao desenvolvimento interrompido no século XVI.

Em 1861, o *Distrito de Aveiro*, dava “Graças a Deus, pelo bom estado sanitário da cidade, nos meses de Agosto e Setembro, apesar de se ter semeado o mesmo arroz que em anos anteriores, negando a opinião da Comissão encarregada de estudar a matéria, segundo a qual: “em Portugal prova-se que 16 hectolitros de arroz custam uma vida, que a mortalidade nas terras onde hoje se semeia arroz, comparada com a que havia antes de o semearem, dá cento e cinquenta mais” [*Distrito de Aveiro*, 24.09.1861].

As vias de comunicação – ligando Aveiro às localidades limítrofes – bem como a chegada do comboio, em 1864, ajudaram a que a cidade se tornasse no centro de toda a região envolvente, quebrando a secular dependência da ria e do mar (cf. Rodrigues, 1998: 14). O caminho-de-ferro desempenhou um importantíssimo papel no desenvolvimento da cidade, com alteração significativa na vida das pessoas. Essa vantagem, deve-se a José Estêvão que, ao conseguir “desviar” ligeiramente o traçado previsto para a linha do norte, estava a proporcionar à cidade a oportunidade de um desenvolvimento que há muito se desejava. Graças a esta conjuntura, Aveiro pôde desfrutar de uma civilidade que, de outro modo, teria sido muito mais branda. Começaram a aparecer touradas, circos, espectáculos de ginástica e espectáculos com feras ou animais nunca vistos. Organizaram-se serões com anões, ventríloquos, ilusionistas, malabaristas, prestidigitadores, concertos musicais e bailes de máscaras. Finalmente, a população dispunha de saúde e condições sociais para se divertir e distrair.

Em cem anos, a população residente em Aveiro tinha mais do que duplicado: de 4.000 munícipes em 1802, passou-se para 6.395, em 1864, e para 10.012, em 1900. Só nesse ano, nasceram 247 crianças nas duas freguesias urbanas.

Quando o Teatro Aveirense foi inaugurado, em 1881, Aveiro era, finalmente, um burgo em franca expansão. Esta continuou ao longo da primeira metade do século XX. Em 1903, o *Campeão das Províncias* noticiava que a “febre das construções” em todo o concelho era tamanha que, em todas as reuniões da Câmara Municipal, aparecia “uma ou mais dúzias de requerimentos pedindo licença para obras” quer fossem grandes, quer fossem pequenas.

Em 1904, havia já falta de *alveneres*, carpinteiros e pintores. A necessidade de distração começou a atrair a população, o que fez com que novos espaços surgissem, um pouco por todo o lado.

Ao longo do século XX, o concelho de Aveiro registou um crescimento considerável da população residente. A título de exemplo, entre 1960 e 1981, a população aumentou 31%, variação esta superior à média de Portugal Continental (13%) e do distrito (19%). Tal deveu-se não só à implementação de um grande número de fábricas, mas também à criação da Universidade. Em 2004, o número de domiciliados rondava já os 73.626.

**2. Antecedentes do Teatro
Aveirense**

Aveiro pode mostrar-te

Que o artista apreciou

Ante o génio reverente

Nunca palmas lhe negou [...]

(Poesia oferecida a Mendes Leal, in *Campeão das Províncias*, 30.08.1862)

O Teatro Aveirense não foi o primeiro espaço teatral da cidade. Na verdade, a sua construção resultou do esforço de um grupo de cidadãos, ao verem as condições precárias de funcionamento dos outros teatros da cidade: o Teatrinho de São João Baptista e o Teatro dos Artistas Aveirenses. Nestes dois lugares, durante os anos cinquenta e sessenta do século XIX, realizaram-se várias récitas, não só por amadores como também por artistas nacionais e estrangeiros (Anexo IV). De um modo geral, eram sessões muito procuradas, uma vez que os divertimentos escasseavam.

Consta que também houve outros espaços teatrais na cidade, nomeadamente no Rossio e na Rua do Carril. O Teatro do Rossio funcionou na casa do senhor Matias Freherder, de acordo com o periódico *Campeão do Vouga*, de 24 de Maio de 1856, tendo recebido espectáculos de companhias amadoras e de outras vindas de fora. O público concorrente dividia-se pela plateia – superior e inferior – e pela galeria, se bem que, esta última, fosse só para as “damas” enquanto a plateia inferior se destinava aos espectadores de menores recursos económicos.

No domingo [25] teve lugar no teatro do Rossio a récita que anunciamos no nosso número passado. O espectáculo correu com bastante decência e agradou geralmente. Alguns actores têm bastante prática da cena e desempenharam os seus papéis com desembaraço. [...] A concorrência foi sofrível; a plateia superior estava pouco cheia, se bem que a inferior não pudesse admitir mais concorrentes. A galeria estava quase deserta, e isto não revela que o belo sexo aveirense não goste de assistir a tais divertimentos, mas sim que tem desejos de saber primeiro se a companhia nacional vale a pena de ser escutada atentamente. Não duvidamos responder que sim, recomendando-a ao público benigno. [*Campeão do Vouga*, de 28.05.1856]

E, para o espectáculo do dia 30 de Maio, a galeria chegou mesmo a ser dividida em camarotes.

O outro teatro, o da Rua do Carril, também era chamado Teatro José Estêvão. Tal como em relação ao espaço existente no Rossio, as referências que se encontram são escassas e, por vezes, contraditórias entre si. O Jornal *Campeão das Províncias*, de 16 de Junho de 1880, anuncia, para o Sábado seguinte [dia 18] a inauguração deste “teatrinho: uma construção elegante [cujo] cenário foi pintado por um amador distintíssimo e cujo nome não publicamos para o não ferir na sua modéstia”. De acordo com esse artigo, a comédia de César de Lacerda - *Mistérios sociais* - era encenada pela primeira vez, por

uma sociedade de curiosos. Contudo, o *Arquivo do Distrito de Aveiro*, no seu volume III, num único parágrafo, recorda a seguinte data: “30 de Novembro de 1880: Inauguração do Teatro de José Estêvão, na Rua do Carril. Era um edifício modesto.” Provavelmente, tratar-se-ia de um espaço privado, em virtude da escassez de dados sobre o mesmo.

Todavia, não foi no século XIX que se iniciaram as manifestações teatrais em Aveiro. Cristóvão Pinheiro Queimado¹, um *Licenciado* do século XVII, faz a descrição do que, em 1687, eram as tradicionais festas de São João Baptista, orago da já extinta Capela do Rossio, onde podemos encontrar algumas demonstrações para-teatrais:

N’esta vila todos os nobres d’ela, e da vila de Esgueira que fica d’aqui uma milha para nascente, desde tempos antiquíssimos tem costume de virem ao cais em dia de S. João Baptista celebrar a sua festa com *mui luzidas cavalladas* onde apareciam, e ainda agora aparecem os mais ricos *telizes* primorosamente bordados com bordaduras de ouro e prata, e sedas de varias cores, e veludos ricos de *terciopêlo*, com suas armas brasonadas, e divisadas, trajando os seus mais ricos vestidos de gala, e plumas, e depois de praticarem com a maior destreza, e a mais brilhante mestria diferentes jogos de cavalaria, correm a *sima* pela vila, e acabada esta vistosa função seguem à estacada dos touros, onde cada um à porfia mostra a sua destreza, e manhas em acossar os valentes animais ora de pé, ora a cavalo; [...] e também n’aquela dia se fazem *mui* vistosos fogos de artificio de dia, e também de noite com figuras como bonifrates de *mui* engenhosas invenções.” [TAVARES,1937: 99]

Igualmente, Eduardo Cerqueira dá mais achegas acerca da actividade para-teatral da cidade, dizendo que “o Corpo de Deus figurava entre os dias maiores em Aveiro [...] já nos inícios do segundo quartel do século XVIII fora amputada das costumadas danças e figuras como eram «a serpe e drago, cavalinhos, *fuscas*, *jucalheiras* mouriscas e ciganos» e «mais *cousas* indecentes e jocosas» que distraiam a devoção.” [CERQUEIRA, 1974: 51-52]

2.1 O Teatro na Feira de Março

A Feira de Março sempre foi - e ainda é - um dos locais de divertimento preferido dos aveirenses, devido à variedade e ao preço barato das diversões. Se, actualmente, os hábitos culturais são, felizmente, mais variados, e a oferta de passatempos maior, tempos houve em que só a Feira de Março é que desempenhava tal papel, cabendo-lhe, ainda a

¹ Copiado do original por V. C. C. de Sousa Brandão, e citado por José Pereira Tavares em *Arquivo do Distrito de Aveiro*, volume III, pág. 99

função de mostrar o que se fazia noutras localidades. Aqui viam-se as exposições de artistas de diversas áreas ou simplesmente artistas que gostavam de exibir as suas singularidades, à semelhança do que acontecia um pouco por toda a parte, noutras feiras. Eram muito apreciados os espectáculos dos “Circos de Cavalinhos” – onde se faziam exposições acrobáticas, equestres e cómicas - ou as transformações, prestidigitações e mágicas de pantomineiros vindos dos mais diversos cantos do mundo. Foi graças a esta Feira que muitos se habituaram a ir ao teatro, dando origem a inúmeros actores diletantes.

O registo mais antigo de espectáculos realizados na Feira de Março, reporta-nos ao ano de 1837 e é mencionado por Eduardo Cerqueira no seu artigo “Relance sobre a evolução da secular Feira de Março”, inserido no volume XIII do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, e mais tarde recordado pela imprensa local:

O mais antigo dos espectáculos apresentados na feira que chegou ao meu conhecimento, pelo entusiasmo que despertou no público, foi, em 1837, o Circo Olímpico («sercolo olimpico», na estapafúrdia ortografia do escrivão da Câmara do tempo). Avrilon, artista e empresário, granjeara grande popularidade com a representação de uma qualquer composição cénica, de tons heróicos, em que saía exaltada a figura de D. Pedro IV. [*Litoral*, 26.03.1955]

Segundo o historiador aveirense, foi José António de Resende quem, em nome de Francisco Abrilom – o director da companhia – requereu o sítio, no largo do Rossio, onde se pudesse montar o espectáculo. Na falta de alguém competente para delimitar tal espaço, foi a sessão da Câmara, do dia 8 de Março de 1837, interrompida, para que a própria vereação o fizesse. Ninguém queria perder a oportunidade de ter tal divertimento na cidade. E é muito provável que, nos anos seguintes, tivesse voltado, uma vez que, em 1887, a Câmara de Aveiro fixou algumas taxas a serem cobradas aquando da feira de Março nos “[...] espectáculos públicos, já com simples exposição de figuras, ou animais de qualquer ordem, já com representação dramática, já com cavalinhos, fantoches, pim-pam-pum, etc.” [*Litoral*, 26.03.1955]

A 19 de Março de 1889, iniciam-se as sessões de teatro, no “Barracão do Rossio”, um espaço em madeira construído propositadamente para a feira e onde as companhias permaneceriam durante alguns meses, mesmo depois de a feira ter terminado. Nesse ano,

coube ao senhor Dalot a exploração do espaço, da qual não se deve ter arrependido, uma vez que o público ocorreu em grande.

Durante muitos anos, o Barracão da Feira do Rossio, com os seus espectáculos de feira, conseguiu atrair grande concorrência e juntar muito público. O gosto passou a vício de tal maneira que muitos recorriam à Caixa Económica para poderem aproveitar estes dias de diversão.

No ano de 1893, o empresário Lozano, adquiriu a exploração do espaço e fê-lo de uma forma tão esmerada que permaneceu durante largos meses, sinal de bom acolhimento. Um jornal de 23 de Março, desse ano, transmite-nos uma pequena descrição do espaço, apresentando-o como “amplo e muito decente; a iluminação é a gás mas nota-se falta de luz, o que pode ser remediado dando mais força ao gás.” [*O Povo de Aveiro*, de 23.03.1893] No entanto, o comportamento do público, sobretudo do que gostava de interagir com os artistas durante a actuação dos mesmos, mereceu reparos do jornalista, que pediu a intervenção do Comissário de Polícia.

Foi com o virar do século que este espaço conheceu sucessos de grande qualidade trazidos pela mão da Companhia Lisbonense, cuja memória perdurou durante largos anos. Sob direcção do actor Domingos, a referida Companhia alugou o espaço, em 1901, para gáudio dos aveirenses, que se queixavam de só ter uns “fantoques remendados” ou uma tourada à espanhola como divertimento. *O Povo de Aveiro*, de 31 de Março de 1901, lamentava que só ali – num teatro de feira – se pudesse ver o que no Teatro Aveirense nunca se via, considerando esta companhia superior a muitas das que tinham passado pela sala principal da cidade. A feira, que durava cerca de um mês, era pequena para tanto público ansioso por ver esta companhia, que se sentia na obrigação de permanecer “aos três meses em cada ano, com êxitos sucessivos, com enchentes ininterruptas, exibindo um reportório variado, em que alternavam as mágicas com as comédias, as tragédias com as operetas, os dramas com as revistas do ano”. [CERQUEIRA, 1974: 53] Os seus títulos, além de repetidos várias vezes nesse Barracão, mais tarde, seriam imitados pelos artistas locais (anexo VI).

Na feira seguinte - Março de 1902 - voltaram para mais três meses de sucessos, conseguindo a proeza de atrair os artistas da Companhia Rosas & Brasão, também sediada, por esses dias, na cidade. É que, tanto tempo na terra, fazia com que os artistas

se popularizassem, tornando-se rostos familiares a toda a gente. Quem não conhecia o actor Domingos, o Santos, a Lola, os irmãos José Vítor e Henrique Tainha, a Maricotas e mesmo Joaquim Tainha que acabou os seus dias em Aveiro? Além disso, também tiveram o privilégio de ver os primeiros passos de Ausenda de Oliveira, ao lado de seu pai, Henrique Oliveira. Não admira, pois, que a notícia do enlouquecimento da encantadora Lola, motivada pela cegueira e surdez do popular Domingos, tenha sido recebida com muita tristeza pelos fãs aveirenses, em Agosto desse mesmo ano, ou que a queda, pelo alçapão, da actriz Carlota, durante um espectáculo, os tenha deveras assustado.

Relativamente ao reportório apresentado por esta Companhia, prossegue Eduardo Cerqueira:

[...] as peças, repostas com *indecrescido* agrado ano após ano, conheciam-se quase de cor. Alguns espectadores atrever-se-iam a apontar sem auxílio do texto *A porteira da fábrica*, *Os dois garotos* ou *As duas órfãs* e poderiam contar-se aqueles que antes das cenas de culminante sentimentalismo não houvessem já sacado o lenço da algibeira para enxaguar as irreprimíveis lágrimas doloridas. Com o ouvido musical peculiar aos aveirenses, representaria uma excepção quem não reproduzisse, da entrada à última nota, a partitura dos *Sinos de Corneville*, da *Mascote*, do *Processo do Rasga* ou do *Moleiro de Alcalá*. E se alguma contrariedade da última hora impedisse o contra-regra de desempenhar a sua missão coordenadora, remover-se-ia a dificuldade sem embaraço de maior, pois entre os amadores mais assíduos não deixaria de aparecer algum que, com infalível exactidão, se encarregasse mesmo de dirigir e concatenar a movimentação sumamente intrincada de algumas mágicas espectaculosas, como *O castelo de fogo*, a *Pêra de Satanás* ou *O raminho de ouro*. [CERQUEIRA, 1974: 54]

Ainda no verão desse ano – 1910 – a Companhia Lisbonense regressou ao Rossio, para lástima da Trupe Espanhola de Zarzuela, que pouco público atraiu, vendo-se, no final, com grandes óbices para cobrir as despesas. Para surpresa de alguns, uma companhia internacional era preterida a uma de feira. Os preços praticados nos dois espaços recreativos faziam toda a diferença e eram um factor preponderante na decisão dos populares. Por tal motivo, não é de estranhar que *O Democrata* publicitasse a intenção de alguns aveirenses em construir na cidade um outro espaço teatral. Desta vez um Teatro-Circo, com lugares mais baratos. Contudo, o próprio jornalista tinha dúvidas na concretização do mesmo, terminando o artigo com um comentário sarcástico: “Mas haverá, sério, quem pense nisso?” [*O Democrata*, de 17.06.1910]

Nas primeiras décadas do século XX, ainda apareceu uma ou outra companhia itinerante, para gáudio dos imensos apreciadores deste tipo de teatro. Foi o caso da Companhia Rentini e, mais tarde, a Rafael de Oliveira. Contudo, pouco e pouco, o “Barracão do Rossio” deixou de receber espectáculos de teatro.

No entanto, as recordações deste tipo de teatro permaneceram por largos anos no coração dos aveirenses. Em 1928, a propósito dos espectáculos *O Milagre de Fátima* e *Fim do mundo*, pela Companhia de Sales Ribeiro - Alves da Silva, realizados a 9 e 10 de Novembro, lamenta-se a decadência a que o teatro chegou, sendo, de longe, inferior ao trazido por Dallot e com “uma figura aproveitável em volta da qual gira a sucata” (*Democrata*, 17 de Novembro de 1928).

Em 1905, uma atracção inédita na cidade convidava os populares a passarem o seu tempo na Feira: um *animatógrafo*. Os curiosos eram muitos. Todos queriam ver aquelas imagens animadas. Era no *Salão-árabe* que se juntavam os populares para assistirem a vistas, paisagens e monumentos do estrangeiro a preços “baratíssimos”, diz o *Campeão das Províncias*, de 8 de Abril de 1905. Foi com grande impressão que assistiram a coisas nunca antes vistas, caso do *Martírio de Jesus Cristo*, o que levou a muitas lágrimas de emoção. No ano seguinte, a curiosidade continuou, como ilustra o jornal de um clube da cidade:

O povo que vem à feira fica deveras abstracto ao contemplar tão alta invenção, dizendo que lá por suas terras não aparece coisa tão importante. Nós já tivemos ocasião de observar uma conversa, em que dois amigos diziam: - *É compadre, só lhes falta falar para serem gente!* [*O Galito*: de 1 de Abril de 1906]

Esta “alta invenção” tornar-se-á deveras marcante no desenvolvimento da vida cultural da cidade. Inicialmente, foi a curiosidade que atraiu auditórios, contudo, o hábito enraizou-se e, rapidamente os aveirenses não podiam passar sem este tipo de espectáculos, de tal maneira que, na Feira de Março de 1910, a afluência foi francamente assombrosa. De acordo com a imprensa, o espaço foi alugado por largos meses havendo, “quase todas as noites estreias de fitas, sendo algumas notáveis pela sua perfeição e nitidez”. Ainda para mais, o salão estava montado com um certo luxo, em contraste com

o Teatro Aveirense, onde a falta de luz eléctrica era motivo de tristeza pois não permitia que o cenário e o guarda-roupa das companhias de “primeira ordem” brilhassem. Não admira, pois, que a comparação entre os dois espaços fosse feita, sobretudo porque a revista *A viúva alegre*, apresentada a 7 de Abril de 1910, pela Companhia de Ópera Cómica e Opereta, tinha ficado aquém das expectativas da direcção do Aveirense.

2.2 O Teatrinho São João Baptista / Teatro da Fábrica

O mais antigo teatro conhecido como tal é o Teatro de São João Baptista, também chamado de Teatro/Teatrinho da Fábrica. Não há dados certos sobre a sua inauguração, sabendo-se, com certeza, que foi em 1856, uma vez que se podem encontrar cartazes pela imprensa de então. De acordo com algumas edições do *Campeão do Vouga*, publicadas em Julho desse ano, estava a ser construído na casa do senhor João da Silva, à Fábrica da Louça, daí o nome porque era conhecido. No entanto, o *Campeão das Províncias*, de 19 de Maio de 1860, refere que “A Sociedade Dramática, que devia amanhã subir à cena no Teatrinho de São João Baptista adiou o seu espectáculo para quinta-feira, 24 do corrente, a fim de celebrar n’este dia o aniversário da sua inauguração”. É provável que o periodista deste artigo estivesse equivocado, uma vez que, diversas edições do *Campeão do Vouga*, de 1856, se referem a este novo espaço: em Maio desse ano, os únicos espectáculos teatrais da cidade ocorreram no já referido teatro particular em casa do senhor Matias Freherder, ao Rossio; em Julho ainda estava em construção, datando de 31 de Agosto o primeiro espectáculo registado.

Os artistas quiseram confundir o nosso município e começaram a fazer um teatro na casa do nosso patrício o Sr. João da Silva, à Fábrica da Louça. Informam-nos que a sala do espectáculo é pequena, mas que está preparada decentemente, oferecendo comodidade suficiente para duzentas pessoas na plateia e cem na galeria.

Folgamos de registar este acto de nobre dedicação das classes laboriosas pela arte dramática. Quando a corporação municipal descurara de promover com eficácia a construção do edificio do teatro, os artistas apressam-se a fazer o que a ilustríssima câmara não quis empreender! Vejam e avaliem! [*Campeão do Vouga*, de 9 de Julho de 1856]

A Companhia que há pouco deu algumas récitas no teatro do Rossio, regressou a esta cidade e vai dar algumas representações no teatro de S. João Baptista. Amanhã é a primeira noite de espectáculos, como se verá no anúncio publicado na secção competente. [*Campeão do Vouga*, de 30.08.1856]

O *Campeão do Vouga* levanta ainda outras dúvidas relativas a esta sala, nomeadamente no que diz respeito à sua lotação: num artigo de 9 de Julho de 1856, diz-se que tem capacidade “para duzentas pessoas na plateia e cem na galeria” enquanto que, dias depois, a 30 de Julho, fala em cem pessoas, na plateia, e sessenta, na galeria. A discrepância entre estes números indicia-nos que as fontes nem sempre eram fidedignas e, por vezes, exageravam, quer fosse por ignorância quer propositadamente, neste caso, com a clara intenção de exaltar excessivamente os feitos conseguidos.

Uma coisa é certa: as condições eram modestas e acanhadas, mas os artistas aveirenses estavam empenhados em fazer aquilo que a Câmara não fazia – dotar a cidade de uma sala de espectáculos.

Passamos a [*sic*] dias a ver o teatro que os artistas andam a construir no edificio da fábrica do Sr. João da Silva. A sala é pequena, mas proporcionada. A plateia dá lugar para 100 pessoas e a galeria para 60. O palco tem suficiente capacidade, a boca é rasgada e o todo, apesar de circunscrito, é decente e modesto, não obstante ser uma obra empreendida e executada pelas classes laboriosas.

É preciso porém que a Câmara mande reparar a rua que dá para a fábrica, porque o piso não pode ser mais *incomodante*. Parte da calçada está de tal forma arruinada que impede o livre trânsito.

Já que a ilustríssima câmara não construiu com a ajuda do estado, que lhe concedeu um edificio hábil, o teatro que lhe disse queria edificar na rua do Açougue, é indispensável que proceda quanto antes, ordenando a reparação daquela rua, a fim de que o público dela possa servir-se sem molestar-se nas noites de récita. [*Campeão do Vouga*, de 30.07.1856]

Quanto ao tipo de construção, poucos dados temos, a não ser os testemunhos dos jornais que, por vezes, falam em plateia e galeria: a primeira, para *tricanas*, a segunda, para *damas*. Por sua vez, a galeria estava também dividida em inferior e superior. Esta divisão era notória sobretudo ao nível do comportamento esperado destes dois públicos, uma vez que as damas não se misturavam com as mulheres do povo, como o comprova o *Campeão do Vouga*, de 10.10.1857, ao referir-se ao público que, dias antes, assistira ao drama *A Graça de Deus* e à farsa *A família do Boticário*. Segundo o articulista, “houve enchente na plateia. Na galeria estavam algumas damas. Na galeria inferior não havia

lugar vago. Infelizmente a quantidade não correspondeu a qualidade, pelo que respeita à plateia, a qual poucas vezes temos visto menos ilustrada”.

Sobre os espectáculos aí encenados constatamos que se trata essencialmente de dramas e comédias havendo, também, algumas farsas e óperas. Eram, na generalidade, representações feitas por amadores locais, e/ou por companhias itinerantes, registando-se alguns espectáculos com companhias espanholas – e as muito apreciadas operetas - e também com companhias nacionais. Apesar de virem de fora, nem sempre eram garante de sucesso, e, por vezes, pouco público atraíam.

Em 1857, o *Campeão do Vouga* lamentava a má escolha das peças, o que levava a que o público as acolhesse friamente:

Em Aveiro há uma vocação decidida para o teatro, mas quase sempre a escolha é desgraçada. Não se compendiam os melhores autores nem se medem as forças dos actores. Em havendo um drama, salgado de peripécias desusadas [...] ei-lo em cena freneticamente apoiado pela Companhia mas friamente acolhido pelo público. [...] Muitos dos actores que têm pisado o palco do teatro São João Baptista não passarão da plana medíocre, porque não sabem estudar-lhes a vocação, nem distribuir-lhes os papéis. O reportório enviusado dos velhos arquivos é compulsado a miúdo mas os resultados deviam ter feito mestres aqueles que se reputam oráculos entre os da sua tribo. Às vezes as récitas contam-se pelas catástrofes. [...] [*Campeão do Vouga*, 23.12.1857]

Nem com o passar dos anos, a situação melhorou:

[...] O Drama (melhor fora a tragédia) foi mal escolhido. Além da acção ser mal conduzida, é tão inverosímil que, em vez de ser recebido das plateias, produz um efeito negativo. [*O Campeão das Províncias*, 16.05.1860]

Apesar de tantas críticas e lamentações, era o único espaço onde se faziam espectáculos. Por tal motivo, era também carinhosamente chamado de “teatrinho”. Para piorar a situação, o público não sabia a diferença entre o teatro e a Praça de Touros, o que poderia levar *certas famílias decentes* a não o frequentarem. Pouco depois, a 16 de Agosto de 1857, João Silva Pinho adquiriu o local por 185.595 réis:

Consta-nos que o senhor João da Silva de Pinho efectuou a compra deste teatro. [...] Sabemos que este senhor vai portanto facultar o teatro *sem restrições* a todos os indivíduos que nele quiserem representar. Louvamos este expediente, da mesma forma

que censurámos as exclusões feitas pela Sociedade. [*Campeão das Províncias*, 3.09.1857]

Sendo este o único palco existente na cidade onde se podia representar, era compreensível que a preocupação se instalasse: os amadores receavam que o novo dono do espaço não o abrisse a todos os praticantes da arte enquanto que outros temiam que este se tornasse um local vedado a algumas pessoas. Polémicas à parte, este continuava a ser o único palco existente, com uma actividade dramática regular, acolhendo não só os amadores locais como também artistas nacionais e espanhóis.

Em 1861, após um espectáculo da Companhia Dramática Portuguesa, o *Distrito de Aveiro*, de 20 de Setembro, diz que “Aveiro deve envergonhar-se de não ter um teatro e de obrigar as companhias que por aí vem a representar em um armazém”. Dias depois, lamenta-se novamente das parcas condições do teatro, que “por falta de capacidade, não oferece vantagens para execução de peças aparatosas, nem comodidade para os espectadores” [*Distrito de Aveiro*, 1.10.1861].

Em 1862, o *Campeão das Províncias* vaticinava o seu fim, acusando a sociedade responsável como aquela que “fundou e afundou o tal teatrinho (releve-se a insistência no diminutivo)” e que, nessa altura, passava por algumas dificuldades.

Após a abertura do Teatro da Rua do Rato, em 1862, deixou de ser referência na imprensa local (anexo IV).

2.3 O Teatro dos Artistas Aveirenses / Teatro da Rua do Rato

O Teatro da Rua do Rato, ou Teatro da Sociedade Dramática dos Artistas Aveirenses, foi inaugurado a 11 de Maio de 1862, tal como ficou registado no *Campeão das Províncias*, de três dias depois:

No domingo teve lugar a inauguração do Teatro Tália desta cidade. O espectáculo não foi bem escolhido, mas, se na execução se notaram algumas imperfeições, é certo que entre os artistas alguns há [SIC] que revelam habilidade e que é preciso aproveitar. [...]

A sala de espectáculos está bem disposta, ainda que as guarnições não estejam completas. Esperamos que os artistas concluirão a sua obra e prosseguirão no empenho do que no domingo nos deram valiosas provas. [*Campeão das Províncias*, 14.05.1862]

No entanto, a população teve de aguardar pacientemente alguns anos por este acto tão solene, uma vez que, desde o falecimento do sócio mais influente, mais ninguém tinha pegado na obra:

Anda-se finalmente preparando o projectado teatro da rua do Rato, afim de ali se darem algumas récitas. As obras estavam, como se sabe, paradas há muitos anos, desde que faleceu o principal influente delas, o Sr. António da Silva Paiva.

É uma sociedade composta de seis artistas que meteu ombros à empresa. A primeira récita espera-se que seja já no primeiro domingo do próximo mês de Maio.

Louvamos muito esta iniciativa, tanto mais que outros indivíduos de mais capitais que os associados tinham esmorecido diante dela; e com quanto não se façam por ora se não os reparos indispensáveis, é certo que isso é o começo para se poder tornar aquela casa um teatro, posto que abaixo do necessário, muito conveniente para uma terra que, no fim de contas, está actualmente sem nenhum outro. [*O Distrito de Aveiro*, 11.04.1862]

Mesmo assim, os actores tiveram de empregar todo o seu tempo na organização do espaço, pelo que, o mau desempenho acabou por ser perdoado. O jornalista Mateus de Magalhães, convida-nos a recuar até dois dias antes da inauguração:

Ninguém está parado aqui, e cada um troca o seu mister por aquele que a necessidade exige.

Vê-se um pintor transformado em carpinteiro, um alfaiate em pedreiro, e o próprio folhetim, envergonhado de se conservar quieto em presença de tanta actividade, despe a sobre-casaca e ajuda a forrar de papel pintado o tecto das galerias.

Por outra parte pinta-se o pano e estão todos apostados em combater a indolência do meu amigo Romão, indolência tão proverbial como o seu delicado talento para a pintura. [*O Distrito de Aveiro*, 13.05.1862]

A sociedade aveirense passou, assim, a contar com um outro espaço, desfrutando de novos programas e abrindo as portas a Companhias Nacionais. Logo no primeiro dia, contaram os “curiosos” aveirenses com a presença do actor Guimarães, que os ajudou a encenar o drama *Camila ou os salteadores*. Em geral, nesses dias, o público acorria em maior número fazendo com que a receita compensasse as outras sessões. Foi o que sucedeu um ano depois, aquando da visita do actor Taborda. Durante três noites “o teatro encheu-se como por magia (...); a sala transbordava; por toda a parte havia falta de lugares; a enchente era real” [*Campeão das Províncias*, 16.06.1863].

Curiosamente, esta sala foi construída numa rua de grande pobreza, cujos moradores se dedicavam à execução de ofícios. Aqui residiam, essencialmente,

sapateiros, alfaiates, barbeiros, lavadeiras, engomadeiras, serventes das freiras e criados dos frades dependendo, quase todos eles, da ajuda dos Conventos de São Domingos e de Santo António. O local foi baptizado, merecidamente, com o nome de Teatro dos Artistas Aveirenses pois foi à custa do seu tempo e do escasso dinheiro que possuíam que, durante alguns anos, se pôde ver teatro na cidade da ria.

Em 1865, somente dois anos após a sua abertura, sofria obras de urgência, fazendo com que os espectáculos fossem adiados.

Infelizmente, não se encontram datas concretas sobre o seu encerramento. Em 1875, ainda funcionava, tal como testemunha Marques Gomes, nas suas *Memórias de Aveiro*:

O único teatro que possuímos deve-se à iniciativa dos laboriosos artistas desta cidade. Situado na rua do Rato, são acanhadas as suas proporções; contudo atesta o génio e o amor da arte daqueles que, não tendo infelizmente recursos, patenteiam claramente a sua boa vontade. [Gomes, 1875: 164]

Em 1879, ainda se encontram anúncios para espectáculos nesta sala, em alguns jornais da cidade. Contudo, a 28 de Outubro de 1888, *O Povo de Aveiro*, ao anunciar a representação da peça *A proibidade* refere-se a ela como “o excelente drama” que “há mais de vinte anos foi levado à cena, com geral agrado, também por distintos amadores desta cidade, hoje já quase todos falecidos, no extinto teatro dos Artistas, à rua do Rato”.

Por seu lado, José Tavares, em 1961, escreve que a casa “ainda existe mas transformada em habitação particular, sem quaisquer indícios do fim para que foi construída ou adaptada”. [TAVARES, 1961: 314]

No final do século XX, toda a zona foi alterada por completo, tendo-se destruído alguns edifícios para que surgisse uma nova avenida.

2.4 Motivações para a construção de um teatro em Aveiro

Como vimos, a cidade nunca dispôs de um espaço condigno para receber os artistas nacionais que tanto furor faziam noutros palcos do país. Por isso, sonhava-se, há muito, com um teatro que colmatasse as carências sentidas não só pelos artistas – locais e nacionais - como pelos cidadãos em geral. E as diligências para tal até começaram cedo.

Pedro Augusto Rebocho Freire de Andrade e Albuquerque, Presidente da Câmara, compra, para tal efeito, em 1854, um terreno, fazendo o lançamento da primeira pedra, a 16 de Setembro de 1855 (anexo I, fig. 4).

Não foi, contudo, uma decisão pacífica. Muitos consideravam que o dinheiro era mal empregue e melhor seria que se utilizasse num matadouro público:

Já vimos a planta do teatro para o qual o Governo concedeu uma propriedade de casas pertencentes à fazenda nacional. Se a planta for fielmente executada, o edifício corresponderá às exigências dos mais escrupulosos, porque terá suficiente capacidade para o público de Aveiro, ainda que afluam espectadores dos pontos mais distantes do distrito.

Felicitemos o digno director das obras públicas do distrito que, segundo nos consta, se havia encarregado daquele trabalho que, no nosso entender, achamos perfeito.

Resta que a Câmara coadjuve com todas as forças ao seu alcance esse importante melhoramento local, que o público reclama e que, mau grado nosso, temos visto pospor.

Esperamos que a Câmara, compenetrando-se dos seus deveres, não atenda as insinuações de alguns bonzos que se têm esforçado porque os fundos votados para o teatro sejam empregados na construção de um matadouro público. Esta aplicação importa uma distracção de fundos, para que a câmara não está autorizada, porque há uma lei especial que ordena que o dinheiro, produto da venda das casas da Rua dos Mercadores, seja empregado na compra ou construção de um edifício em que se possa fazer um teatro público. [*Campeão do Vouga*, 7.06.1857]

Rapidamente se iniciam as obras e, em Julho, estavam tão adiantadas que já se *aventava* [*Campeão das Províncias*, 16.07.1857] que dentro de um ano estariam concluídas. Contudo, não foi isso que se passou. Um ano depois lia-se no *Campeão do Vouga*:

Custa-nos ver o modo porque a Câmara Municipal tem deixado ao abandono a construção do teatro novo, deixando passar a mais própria [SIC] sem mandar levantar as paredes do edifício destinado a esse fim. Seria bom que a Câmara providenciasse neste sentido ou, no caso contrário, mandasse despejar a praça municipal e ruas confinantes dos materiais ali aglomerados. [*Campeão do Vouga*, 3.08.1858]

E assim ficou durante muitos anos. Em 1865, a propósito da vinda a Aveiro de Santos e Emília Letroublon, no teatro dos Artistas, lamentava-se um articulista do *Distrito de Aveiro* do seguinte:

[...] Em Aveiro não se dá um proporcional cuidado para este divertimento (teatro) o mais inocente e instrutivo, e se não fossem meia dúzia de artistas desta terra, nem casa teríamos para podermos apreciar o talento artístico dos senhores Santos e Emília.

Há sete anos que se obteve do Governo um óptimo terreno para a edificação de um teatro junto ao liceu desta cidade, na Praça Municipal. O Presidente da Câmara então começou essa edificação por meio de acções passadas entre os conterrâneos e a obra seguia com actividade quando o senhor Manuel Firmino tomou a direcção das *cousas* municipais; desde esse momento não só as obras foram abandonadas, mas até se gastaram na Malhada os materiais destinados ao teatro.

Fez isto o senhor Manuel Firmino não obstante no seu manifesto de 25 de Novembro de 1863 chamar ao teatro o “complemento do jardim”! São francas e sinceras as promessas do actual presidente da Câmara. Por aqui se pode avaliar o resto.” [*Distrito de Aveiro*, 22.07.1865]

Apesar desta forte crítica, em 1875, estava tudo na mesma, ou pior, como revela Marques Gomes:

Pouco, infelizmente, se nos oferece dizer sobre este (teatro) [SIC] assunto. Em quanto nas demais terras do país as artes prosperam e avançam na senda auspiciosa do progresso, nós vivemos no estacionamento. Com pesar o dizemos: não possuímos um teatro digno de receber os estranhos que visitam esta cidade. [...]

Abriam-se os alicerces; lançaram-se as primeiras pedras com indescritível entusiasmo; subiram as paredes a uma certa altura; muitos filhos de Aveiro ali foram pagar o óbolo do trabalho, enquanto que outros concorreram com as quantias concernentes aos seus haveres. Mas Bento de Magalhães morreu, legando-nos como recordação da sua honrosa e grande iniciativa, esse montão de ruínas, habitação de bichos, monturo [SIC] de silvado, que aí desafiam o escárnio do viandante no centro da cidade [...]. [GOMES, 1857: 163]

Os anos vão passando até que, em 1878, um grupo de homens influentes da cidade organiza a “Sociedade Construtora e Administrativa do Teatro Aveirense”. Será graças a esta Sociedade que, com um novo impulso, se vai dar continuidade às obras há muito paradas. Em Março, de 1879, reúne-se em casa de Sebastião de Carvalho e Lima (que na altura presidia à Câmara Municipal), e ali mesmo forma-se uma Comissão Directiva, encarregada de promover a subscrição de duas mil acções – a cinco mil réis cada uma – para se angariarem os fundos necessários à conclusão das obras (dez contos de réis). O seu móbil não era comercial mas recreativo. É que as vilas limítrofes – Ovar, Feira, Arouca, Oliveira de Azeméis, Anadia e Ílhavo – possuíam os seus teatros e era lamentável que a capital de Distrito não possuísse um espaço digno da terra. Para tal, foi pela rua e, de porta em porta, convenceu a população a adquirir acções, de modo a que

todos pudessem colaborar, apelando, ao mesmo tempo, ao sentido patriótico de cada habitante. E foi de tal modo bem sucedida a campanha que, num só dia, em duas horas, conseguiu a assinatura de 271 acções, na importância de 1.355\$000 réis. A própria Câmara tomou para si 720, num total de 3.600\$000 réis. E foi assim que as obras se concluíram.

Finalmente, ao fim de vinte e oito anos, no dia 5 de Março de 1881, a companhia do Teatro D. Maria II, de Lisboa, inaugura aquela que viria a ser a principal casa de espectáculos da cidade (Anexo II, documento 1). Sabe-se que a companhia veio para quatro récitas – 5 a 8 de Março – apresentando as comédias *A mantilha de renda*, *Amor por conquista*, *Os dois sargentos* e *A estrangeira*.

A revista *Ocidente* apresenta o Teatro à nação:

[...] Tem 300 lugares de plateia entre cadeiras, superior e geral, 16 frisas, 10 camarotes de 1ª ordem, 5 de segunda, podendo comportar ao todo 700 espectadores.

O palco tem todas as acomodações necessárias a um teatro e a vastidão precisa para se poder dar qualquer peça de espectáculo.

O pano de boca e o cenário foram desenhados e pintados pelos cenógrafos de Lisboa, Rocha e Barros. A decoração das salas no estilo *rafaelesco* foi executada pelos mesmos artistas segundo o desenho do Sr. engenheiro Araújo. A iluminação do teatro é feita a petróleo por não haver ainda gás em Aveiro. O teatro tem dois belos salões e um botequim. [*O OCIDENTE*, 1881: 131]

Dá-se, assim, início a uma nova época teatral e cultural, abrindo-se, não só, as portas a companhias nacionais como também a amadores locais.

**3. Envolvimento da sociedade
aveirense na criação e
funcionamento de um Teatro**

*Se é de palmas a vitória,
Que constrói vossa glória,
Oh! Guarda bem na memória
As que Aveiro te ofertou.*

(Poesia oferecida a Mendes Leal, *in Campeão das Províncias*, 30.08.1862)

3.1 As Direcções

Como já vimos, a construção do Teatro Aveirense deveu-se a um punhado de aveirenses notáveis que, ao verem a edificação dos teatros das outras cidades, não quiseram que a sua terra ficasse para trás. Em conjunto, procuraram motivar a população e o Estado para uma obra que se queria imponente. Tudo começou, mais uma vez, pela mão de José Estêvão², que graças à sua influência junto dos órgãos de decisão do país, conseguiu uma casa para que lá fosse construído o teatro. Por ser um lugar acanhado, a Câmara optou pela sua venda e, com o dinheiro, comprou um terreno na principal praça da cidade. Estava-se no ano de 1854, tendo sido lançada a primeira pedra a 16 de Setembro de 1855, dia da aclamação de D. Pedro V. Por tal motivo, o primeiro nome pensado era de Teatro D. Pedro V. As dificuldades foram muitas, pois o dinheiro era pouco, por isso as obras pararam logo de seguida. Foram retomadas em 1857, chegando a levantar-se as paredes até ao primeiro andar. Aí voltaram novamente a estagnar, desta vez durante cerca de 20 anos. Entretanto, várias campanhas foram feitas, todas infrutíferas. Finalmente, a partir de 1878, um novo rumo foi tomado, graças à anteriormente mencionada “Sociedade Construtora e Administrativa do Teatro Aveirense”. A ideia de dividirem a despesa das obras por todos os cidadãos que quisessem não era original. O mesmo já se tinha feito em, Aguiar da Beira, Anadia, Guimarães, Ílhavo, Lagos, Oliveira de Azeméis, Portalegre, entre outras localidades portuguesas [BASTOS, 1908: 309-375]. No entanto, apesar da vontade de todos, não foi fácil terminar as obras: a despesa era muita e nem todos os sócios pagavam as cotas.

Posteriormente, o elevado número de acções nas mãos de excessivos particulares fez com que muitos quisessem participar na sua gestão, não facilitando as reuniões dos accionistas e questionando as contas apresentadas (anexo III, fig. 43).

Reuniram-se no dia 22 do corrente em assembleia geral os accionistas do Teatro Aveirense a fim de discutir o relatório e contas da actual direcção. Como de ordinário tem

² José Estêvão Coelho de Guimarães (1809-1862): jornalista, político, entusiástico defensor das ideias liberais e opositor pertinaz de vários governos, tornou-se um dos principais oradores parlamentares entre 1836 e 1862; grande impulsor do desenvolvimento em Aveiro, sua terra Natal.

sucedido, a discussão correu animada, divertida e picaresca, trocando-se galanteios palavrosos de parte a parte e insinuações pessoais e inconvenientes a ponto de em algumas ocasiões chegar a degenerar n'uma *charivari* irritante e n'uma perfeita hilaridade. [*O Povo de Aveiro*, de 29.1.1882]

Reúnem-se em assembleia, no dia 12 do corrente, os accionistas do Teatro Aveirense, a requerimento de cerca de quarenta sócios, afim de pedir contas à actual direcção da maneira péssima como tem gerido os interesses desta sociedade. [*O Povo de Aveiro*, de 5.3.1882]

Estas discussões terminavam quase sempre em bem, uma vez que, a maior parte das vezes, encerravam com louvores à Direcção. Mas isto só aconteceu nos primeiros anos de existência do teatro. Ao longo do últimos anos do século XIX, na imprensa local, publicavam-se muitas acusações à (má) gestão do Aveirense:

- não se lavravam actas das reuniões;
- as contas não eram claras;
- o número de bilhetes vendidos era superior à capacidade da sala;
- a escolha dos artistas não era a melhor;
- e os empregados faziam o que queriam.

Por volta de 1883, o próprio edil questionava a vantagem em deter essas acções. Manuel Firmino, um dos insignes impulsionadores da conclusão das obras, agora na qualidade de Presidente de Câmara, pretendia obter algum lucro com a transacção das mesmas, já que, relativamente ao Teatro, nada beneficiava. Para a população afigurava-se chocante que a Câmara quisesse alienar património municipal, vendendo-as a pessoas estranhas ao concelho.

Esta quantia [3.600\$000 réis] existe por enquanto, improdutiva, e a Câmara luta com dificuldades enormes, pois que a sua receita é diminutíssima e não pode, sem *gravame* publico aumentá-la. [*O Povo de Aveiro*, 25.3.1883]

No entanto, não eram só os jornais a fazer acusações à Direcção. Algumas vezes, também os artistas que lá actuavam se queixavam de roubos e de explorações. Que o diga Taborda, a quem desapareceram 6\$000 réis do seu camarim, e outros actores, que ficaram sem objectos de ouro. Houve até o caso de uma companhia internacional, em 1884, que,

tendo obtido diminuta concorrência poucas receitas colhera. Como se não bastasse isto, no final, além do aluguer do espaço (24\$000) e de 4 almudes de petróleo para a iluminação da sala, o empresário tinha outras despesas injustificadas.

[Estas contas] acarretam o descrédito para esse edifício que está quase sempre às moscas, porque as despesas injustificadas afastam dele muitas empresas. Na lista dessas despesas [...] até figuram os empregados na fiscalização das retretes!!!

Aquilo é uma desordem, um caos, uma anarquia. Cada empregado faz o que quer e como quer sem que os directores do teatro intervenham[...] É uma choldra, uma casa sem rei nem roque. [...]

A essa companhia [...] foi-lhe subtraído um alfinete no valor de 100 francos. [*O Povo de Aveiro*, de 9.11.1884]

O (des)conforto da sala também era assunto da imprensa. Por volta de 1885, solicita-se, com urgência que a direcção substitua as cadeiras por bancadas iguais às da superior, de modo a que as senhoras não tenham de se levantar, para dar passagem aos cavalheiros.

A 28 de Janeiro de 1888, é eleita uma nova Direcção, apesar de todos os elementos terem inicialmente recusado o cargo. A sua primeira acção será fazer um louvor à equipa cessante. Na primeira reunião, o Comandante dos Bombeiros pediu que fossem feitas pequenas obras por causa da segurança do público, em caso de incêndio. Se as não fizessem, mandava fechar a casa. Como bem recordaria *O Povo de Aveiro*, de 3 de Fevereiro de 1989, tal era mesmo indispensável pois, só no ano transacto, tinham ardido 20 teatros!

Para obter receitas, não se olhava a meios, nem que para isso se vendessem mais bilhetes do que a lotação da sala. Foi o que aconteceu em Dezembro de 1892, quando se quis compensar o facto de a sala ser pouco utilizada e estar muitas vezes fechada. Decisão errada, uma vez que o excesso de pessoas, provocou o pânico entre a assistência, principalmente nas mulheres que desmaiavam. Ainda para mais, não ofereceram bilhetes à imprensa local que, por isso, nada pôde dizer sobre a récita. A Direcção do Teatro, foi acusada de estar a explorar o público que, devido ao aperto, pagou e não viu o espectáculo.

Com a chegada do século XX, as dificuldades mantiveram-se. As obras, cada vez mais necessárias, não se podiam fazer pois o dinheiro mal dava para as despesas correntes.

As duas reuniões anuais eram muito pouco frequentadas. A maioria das actas lavradas, entre 1900 e 1907, são respeitantes a “não-sessões”, com poucos ou mesmo nenhum sócio a responder ao convite da Direcção. De dezasseis convocatórias, só duas é que tiveram o número necessário de participantes para funcionar e ambas serviram para eleger corpos gerentes ou discutir assuntos burocráticos.

As sucessivas cedências para as quais a Direcção era solicitada, só geravam prejuízo. Mesmo as actividades mais rentáveis – os bailes de Carnaval – acabavam por trazer tantos estragos que os lucros quase não compensavam. Nestes dias, a plateia era completamente desmontada, o que, por vezes, resultava em danos nas cadeiras. Logo no primeiro ano, o periodista que assistiu a tais “cenas verdadeiramente nojentas”, deixou a sua indignação patente em duas edições do *Campeão das Províncias* - 23 e 25 de Fevereiro, de 1882 – tanto mais que já se tinham dado tumultos no domingo e, mesmo assim, a Direcção cedeu a casa na terça-feira de Entrudo.

[...] Temos de continuar acusando a Direcção que deu lugar a que no Teatro se quebrassem cadeiras e se destroçasse parte da mobília, alugando-o para bailes de máscaras, que todos sabem o que são em Aveiro.

O que ali se passou está abaixo de tudo o que é indigno, indecente e indecoroso. Não temos palavras que exprimam a nossa indignação ao referir o que sucedeu dentro daquele formosíssimo edifício, que o patriotismo de muitos levantou para educar e corrigir costumes e que especulações menos dignas reduziram à última degradação e à mais baixa de todas as baixezas.[...]

[...] A sala estava uma desordem pasmosa, as bancadas tinham sido arrancadas brutalmente, todos falavam, ninguém se entendia e de vez em quando ouvia-se uma cadeira gemer, ao peso de uma bengala possante. [*Campeão das Províncias*, de 25.02.1882]

Os bailes de carnaval eram uma tradição que já vinha dos tempos dos outros teatros e, também nessa altura, eram momentos onde reinava a confusão e a gritaria. [*Distrito de Aveiro*, 6.2.1863]

Em geral, nos primeiros anos, com estas festas, arrecadavam-se cerca de cem mil réis, excepto no ano de 1907, que só rendeu 38\$000 réis, motivo de mais uma crítica do *Povo de Aveiro* à (má) administração. Curiosamente, nesse mesmo ano – 1907 – no jornal *Distrito de Aveiro*, publicam-se os Estatutos do Teatro Aveirense, com a data de 1879. O artigo saiu nas edições de 23 e 27 de Maio, uma tentativa de calar as muitas vozes contestatárias que se ouviam pela cidade, em relação à gestão do mesmo.

Sempre que a Direcção mudava, eram feitas auditorias às contas da direcção anterior. No entanto, e apesar de, constantemente, se encontrarem erros, nem sempre se preveniam estas situações. Por volta de 1912, entende-se que há uma sobreavaliação do património e manda-se fazer uma mais rigorosa. A imprensa apoia esta atitude, uma vez que, meses antes, já tinha mostrado a sua aversão pelo estado em que estava o teatro “montado ao mais completo abandono, livros de actas de sessões não existem, nem em qualquer tempo se efectuaram sessões” [*O Democrata*, de 9.02.1912]. Não é, pois, de estranhar que, a partir desta data, se encontrem nos livros valores inferiores a outros apresentados anteriormente. Exemplo disso é a monta do prédio que, em documentos que vão de 1908 a 1910, valia 13.000\$000 e, em 1912, dez contos de réis, ao que se acrescentavam dois contos de réis pelo cenário, mobília, candeeiros, gasómetro e canalizações.

As notícias de incêndios em teatros eram publicadas amiúde. Conscientes de que a segurança na sala não era muita, pede-se ajuda ao Comissário da Polícia Civil de Aveiro para que ponha cobro em alguma desorganização que então se verificava e para maior tranquilidade de todos. Este publica, a 12 de Outubro de 1912, um edital, onde se diz que é expressamente proibido:

1. fumar no palco e nas dependências, a não ser artistas que o tenham de fazer em cena, ou nos camarotes, frisas e galerias;
2. permanecer nos camarotes, frisas ou galerias de chapéu na cabeça;
3. usar chapéu na plateia, depois do levantar do pano;
4. falar em voz alta durante os espectáculos;
5. alterar o programa sem autorização da autoridade;
6. deixar cair com força os assentos das cadeiras de modo a deteriorá-las ou a perturbar o espectáculo.

Apesar de tanta proibição, a primeira a prevaricar é a própria Direcção pois, no Carnaval de 1913, é fortemente atacada por deixar de numerar os bilhetes e por ter aumentado o preço dos mesmos. Levanta-se a suspeita de que assim entra mais gente.

Os desentendimentos entre os sócios eram constantes, o que não é de estranhar tendo em conta o elevado número de accionistas. A 6 de Fevereiro de 1914, noticiava *O Democrata*, a propósito de uma assembleia, que na mesma “não houve problemas, como se esperava”. Nesse ano, a Direcção consegue, mais uma vez, calar os críticos e a opinião pública ao apresentar um espectáculo que usava, pela primeira vez, luz eléctrica. A afluência foi tanta que houve que proceder a duas sessões por dia – às 20 e às 22 horas.

Com mais ou menos polémica, as Direcções lá vão administrando o Aveirense. A que assume o comando, em 1926, deparou com inúmeras irregularidades uma vez que a escrita estava por fazer e havia incontáveis dividas não registadas. Para as conseguirem pagar, enviam cartas aos credores a solicitar que apresentem eles as suas contas. Como já foi referido anteriormente, esta situação verificava-se com alguma frequência, e, nos livros de registos que não se perderam, facilmente se encontram anos sem qualquer anotação ao nível das despesas ou de envio de correspondência. Por este motivo, é normal que as diferentes Direcções procurassem quebrar as ligações com as anteriores. Foi, talvez, por isso, que, em 1929 todos os empregados tivessem sido despedidos e tivesse sido aberto um novo concurso, para 30 lugares, todos eles masculinos, à excepção de duas serventes que se pretendia fossem mulheres. De referir que um desses lugares era para um aderecista, apesar de nunca ter havido companhia residente nesta casa. Aliás, durante vários anos, houve alguns gastos com artigos de cenários que depois eram alugados às companhias visitantes.

A 20 de Janeiro, de 1945, é eleita uma nova Direcção que teria de empreender as obras de remodelação. Para começar, enviam cartas aos accionistas, informando-os sobre a situação do Aveirense: o inventário estava em ordem e as contas saneadas, “coisa que há muitos anos não se fazia e cuja falta nunca fora notada nas assembleias gerais realizadas durante uns vinte anos³”. Havia, por isso, condições para fazer “alguma coisa de útil⁴”. Para obter mais receitas, aumentam o número de dias dedicados ao cinema – terças, quintas, sábados e domingos -, mesmo correndo riscos de algum malogro, o que acabou por se verificar⁵. Por outro lado, sacrifica-se algum lucro, trazendo companhias de

³ Manuscrito existente sem cota no Teatro Aveirense.

⁴ ibidem

⁵ O lucro por sessão de cinema foi, em 1945, de 545\$00, e, em 1944, tinha sido de 796\$00.

declamação ou revistas, de modo a que se varie o género de diversão e cultura. Lamentavelmente, a população nem sempre correspondia ao esperado, mesmo tendo em conta que se praticavam preços mais baixos do que em Lisboa, Porto e Coimbra.

Quanto às obras de melhoramento, estas só foram possíveis em 1949, devido às inúmeras dificuldades burocráticas encontradas para a sua execução, em virtude do projecto de alargamento para a rua onde o edifício se encontrava, o que inviabilizava o previsto aumento de capacidade da sala. Como havia necessidade de se aproveitar ao máximo as capacidades do espaço, a Direcção resolveu seguir o projecto do arquitecto Ernesto Camilo Korrodi, que eleva a lotação para 1.178 lugares. No entanto, tal foi feito um pouco à revelia da Inspeção Geral de Espectáculos que, após a vistoria realizada a 10 de Novembro de 1949, relata diversos problemas dos quais se destacam os seguintes:

Nono – Foram construídas frisas e camarotes, contrariamente ao determinado [...];

Décimo - Foi construída *promonoir* à altura do segundo balcão excedendo mais de metade da sala, o que contraria o disposto no parecer do Conselho Técnico da Inspeção dos Espectáculos [...];

Décimo primeiro – O edifício apresenta ainda mais algumas divergências em relação ao projecto aprovado, sobretudo no sub-palco. [Relatório da Inspeção Geral de Espectáculos]

Para que a abertura fosse possível, impõem várias condições entre elas a demolição dos camarotes, frisas e balcão, construídos ilegalmente ou, caso contrário, a sua interdição em espectáculos de cinema. Num total, a Inspeção pretende que se eliminem 114 lugares: 10 frisas, 8 camarotes e *promonoir* do lado direito e esquerdo. Isto a dez dias da abertura... Justifica-se a Direcção com uma “baralhação” de plantas e com o anseio de se obter mais elegância. A solução será a não utilização desses lugares, durante a exibição de filmes (anexo II, fig.s 14 a 18).

Lentamente, e à semelhança do que se passou um pouco por todo o país, o teatro foi decaindo, entrando num processo onde, praticamente, só se exibiam filmes pornográficos e uma ou outra revista.

Em 1998, com a escritura de venda, assinada pela Câmara, passou a ser um teatro municipal, iniciando um novo ciclo na sua vida ao integrar a Rede Nacional de Teatros.

117 anos depois, os accionistas cediam as suas acções, sem que, alguma vez, tivessem recebido qualquer dividendo por tal. No entanto, estava cumprida a sua missão: não deixar que Aveiro ficasse sem um espaço de cultura, que pudesse, sempre que necessário, acolher os artistas de renome ou os mais amadores.

Pouco depois, fecha, mais uma vez, para remodelação total, reabrindo, a 23 de Outubro de 2003.

3.2 Políticas de acolhimento

Ao longo dos mais de 125 anos de vida do Teatro Aveirense muitas foram as companhias que passaram por este admirável palco (anexo V). Para isso contribuiu a boa localização da cidade, a meio caminho entre o Porto e Coimbra.

De um modo geral, as companhias contactavam a Direcção do Teatro Aveirense a fim de visitarem a cidade aquando das suas deslocações pela província. No entanto, nem sempre a sua vinda era automaticamente aceite: a Direcção do Teatro sugeria, muitas vezes, que as companhias se deslocassem primeiro ao Porto e, só depois de se ler a crítica nos jornais do Norte, é que se assinava o contrato. Nem mesmo as companhias nacionais “escapavam” a este teste. Por exemplo, em Agosto de 1960, Amélia Rey Colaço, da Companhia de Teatro D. Maria II, oferece-se para actuar “no vosso lindo teatro”, no dia 5 ou 6 de Novembro, antes da ida ao Porto. O espectáculo é aceite, mas terá de ser ao contrário, pois, por experiência, aproveitava-se “o reclame e critica dos jornais do Norte, que aqui são bastante lidos, bem como o ser já um pouco fora da época balnear, o que desfalca um pouco as reservas monetárias dos frequentadores”, pode ler-se na diversa correspondência trocada então⁶.

Também aconteceu ser a Direcção a interessada em determinado espectáculo, não se coibindo de recorrer a vários estratagemas para conseguir contratá-lo. Tomemos dois exemplos.

Em 1952, para que Vasco Morgado viesse ao Aveirense e não à concorrência, a Direcção, pela mão do senhor António Luís Morais Cunha, contactou Amadeu do Vale para que este intercedesse junto de Vasco Morgado. O contrato era aliciante: 70% para o

⁶ Grande parte da correspondência trocada entre as diferentes Direcções e as Companhias e/ou empresários, encontra-se dispersa em várias pastas, no arquivo do Teatro Aveirense, sem qualquer tratamento.

Empresário, 30 % para o Teatro Aveirense. As datas foram deixadas ao critério da Grande Companhia de Revistas do Teatro Apolo (neste caso representada pelo senhor Vasco Morgado), sugerindo-se o período pós-feira e depois de 8 de Maio, por causa das festas da cidade. Escolheram-se os dias 16 e 17 de Maio e as peças *Enquanto houver Santo António* e *Aguenta-te Zé*.

Alguns anos depois, uma situação análoga é utilizada para se contratar a Companhia do Teatro Avenida, de Lisboa. Desta vez o intermediário foi Ribeirinho, visto ser conhecedor das boas condições do palco e do seu apetrechamento, “sendo um dos melhores da província, além do pessoal competente e das boas condições acústicas⁷”; conscientes de que a atitude era pouco correcta, terminam a carta dizendo “desculpe a maçada, mas isto é assim mesmo, quem não chora não mama...⁸”. Apesar disso, e com medo de que Ribeirinho não fosse idóneo o suficiente, pedem também a cooperação de Vasco Santana que lhes responde, a 31 de Março de 1956, dizendo já ter falado com Vasco Morgado “pois, como sabem, sou o maior admirador do vosso teatro e dos seus ilustres directores”. No entanto, *Por um fio*, não despertou muita curiosidade, uma vez que só se venderam cerca de 320 bilhetes. Como se tinha feito um negócio na base dos 35% - 65%, os cerca de 5.875\$50 foram divididos, tendo o empresário ficado com 3.819\$08 e o Teatro Aveirense com 2.056\$42.

Desde a sua inauguração que o saldo proveniente de espectáculos teatrais nem sempre dava para fazer face às despesas. Antes da adaptação do edifício para cinema, será sempre com alguma dificuldade que se sobrevive; só mesmo os bailes davam lucro. Contudo, esse lucro devia ser muito relativo, uma vez que a despesa, acarretada pelo “desmontar” da plateia e pelas (regulares) sessões de pancadaria que, inevitavelmente, se seguiam, era também elevada.

Tomemos como exemplo o ano de 1901⁹, que está bem especificado no “Diário Auxiliar de 1901-1942”:

⁷ 8 de Agosto de 1956, carta a Ribeirinho

⁸ Ibidem

⁹ De referir que as datas registadas nem sempre coincidem com as dos programas. Só se apresentam aqui os dados dos espectáculos mais significativos do ano.

		HAYER	DEVE
1 de Abril	Baile	9\$780	4\$780
30 de Abril	Tuna de estudantes Récita	63\$045	15\$320 17\$245
30 de Abril	C ^a D. Maria II	233\$760	353\$850
19 de Maio	C ^a D. Amélia	500\$780	511\$000

No geral, nesse ano, ficou registado que se recebeu 991\$657 e que houve de despesa 1.029\$905, sendo, por isso, o saldo negativo de 38\$248. Porém, havia que contar com uma dívida de 28\$000.

Por exemplo, em 1902, a Companhia D. Amélia rendeu 500\$780, mas deu de despesa 504\$320. Também em 1905 houve um grande défice com a Companhia de Zarzuela (105\$850) e, mais uma vez, com a Companhia D. Amélia (32\$915). Depois dessa data, e durante muitos anos, as contas passaram a ser gerais, não se especificando o tipo de espectáculo. Além disso, a forma como foram registadas, variava muito consoante as Direcções. Em alguns anos, não foram anotados quaisquer dados, noutros só foram os relativos a obras ou a sessões de cinema, apesar de ser possível saber – pela imprensa ou pela existência de programas - que houve espectáculos teatrais. No entanto, a partir de 1946, e de acordo com a lei em vigor, são feitos diversos mapas demonstrativos da exploração do espaço e, posteriormente, enviados para o Instituto Nacional de Estatística. No primeiro ano, os dados referem-se a todos os tipos de espectáculos, sendo, a partir de 1947, mais detalhados. Contudo, alguns espectáculos foram omitidos uma vez que os registados - através dos periódicos e dos programas - são em maior número do que os enviados para o INE. Por exemplo, em 1944 realizaram-se 185 sessões de cinema e 8 de outro tipo; no entanto, e como se pode ver no anexo V (registos de todos os espectáculos), houve mais de onze espectáculos (entre dramas, comédias e revistas), não contando com os amadores. E mesmo na altura em que fechou para obras - 1948/49 – há programas de espectáculos e o registo estatístico é vago e pouco claro.

Mesmo assim, havia companhias que não se deviam lamentar dos aveirenses. Uma das mais bem sucedidas foi a Companhia Rafael de Oliveira que, durante muitos anos fazia

a Aveiro a sua primeira “consulta¹⁰” para espectáculos, conseguindo, em 1957/58 ficar cerca de 3 meses, actuando duas vezes por semana e com muito agrado do público. Também Giuseppe Bastos, a 15 de Julho de 1960, escreveu uma carta à Direcção agradecendo o acolhimento prestado e dizendo que só aqui e na Figueira da Foz é que conseguiu “defender as despesas. Coimbra que é terra com que se conta sempre, desta vez, também falhou”.

Por tudo isto, havia que recorrer a diversas estratégias para recuperar de tal má sorte. No século XIX, além da sala, alugava-se também o tapete, cenários e os adereços. Mais tarde, advirão lucros com a publicidade. O restaurante – também chamado botequim – foi sempre arrendado, bem como o salão pequeno. Este, durante largos anos, esteve por conta do Grémio Artístico e, posteriormente, do Recreio Artístico. Também foi utilizado para aulas dos cursos de Sargentos. Mesmo as janelas do edifício trouxeram um lucro adicional, aquando da inauguração da estátua de José Estêvão, com o seu aluguer a pessoas abastadas da cidade, - Jerónimo Pereira Campos, Miguel dos Santos Gamelas e Guilherme A. Taveira – num saldo de 7\$000. Porém, os trabalhos de embelezamento para essa festa cifraram-se na ordem dos 8\$000, entre caiação da frente (3\$580) e iluminação e embandeiramento (4\$520). Em 1914 também alugavam as cadeiras e as estantes para exéquias e, nos anos vinte, guardavam-se carros no pátio do teatro aveirense, para quem fosse assistir aos espectáculos ou participar nos bailes.

Só o cinema é que trará um saldo francamente positivo. A primeira vez que se fala em produto devido a sessões cinematográficas é em 1907, apesar de as obras para adaptação da sala só se terem realizado em 1912. Nesse primeiro ano, houve um lucro de 8\$770. Os ganhos, quase sempre, superaram o investimento, como se pode ler numa missiva de 18 de Outubro de 1954, a um elemento da Direcção - Egas Salgueiro - que se encontrava nas termas, informando-o da receita de dois dias de espectáculos com a Companhia Amélia Rey Colaço-Robles Monteiro, nos dias 16 e 17 de Outubro. Diz-se que a casa rendeu “cerca de 29 contos. Melhor foi o filme do dia 14, que esgotou a lotação e só tinha custado 800\$00”. Se analisarmos os dados estatísticos de 1954 poderemos verificar que, nos quatro trimestres, houve 188 sessões de cinema, com 81.355 bilhetes vendidos, e,

¹⁰ 7 de Dezembro de 1959, carta de Rafael de Oliveira.

apenas, 16 espectáculos de teatro (incluindo ópera, palhaços, teatro declamado e amador), com 10.142 entradas. Não é de admirar que, na hora de gerir o pouco dinheiro disponível, se investisse no que dava lucro.

Se quisermos comparar, em termos de valor monetário, as receitas geridas por estes espectáculos, podemos examinar o ano de 1957, que até foi um ano excepcional, uma vez que a Companhia Rafael de Oliveira permaneceu dois meses no Aveirense, dando, sozinha, quinze espectáculos.

	Nº de espectáculos	Nº de espectadores	Receitas
CINEMA	220	88.198	689.666\$50
TEATRO	21	8.862	84.826\$50

Para tentarmos compreender a causa desta desproporção, tomemos, como exemplo, o preço dos bilhetes para seis diferentes espectáculos desse ano. O primeiro, refere-se a uma récita de homenagem a um ilustre professor aveirense, com amadores; o segundo, à opereta *A fonte do amor*, pela Companhia de Opereta Portuguesa; o terceiro, a duas comédias, pela principal e mais conhecida companhia nacional – a Companhia de Amélia Rey Colaço-Robles Monteiro, com *Peraltas e Sécias* (dia 18.05)) e *A muralha* (dia 19.05); o quarto, a um espectáculo de beneficência, a favor da obra do Padre Miguel, pelo Grupo Etnográfico de Espinho e Amadores, a peça em 1 acto *Coroa de rosas* e bailados; o quinto, menciona os preços dos espectáculos da Companhia de Rafael de Oliveira/Teatro Desmontável; o último, são preços de uma sessão de cinema.

	Alunos e ex-alunos Amadores (31 de Jan.)¹¹	C^a. de Opereta Portuguesa (6 de Fev.)	C^a. Amélia Rey Colaço-Robles Monteiro /D. Maria II (18 e 19 de Maio)	Grupo Coreográfico de Espinho (31 de Maio)	C^a. Rafael de Oliveira (Nov. e Dez.)¹²	A Justiça de Jessie James, (24 de Nov.)
Frisas (5 lugares)	100\$00	200\$00	130\$00	100\$00	75\$00	-----
Camarotes (5 lugares)	75\$00	200\$00	120\$00	75\$00	70\$00	-----
Fauteuils de Orquestra	22\$50	45\$00	35\$00	22\$50	17\$50	-----
Fauteuils simples	17\$50	40\$00	30\$00	17\$50	15\$00	-----
Cadeiras	12\$50	35\$00	25\$00	12\$50	12\$50	-----
1º Balcão (filas A, B e C)	22\$50	45\$00	35\$00	22\$50	17\$50	12\$50
1º Balcão (filas D, E e F)	15\$00	40\$00	30\$00	15\$00	15\$00	10\$00
1º Balcão restantes filas	10\$00	35\$00	25\$00	10\$00	12\$50	10\$00
2º Balcão (filas A, B e L)	7\$50	20\$00	15\$00	7\$50	7\$50	6\$00 (só a A)
2º Balcão restantes filas	5\$00	15\$00	10\$00	5\$00	5\$00	5\$00

Os ingressos para o cinema são os mais acessíveis, como era de esperar. Curiosamente, os espectáculos dos amadores são relativamente elevados; no entanto, a procura tem a ver com o facto dos actores serem conhecidos e com a razão do espectáculo em si. No geral, os mais baratos são os da companhia itinerante; daí terem também muita procura. Os mais caros são as operetas, talvez porque envolvam mais participantes, acrescidas de despesa com orquestra.

¹¹ Sarau de homenagem ao Dr. José Pereira Tavares, com a presença do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, que representaram três textos vicentinos (*Monólogo do vaqueiro*, *Súplica da Cananeia* e *Todo-o-mundo e ninguém*) e de Amadores aveirenses (*Coroa de rosas* e *O tesouro*).

¹² Preços iguais em todos os espectáculos de Novembro e Dezembro.

Todavia, se em determinados momentos o cinema atrai populações, noutros afasta-as, obrigando, pontualmente, a Direcção a fechar a casa. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 1924, pois nem o cinema serviu de defeso, tendo-se suspenso as suas sessões. O mesmo sucedeu em 1925. O porquê da falta de público prendia-se com o facto de estar a decorrer a Feira de Março. Também nos anos cinquenta, quando a cidade contava já com duas salas de exibição de filmes, as duas Direcções tiveram de se entender e passar a organizar espectáculos alternados, uma vez que a população não conseguia atender a tanta oferta. Curiosamente, em 1959, também a recém-nascida televisão fazia alguma concorrência, como se lê numa carta ao Presidente da União de Grémios de Espectáculos¹³: “A manutenção deste cinema está a tornar-se difícilima... agora agravada com a desleal concorrência da televisão.”

¹³ Nesta carta, apelava-se à alteração da tarifa de energia. Assim, em vez da correspondente às casas comerciais (tarifa III), pedia-se que fosse aplicada a da indústria (tarifa V).

4. As crises e as suas razões

[...] É esta a salvação

De um país moribundo [...]

Todo o progresso

Dimana da bola.

(Crepúsculo de Pangloss, 1930)

4.1 Condições do edifício

Como já vimos anteriormente, os membros da elite que levaram a peito as restantes obras do Teatro Aveirense, não se pouparam a esforços. Como propósito primordial tinham uma enorme vontade de melhorar os hábitos culturais e recreativos já existentes e que, por causa das acanhadas condições dos teatros locais, não podiam evoluir. Por tal motivo, a obra é executada com recurso a técnicos especializados da capital.

Com o (mau) uso e os problemas inerentes a um espaço frequentado por muita gente, é natural que o material se deteriorasse facilmente. O inventário, realizado a 21 de Julho de 1881, apresentava uma lista do material em depósito, onde se vê que já há “quatro regadores de lata em mau estado” e uma bancada “por concluir”, para a plateia geral. Até 1885, muitos objectos foram vendidos ou o seu paradeiro tornara-se desconhecido, uma vez que, no inventário de 15 de Fevereiro, o seu nome aparece simplesmente riscado ou com a indicação “vendido”. Também se pode verificar que, das seis bancadas da plateia geral, três estão em mau estado; das seis filas de cadeiras (num total de 112 lugares), já só há cinco filas (num total de 92 lugares); há menos quatro estantes e menos seis bancos para a orquestra. Até o mobiliário de cena desapareceu: dos nove lavatórios, só sobram quatro e, dos nove espelhos, três.

Em 1886, compram-se 34 cadeiras de palhinha para os camarotes, a 300 réis cada uma, e 78 para a plateia superior. As que ainda estavam em condições mandaram-se arranjar. E este era um trabalho quase constante. No ano seguinte, já se andavam a pintar e envernizar os “mochos” e as cadeiras dos camarotes. Nesse ano, realizou-se uma récita cuja receita reverteria em benefício do próprio teatro, que se encontrava em más condições. Rendeu 60.710\$000. Provavelmente, foi esse dinheiro que serviu para os melhoramentos à prova de fogo (18.745\$000). O Comandante dos Bombeiros tinha ameaçado que mandava encerrar o espaço, caso tal medida de segurança não fosse implantada. E pensar que só se tinham passado sete anos, desde a sua inauguração! No inventário de 1888, ainda figuram as três bancadas em mau estado. Por outro lado, já consta um tapete que, durante alguns anos, será passível de arrendamento às companhias que o pretendessem.

O século XIX não termina sem que uma das fachadas fosse alterada e a parede, a poente, passasse em 1896 a ter quatro portas.

Nos livros de contas são registadas algumas obras que, tendo em conta o pouco valor, devem ser referentes a alguns trabalhos de rotina e manutenção. Na verdade, com alguma regularidade havia arranjos no telhado e pintura das paredes. No início do século XX, era vontade de todos ampliar o espaço para que as receitas também fossem maiores. O teatro era constituído por 14 frisas, 19 camarotes de 1ª ordem, 5 de 2ª ordem, 76 lugares de cadeira, 60 de superior, 106 de geral e 50 de galeria. As comodidades para o público não eram muitas. A retrete e o urinol do átrio não eram limpos e o edifício necessitava de uma pintura urgente. O seu aspecto envergonhava a cidade e as outras construções à sua volta, mais parecendo “uma carvoeira do que uma casa de recreio”, escrevia-se pela imprensa. A falta de dinheiro ia protelando qualquer decisão. Em 1911, estudava-se a hipótese de se melhorarem as condições da sala para que se pudessem exhibir mais filmes. Havia que adaptar a sala para o cinema, o que implicava algumas obras. Pensou-se então em obras mais aprofundadas, com vista ao aumento da capacidade de público assistente, e ao almejado aumento de receitas. Era desejo da Sociedade Construtora e Administrativa transformar “este nosso acanhado teatro, em uma moderna casa de espectáculos de grande lotação, [...] para que esta terra seja frequentada pelas grandes companhias dramáticas, que actualmente aqui não vêm devido à pequenez do actual edifício”[...]. [Relatório de contas, entregue a 31 de Dezembro de 1913]. Por dificuldades diversas, o início das obras foi sendo adiado. Primeiro foram dificuldades com o arquitecto do projecto, o portuense Marques da Silva, que acabou por ser substituído por Mendes da Costa, já que este apresentava honorários mais em conta. Em seguida, são as dificuldades ao nível financeiro, que se vão arrastando por largos anos, com algumas denúncias dos accionistas na imprensa, que acusam as diferentes Direcções de má gestão e de fazerem as coisas sem consultarem os accionistas. As obras estimavam-se em cerca de 8.550\$68 e o mestre António Augusto Silva arrematou-as por 8.400\$00, um preço inferior ao estipulado. Mesmo assim, era demasiado dinheiro, uma vez que a Sociedade já se tinha empenhado na compra de um terreno e de “um fôro de terreno” [SIC], anexos às suas instalações, para que se pudessem realizar obras de ampliação. Procura-se um empréstimo de 12.000\$00, por dez anos, junto da Caixa Económica, através da hipoteca. A avaliação dos bens móveis e imóveis, é, nesta altura, de 118.510\$00, sendo 70.000\$00 pelo edifício. O empréstimo é concedido e tudo se prepara para as obras. Por motivos pessoais, um dos elementos da Direcção do Teatro Aveirense demite-se, levando a alterações das condições do empréstimo por parte da Direcção da Caixa

Económica, o que se torna incomportável. São adiadas as grandes remodelações, fazendo-se as obras estritamente necessárias, nomeadamente as que se prendiam com a segurança, a pedido do Comissariado de Polícia, que insistia que se tomassem medidas urgentes. Como já tinha alertado, numa carta enviada a 15 de Dezembro de 1916, o acumular de tanta gente que enchia “literalmente, a sala, os átrios e escadas a ponto de comprimida se estender pela rua fora”, era muito perigoso. Mandava, então, que, nos intervalos, todas as portas estivessem abertas e que ostentassem a indicação do lado de abertura. Para tal, a Direcção teve de deixar de alugar o salão ao Recreio Artístico, o que trouxe mais um revês nas já parcas finanças do Teatro.

Com a ajuda do Engenheiro Von Haff, são projectadas as obras mais urgentes e que não podiam esperar. Por falta de verba, foi executado apenas em parte. Continuou-se a instalação da luz eléctrica, cuja memória descritiva já vinha de 11 de Dezembro de 1913, , Desapareceram as frisas, fez-se o prolongamento da plateia por debaixo dos camarotes fez-se uma limpeza geral, pintou-se o edifício mas não se construiu o desejado balcão, por falta de tempo, aguardando-se por uma melhor oportunidade financeira, o que nunca se verificou. A 26 de Abril de 1917, pagou-se a planta da instalação eléctrica - 13.400\$00 – e um candeeiro para o palco – 21.000\$00. Arranjou-se, o palco, pelo que se compraram 540 tábuas novas, bem como os camarotes dos actores. Com o final das obras, não acabou a polémica: a 29 de Novembro de 1919, *O Democrata* queixava-se que a sala tinha perdido elegância e conforto. No entanto, os mestres ainda poderiam remediar esta situação, uma vez que a empreitada, “à boa moda portuguesa”, não estava ainda finalizada.

Meses antes, a 25 de Agosto, através de uma missiva anónima publicada em *O Democrata*, um accionista manifestava-se contra a suspensão do projecto inicial, preparado pelo arquitecto do Porto, Marques da Silva, que tinha custado muito dinheiro e que tinha sido aprovado pela Assembleia Geral. Acusava a Direcção de que o que pretendia fazer em obra, ficava caro, não correspondia ao necessário aumento de lotação e o público ficava pessimamente servido. Antes da consumação de tão grande erro, devia a Direcção reunir uma Assembleia Geral e aguardar que ela se pronunciasse sobre o melindroso assunto.

Na realidade, a instalação da luz eléctrica arrastar-se-ia até 1922, altura em que se fizeram contratos pelo aluguer da sala e da instalação eléctrica, e se publicita este melhoramento como recente.

Com tanta utilização – quer para espectáculos de cinema quer de teatro ou bailes – os materiais danificavam-se, indubitavelmente. Além disso, as cadeiras eram desconfortáveis e o frio era muito. As queixas eram inúmeras: “Pequena, acanhada, sob todos os pontos de vista, com um traçado péssimo de camarotes que impede os espectadores de verem o decorrer da cena”. [*O Democrata*, 19.01.1924]

Sem as tão necessárias obras de fundo, o edifício continuava a degradar-se, mas o dinheiro não aparecia o que inviabilizava qualquer remodelação. O descontentamento do público era muito, pois a sala estava a ficar cada vez mais antiquada e desconfortável. Em 1923, realizam-se novamente trabalhos no palco e algumas reparações na sala, à semelhança do que se faz, em 1925, na plateia, e em 1930, novamente no palco. Neste ano é ainda exigido que se coloque um pano de ferro, por causa dos incêndios. Apesar destas condições precárias de funcionamento, o edifício resiste e vai aguentando, até final dos anos quarenta.

Em 1945, um espectador de uma sessão de cinema solicita à Direcção que seja indemnizado por ter rompido as calças numa das cadeiras (anexo III, fig. 17). A carta, em arquivo na pasta relativa à correspondência recebida entre 1939-1945, é elucidativa não só do estado das cadeiras mas também do sacrifício que, muitas vezes, as pessoas faziam para se distraírem um pouco.

Espectador da sessão de cinema do dia 26 do corrente, precisei de num dos intervalos sair para o átrio quando ao levantar-me ficou-me presa parte das calças num parafuso da cadeira que utilizei o qual produziu um profundo e largo rasgão nas calças. Eram as melhores que possuía, isto é, o que se chama domingueiras.

Sou um simples operário que do meu trabalho e muito me custa ver uma peça de roupa de tanta estima inutilizada.

Este facto foi verificado por um empregado do teatro que pode confirmar.

Rogo-me a V^a Ex.^a o obséquio de proceder para que eu seja indemnizado, pois para mim é uma grande ajuda e ao teatro não faz diferença nenhuma.

Francisco Ferreira Jorge [27 de Agosto de 1945]

Nesse ano, outra concorrência fazia tremer as receitas do Aveirense: os concertos de música, no Jardim Público. Por serem gratuitos, atraíam muita gente, pelo que até as sessões de cinema se ressentem de tal. É enviada uma carta à Comissão Municipal de Turismo, solicitando que não haja concertos nem às quartas-feiras nem aos sábados, para não prejudicarem a exploração da casa. Esse pedido só é parcialmente atendido, optando a Comissão por fazer concertos à quinta-feira, em vez da quarta, mas não alterando os sábados

pois dizem que, é nesses dias “que o público tem mais tempo para o recreio” [carta de 13 de Julho de 1945].

Na década de quarenta, surgia também uma ameaça ao (quase) exclusivo espaço de espectáculos da cidade: um novo cine-teatro estava a ser construído, com mais conforto e modernidade. O Aveirense tinha, por isso, de evoluir, sob pena de perder assistência para a concorrência.

Assim, em 1947, iniciam-se, finalmente, as tão desejadas obras. Por esse motivo, a casa teve de fechar, durante cerca de dois anos. Houve um derrube quase total do teatro, restando, da primitiva arquitectura, apenas o palco e as paredes-mestras. A casa ganhou em conforto, comodidade e qualidade, tornando-se uma das melhores do país. A própria Amélia Rey-Colaço, numa carta à Direcção, afirma que desejaria ter uma casa assim em Lisboa. A sua inauguração fez-se em 19 de Novembro de 1949, com a Companhia de Revistas do Teatro Maria Vitória, que apresentou a revista *Esquimó fresquinho*.

4.2 Concorrência

Apesar deste ter sido, durante muitos anos, o único palco da cidade, nem sempre foi fácil atrair a população. É certo que os preços praticados nem sempre estavam ao alcance de todos, apesar de, pontualmente, se dedicarem espectáculos às freguesias rurais onde se praticavam preços “populares” (caso do espectáculo da Companhia do Teatro Apolo, em 1918, com a peça *O Mártir do Calvário*). Outras vezes, outras atracções chamavam mais alto, ficando o Aveirense “às moscas”.

Todas as companhias que passavam por Aveiro tinham de ter em conta a data em que o pretendiam fazer, pois a época nem sempre era boa. Pelo Carnaval faziam-se muitos bailes de *Mi-carême* e a população preferia-os a tudo o resto; em Março/Abril era a Feira de Março que convidava às despesas¹⁴; “de 12 a 16 de Maio são as festas da cidade e ninguém vem ao teatro ou cinemas¹⁵”; em seguida, a época balnear (que ia até Setembro) fazia com que as famílias mais abastadas – e também mais assíduas aos espectáculos – se retirassem para a

¹⁴ Numa carta de 13 de Março de 1923, a Tomás Vieira, diz-se o seguinte: “A época de feira é das piores, pois que os diversos e baratos divertimentos que ali se encontram tiram por completo a concorrência ao teatro, a não ser o cinema que se aguenta por ser um espectáculo rápido” [...]

¹⁵ 27 de Abril de 1954, carta a Robles Monteiro.

costa¹⁶; e o ano terminava com bailes, cada vez mais concorridos (“em Dezembro, as festas de fim de ano dão sempre casas bastante más¹⁷”). Sendo assim, justificam-se as inúmeras frases que se encontram na correspondência em arquivo, do tipo “a época é má para a realização de tais espectáculos, visto estar muita gente para fora desta cidade a onde só regressa em Outubro¹⁸”; “há poucos dias foram anunciados dois espectáculos e não se deram por falta de público que comprasse os bilhetes¹⁹” ou então, “aconselho-o a não vir porque não tiraria nem para as viagens”²⁰.

Mas não era só o mês que tinha de ser tido em conta. Os dias da semana eram muito bem analisados, uma vez que nem todos eram bons para espectáculos. De acordo com uma carta de 1931, os melhores dias eram a sexta e o sábado; ficando, mais tarde, as quintas e domingos para o cinema. Houve, contudo, algumas companhias que deram espectáculo ao domingo, tendo de suportar a despesa relativa à não exibição do filme. Foi o que aconteceu a Vasco Morgado, com a peça *Rainha do ferro velho*, em Abril de 1959, o qual viu o seu saldo ser reduzido em 2.500\$00 por ter querido espectáculo ao sábado e domingo, “dias de defeso e que servem de fiel de balança para o equilíbrio cá do negócio”, pode ler-se numa carta de 10 de Março de 1959 ao empresário. No entanto, o contrato não deve ter sido mau, uma vez que, meses depois, voltam com o mesmo espectáculo. Em Novembro de 1960, a Companhia do Teatro ABC pretende dar um espectáculo, durante uma tarde, mas é-lhe dito que à tarde “raras vezes o cinema compensa, quanto mais o teatro”.

Por tudo isto, os contratos com as Companhias que vinham de fora iniciavam-se com muitos dias ou meses de antecedência. É que, além dos condicionantes anteriormente mencionados, havia que ter em conta que os aveirenses preferiam as Companhias locais, sobretudo se estas tinham em representação alguma revista ou opereta.

Um grande grupo de amadores está ensaiando uma revista local [*A caldeirada*] que tenciona levar à cena muito em breve e para a qual tem já três ou quatro casas passadas, contando mesmo dar muitos mais espectáculos.

O primeiro espectáculo será no próximo dia 31 do corrente, repetindo-se todas as quintas e domingos seguintes.

¹⁶ Na correspondência com diversas companhias de teatro, há alguns registos de espectáculos que decorreram nas praias mais próximas e outros que foram anulados por falta de procura de bilhetes.

¹⁷ 3 de Maio de 1950, carta a Amélia Rey Colaço.

¹⁸ 14 de Agosto de 1925, correspondência com o Teatro Apolo.

¹⁹ 21 de Agosto de 1925, *ibidem*.

²⁰ 31 de Maio de 1924, correspondência com Carlos de Oliveira.

Isto, como vê, só prejudica qualquer outro espectáculo que aqui se queira dar porque sempre o público dará preferência à revista, visto ser coisa nova na terra e desempenhada por pessoas que todos conhecem.

Acho que o meu amigo faria muito bem em fazer primeiro a sua viagem aos Açores e Brasil e no regresso falaríamos.

Devo também dizer-lhe que pela pouca concorrência que tem, já terminámos hoje com o cinema pois já não dá para as despesas. [Carta de 19 de Maio de 1924, a Carlos de Oliveira]

Como vimos, com alguma frequência acontecia que o nome em cartaz não fosse suficientemente atractivo e arrastasse pouco público. Que o diga a Companhia de Amélia Rey-Colaço e Robles Monteiro cujo espectáculo *Asas quebradas*, em 21 de Agosto de 1923, pouco público conseguiu atrair, e pela Companhia de Hortense Luz que viu, em Julho de 1939, dois espectáculos²¹ seus serem anulados, por falta de público. Também Alves da Cunha teve algum azar, a 17 de Março de 1948, com a peça *O ladrão*, uma vez que alcançou um malogro de tal ordem que a própria Administração o aconselhou a tão cedo não voltar a Aveiro. O actor ainda contactou o Aveirense, pois pretendia limpar a “má imagem deixada”, trazendo a peça *O grande advogado*, ou outra, em Abril ou Maio. No entanto, a época já não era das melhores: decorria a feira anual da cidade e as pessoas tinham em memória tal ocasião. Quiçá, por isso, tenha aguardado até 1953, para novo contacto mas, mais uma vez, foi rejeitado, não tendo sequer chegado a haver discussão sobre preços e condições de actuação. Também Maria Lalande e Assis Pacheco, com *Milagre da rua*, a 26 de Março de 1953, pouca sorte tiveram, junto do público aveirense. A Companhia D. Amélia quase sempre atraiu pouca gente, deixando, por vezes, um saldo negativo atrás de si²². E, em Agosto de 1953, nem os nomes sonantes das estrelas da companhia do chamado “Teatro em férias” foi o suficiente para chamar público.

Para precaverem “fascos” maiores, os contratos eram à percentagem, sendo, normalmente, 60% para a companhia e o resto para o teatro. Só muito pontualmente é que a companhia conseguia convencer a administração do Aveirense a conceder-lhe 65%. E isto só acontecia quando se tratava de um espectáculo musicado, porque, como dizia a Companhia, “implica uma organização de mais de 32 figuras acrescida de duas camionetas, uma de passageiros, outra de carga, *comedorias* [SIC] para todo o pessoal, direitos de autor

²¹ Com as peças *Riquezas de sua avó* e *Os bebês*.

²² O défice dos espectáculos de 26, 27 e 28 de Novembro de 1899 foi de 24.720\$000; em Maio, de 1905, o défice foi de 32.915\$0000.

elevadíssimos, orquestra, guarda-roupa e tudo o mais²³. Se o público aderisse, ainda se marcava uma nova sessão, para dali a um ou dois dias. Caso contrário, havia que fazer contas à vida e esperar que a bilheteira desse para cobrir as despesas. Em 1958, foi feito um contrato com Giuseppe Bastos, representante da Companhia Brasileira de Revistas, onde a administração do Aveirense se comprometia a pagar mais cinco mil escudos, caso os bilhetes esgotassem. Também a Companhia D. Maria II, em Novembro de 1954, com uma peça de teatro declamado - *Essa mulher*, de Cesare Giulio Viola- conseguiu um contrato de 70%, o que era mesmo raro.

Outras vezes, algumas administrações decidiram correr os seus próprios riscos e, em vez de contratos à percentagem, compravam o espectáculo por um determinado preço aguardando, depois, que a bilheteira cobrisse a dívida. Foi o que aconteceu, com alguma regularidade nos anos 50, quando o normal era pagar 17 ou 18 mil escudos, por noite e por espectáculo, e deixar para as companhias as despesas com os direitos de autor, viagens, transportes, maquinistas, ajudantes, orquestra e mulheres do guarda-roupa. Já nos finais do século XIX, a casa rendia por volta de 24\$470, se vendessem todos os bilhetes, o que não deixava muita margem de lucro, uma vez que a direcção ainda teria de saldar o imposto único, a polícia, bombeiros, pessoal da casa, luz e carpintaria de palco, além da publicidade.

No entanto, este não era o único local de divertimento da cidade. Nos fins de Março, iniciava-se a Feira de Março, que se prolongava ao longo de um mês. Nessa altura, o (pouco) dinheiro tinha de ser bem gerido pelo que, muitas vezes, os aveirenses preferiam gastá-lo nos divertimentos da feira do que nos espectáculos do Aveirense. Além disso, nos barracões do Rossio podiam ser vistos espectáculos e, mais tarde, fitas, a preços mais populares. Por tal motivo, vezes houve em que a administração do Teatro preferiu fechar a casa, em virtude de os lucros não compensarem as despesas. E muitos espectáculos de artistas conceituados eram mesmo rejeitados para que as suas receitas não fossem diminutas.

Outros divertimentos que, pontualmente, concorreram com o Aveirense foram as touradas e o futebol (anexo III). Relativamente ao primeiro entretenimento, este foi muito vulgar ao longo do século XIX, tendo chegado a haver uma praça de touros na cidade que,

²³ Carta da Companhia de Revistas do Teatro Maria Vitória, em Janeiro de 1945.

segundo os peritos, era das mais modernas e a segunda melhor do país, apesar das muitas vozes contra:

Aveiro, terra atrasadíssima sem melhoramentos naturais de qualidade alguma, possui todavia uma das melhores praças de touros da nação. [...]

Não há nada melhor do que provar o grau de civilização a que este povo chegou. Perca-se tudo mas haja touros. Aquele individuo que gastou uns poucos de contos de réis na praça do Rossio, teria servido com maior vantagem esta terra e os seus próprios interesses, se empregasse esse dinheiro no desenvolvimento ou criação de qualquer pequena indústria.

Não a quis e tanto pior para ele e para a terra. [*O Povo de Aveiro*, de 20.05.1883]

O futebol chegou a Aveiro em 1894. Segundo o *Campeão das Províncias*, de 19 de Agosto, estava marcado, para esse dia, um “match” entre o Ginásio Aveirense e o Grupo Futebolista Ilhavense, na qual participavam também quatro bandas filarmónicas. Era a primeira vez que se realizava um jogo oficial, desde que Mário Duarte tinha ensinado aos outros rapazes como se ocupava o tempo, dando pontapés numa bola de couro. E foi também por sua iniciativa que fundou, em Ílhavo, o primeiro clube de futebol português. Desde então, e pouco a pouco, este desporto começou por cativar cada vez mais público. Em 1924, são tantos os seus adeptos que a revista *Pangloss em Aveiro*, fez uma crítica ao facto do país estar cada vez mais virado para esta modalidade:

Três [desafios de futebol num só dia]: um no Rossio, entre os negros de Coimbra e os amarelos do S.P.T. da Força; o segundo, no Largo do Governo Civil: bater-se-ão como leões dois grupos *fixes* – os onze de Portimão e outros tantos do Social *Sport* da Praça do Peixe; finalmente, no Cojo, lutarão como feras **Os Galitos**, com o Pompeu e o Natividade à frente, e os do Beira-Mar, que são os futuros campeões de Portugal. [...] Isso, é claro, não falando dos desafios parciais que *vossências* estão habituados a ver: nas Cinco Ruas, em S. Gonçalo, em S. Domingos, na Rua Larga, em todos os becos, em cima da Esquadra, etc, etc. [TAVARES, 1924: 42-43]

A 29 de Janeiro de 1949 é inaugurada a “magnífica sala de espectáculos Cine-Teatro Avenida” [*Correio do Vouga*, 29.1.1949], com maior capacidade e condições de conforto de acordo com as exigências dos espectadores. A curiosidade e o requinte fizeram com que o público trocasse o velho Aveirense pela moderna e recém-inaugurada sala de espectáculos, na principal avenida da cidade. Com lotação para 1.400 pessoas, distribuídas pela plateia, 1º e 2º balcão e quatro camarotes, todos queriam admirar a obra do arquitecto Rodrigues Lima,

que seguia as grandes construções modernas da capital. Para o primeiro dia, foi escolhido o filme *Não há rapazes maus*, onde se focava a vida e a obra do Padre Américo Monteiro de Aguiar.

Mesmo limitada, a concorrência era o suficiente para que o Aveirense passasse por algumas dificuldades ao nível das receitas. É que a cidade era pequena para comportar duas salas de cinema e as contrariedades não se fizeram esperar. Por tal motivo, nos anos cinquenta, as administrações das duas casas, para minimizarem o prejuízo, tiveram de se reunir e acordarem esquemas de gestão. A primeira ideia foi acordarem em exhibições alternadas de espectáculos, o que implicava que nenhum deles apresentasse dois espectáculos seguidos. Depois, ainda se tentou dividir os dias da semana em que cada casa apresentava sessões de cinema e/ou teatro: terças, sábados e domingos, no Aveirense, quartas, quintas e domingos, no Avenida.

No entanto, é provável que esta rotatividade não fosse do agrado do Teatro Aveirense, uma vez que, alguns dos contratos foram adiados ou deixados por fazer acabando por perder dinheiro. É o que se depreende de uma missiva a Igrejas Caeiro, a 17 de Novembro de 1951, dizendo que não podem organizar nada enquanto o Avenida não realizar dois espectáculos musicados “a que têm direito”. Em 1952, esta situação mantinha-se. Numa carta ao bailarino Aníbal Sanção, a 13 de Maio, explicava-se que não poderia haver espectáculos no Teatro Aveirense enquanto o Avenida não apresentasse um, visto que o último espectáculo com a Companhia do Teatro Apolo tinha sido organizado por eles.

O público também não devia gostar de tais decisões, uma vez que a acústica do novo Cine-Teatro não era aconselhada para representações teatrais. Três meses depois da sua inauguração, os periódicos aludem ao desconforto da sala, sentindo-se muito calor e, em alguns sectores, não se conseguia ouvir nada. Em Maio, *O Democrata* recorda quais as imperfeições desta sala: “as paredes muito nuas de ornatos, um palco muito pequeno e falta de acústica para os espectáculos declamados.” [*O Democrata*, 28.05.1949]

Este dissabor, levou a que os seus administradores depressa se vissem obrigados a optar, apenas, por sessões cinematográficas, havendo, por isso, registo de poucos espectáculos (anexo VI).

4.3 Conflitos

Apesar de algumas polémicas pontuais, nenhuma foi tão grave como a que se verificou nos anos 40, envolvendo Egas Salgueiro e Alberto Souto, duas personalidades ilustres do burgo. Nesta altura, temia-se que a inauguração do moderno Cine-Teatro Avenida viesse afundar ainda mais as parcas economias do Aveirense e os sócios questionavam a existência da sociedade, uma vez que, poucas tinham sido as oportunidades de ver algum retorno ao seu investimento. Havia que se proceder, o mais rápido possível, a obras de modernização, sob pena de que a Inspeção Geral de Espectáculos não tolerasse mais o seu funcionamento, nomeadamente quando deixasse de ser o único da cidade. Poucas eram as pessoas aptas a pôr em prática um projecto tão sumptuoso. Depois de algumas Assembleias Gerais, chega-se a um consenso: o bem sucedido empresário e homem de negócios, Egas Salgueiro, poderia ser a pessoa ideal para reunir garantias financeiras para que as obras se realizassem.

Tudo estava bem encaminhado, quando, um seu adversário político, o Dr. Alberto Souto, presidente da Assembleia Geral da Sociedade, levantou nas páginas do jornal *O Democrata*, muitas intrigas e a suspeita de que o objectivo do seu inimigo era vender o edifício e tirar dividendos em seu próprio proveito. Apesar deste se defender, as acusações levantadas, juntamente com a displicência que alguns herdeiros das acções vinham sentindo, fazem com que a cidade se divida no apoio ou não à Direcção. É que muitos dos compradores iniciais das duas mil acções, tinham já falecido e, de acordo com os estatutos da sociedade que vigoravam então, estas deviam ser averbadas no prazo de um ano após a morte do autor; caso contrário, as mesmas eram dadas como perdidas, a favor da Sociedade. Alguns sócios discordavam do modo como os artigos estavam redigidos, o que levantava algumas dúvidas. Após o parecer de diversos advogados, Alberto Souto optou por publicar a lista com o nome dos sócios cujas acções estavam dadas como anuladas [*O Democrata*, de 25.08.1944] e as dos sócios efectivos [*O Democrata*, de 2.09.1944]. Por ter sido uma decisão própria, à revelia dos outros elementos da Assembleia, e que custou muito dinheiro à Sociedade, Alberto Souto é afastado, a pedido da Direcção e do Conselho Fiscal. Apesar de ter sido irradiado, não deixou de comparecer às Assembleias Gerais, na qualidade de sócio, onde continuou a atacar as contas e outras opções da Direcção.

Depois de muita celeuma, esta mesma Direcção nomeou uma Comissão para elaborar novos estatutos, acabando, assim, com páginas e páginas de querelas na imprensa.

4.4 Chegada do Cinema

Como vimos anteriormente, o cinema chegou a Aveiro na primeira década do século XX, durante as Feiras de Março. Em 1910, a concorrência que fez ao Aveirense foi de tal forma que a Administração do mesmo considerou que teria de acompanhar o progresso, sob pena de não acolher importantes receitas e, principalmente, perder para a concorrência o seu público. Estudam-se, então, novas obras de melhoramento, de modo a que também se pudesse acolher este tipo de espectáculos.

Assim, em 1911²⁴, os espectáculos com fitas começam a intercalar com outros espectáculos, o que contribuía, e muito, para quebrar a monotonia das noites da cidade. Além disso, estava encontrada uma nova forma de lucro, que compensava, de modo geral, certos fiascos e as constantes obras de manutenção. A vida do Aveirense – e dos aveirenses - nunca mais seria a mesma.

Este novo passatempo foi tão bem acolhido que, um ano depois, se fizeram obras para montagem do maquinismo de modo a que o cinematógrafo funcionasse constantemente. Também se inicia a instalação da luz eléctrica, procedendo-se ao alargamento da plateia e ao desaparecimento das frisas. Substituíram-se as cadeiras da geral e as da superior. Comprou-se, ainda uma parcela de terreno, por 202\$095, pertença do Liceu de Aveiro, para possibilitar a posterior ampliação da sala. Todo o investimento se justificava.

Contudo, a relação com o cinema foi sempre uma relação de amor-ódio. Se, por um lado, trazia mais receitas do que qualquer outro tipo de espectáculos, por outro, trazia, identicamente, alguns dissabores. A qualidade do material nem sempre era a melhor. Muitas vezes, as fitas estavam já tão gastas que se partiam, para desespero da assistência, que mostrava o seu desgosto destruindo as cadeiras e outros materiais existentes na plateia. Além disso, certas fitas não eram bem acolhidas principalmente pelas pessoas que viam no

²⁴ No entanto, num dos livros de contas, relativos ao ano de 1907, há uma nota que faz referência a três sessões de cinema, que renderam 8.770\$000.

cinema um meio perigoso de educar a população, sobretudo as crianças, que poderiam imitar o que viam na tela. No entanto, as estatísticas mostram que, as grandes receitas provinham do cinema pois o aluguer das fitas era sempre mais barato que o contrato de uma companhia. Não admira, por isso, que, a pouco e pouco, as opções acabem por ser a organização de mais sessões de cinema em detrimento de espectáculos teatrais.

Esta situação, verificava-se em todo o país. Os custos inerentes à montagem de um espectáculo teatral eram tão elevados que os empresários preferiam não arriscar. Em 1949, José Gamboa, no seu livro *De Teatro*, lamenta-se que só em Portugal se viva mais para o futebol do que para as actividades que poderão “elevar o padrão de vida económico, intelectual e artístico da nossa população”, comparando mesmo a situação de Lisboa com a de outras metrópoles:

Paris tem 70 ou 80 teatros, Londres e Nova Iorque 40 ou 50, sem contar com os muitíssimos dispersos pelos seus bairros excêntricos, e assim Roma, Berlim, Milão... e até Madrid – com uma área, quantidade de habitantes, níveis económico e cultural sensivelmente aproximados do nosso – possui em permanente funcionamento 20 teatros. [GAMBOA,1949: 185]

Apesar de muitas pessoas culparem o cinema da crise do teatro, José Gamboa discorda de tal. Segundo este autor, a falta de público deve-se, única e exclusivamente, ao “próprio péssimo teatro que muitos dos nossos incapazes e cabotinos directores teatrais têm sempre feito...” [GAMBOA, 1949:187].

A população, no entanto, continuava a preferir o cinema. A seguinte tabela, que reúne os dados enviados para o Instituto Nacional de Estatística nas décadas de quarenta e cinquenta, permite-nos evidenciar que as grandes enchentes aconteciam nas sessões cinematográficas; os espectáculos de teatro raramente esgotavam a sala, cuja capacidade rondava os 750 lugares. A única vez que tal aconteceu, deu-se no dia da reabertura, a 20 de Novembro de 1949, com a Companhia de Revistas do Teatro Maria Vitória, que apresentou a revista *Esquimó fresquinho*²⁵. Contudo, há que referir que, nesta tabela não constam os espectáculos de teatro amador, muito apreciados pela população e que, normalmente,

²⁵ No dia 19 houve um espectáculo para convidados (accionistas, autoridades e individualidades de destaque). O público em geral só no dia seguinte é que teve acesso aos bilhetes.

aliciavam um maior número de espectadores. Por exemplo, em 1940, a revista, do Clube dos Galitos, *Molho de Escabeche*, obteve um êxito colossal, com diversas reposições, sempre esgotadas, sobretudo depois das três triunfantes actuações no Coliseu de Lisboa, mas o número de assistentes não ficou registado nem foi enviado para as autoridades. O mesmo aconteceu no ano seguinte: dos três espectáculos realizados (anexo V), só foi contabilizado um, o da Companhia Estêvão de Amarante, realizado no dia 2 de Julho, uma vez que os outros dois foram apresentados pelos alunos da Escola Comercial Fernando Cadeira e pelo Grupo Cénico do Troviscal.

ANO	Cinema		Espectáculos de Teatro e variedades	
	Número de sessões	Assistência	Número de sessões	Assistência
1940	118	49.671	8	3.453
1941	125	41.143	1	541
1942	158	59.433	1	665
1943	181	84.167	4	2.448
1944	185	91.351	8	4.312
1945 ²⁶	246	114.382	12	6.432 ²⁷
1946	241	100.362	9	5.420
1947 ²⁸				
1948 ²⁹				
1949 ³⁰	26	13.297	1	1.737 ³¹

²⁶ Para aumentar os lucros, há sessões em mais dois dias por semana.

²⁷ 750 bilhetes referem-se a convites para um serão cultural do FNAT.

²⁸ Ano em que a casa fechou para obras. Enquanto foi possível, e paralelamente com as obras, transmitiram-se filmes, para criar receitas, sem registos claros nos livros; No entanto, há programas em arquivo, como se pode ver no anexo V.

²⁹ A casa esteve fechada para obras, a maior parte do ano; contudo, há programas em arquivo, como se pode ver no anexo V.

³⁰ Só consta o 4º trimestre.

1950	244	82.739	20	13.538
1951 ³²	97	61.373	12	7.734
1952	183	81.013	11	6.809 ³³
1953	190	82.037	13	8.271
1954	188	81.355	16	10.142
1955	209	92.771	7	6.108
1956	227	95.458	11	6.557
1957	220	88.198	21	8.862
1958	209	83.818	38	17.175
1959 ³⁴	104	39.680	10	6.428

Analisando estes dados, podemos verificar que, a diferença entre o número de simpatizantes, que assistia aos cinemas e ia ao teatro, é bastante notória, pelo que não admira que a oferta fosse, também, maioritariamente, pelo género de espectáculos que desse mais lucro. É que, além das despesas com o espectáculo em si, havia que contar com as despesas inerentes ao funcionamento de manutenção de uma casa – luz, água, limpeza, empregados, recuperação de material, etc. Como referido precedentemente, várias são as cartas que dão conta das dificuldades financeiras. A limpeza também era, muitas vezes, descuidada. Há relatórios de vistorias que detectam problemas de várias ordens. Em Julho de 1952, um fiscal queixou-se do empregado João Figueiredo Pereira, que não aceitou ir para a porta de serviço que lhe tinha sido atribuída; em vez disso, despiu-se, comprou um bilhete e assistiu ao cinema como qualquer espectador. Também há lamentos acerca dos maus cheiros, das retretes mal limpas e das teias de aranha.

³¹ Apesar da capacidade da sala ser de 1030 pessoas, houve muitos curiosos que quiseram ver as novidades, depois das obras.

³² Registos muito incompletos, uma vez que faltam alguns trimestres.

³³ A peça *Três num automóvel* só conseguiu 80 espectadores!

³⁴ Dados incompletos (faltam dois trimestres).

5. Memória artística de um Teatro

“No teatro cá de Aveiro,/ logo depois de Fevereiro,/
a toda a gente pasmada,/ hão-se os seus autores um dia,/
ambos eles, à porfia,/ dar a bela Caldeirada”

(Pangloss em Aveiro, 1924)

5.1 As companhias acolhidas

Quando as actividades teatrais eram quase exclusivamente o único entretenimento dos cidadãos, a vinda de uma companhia de fora era motivo de muita curiosidade. Não havendo escola adequada, era no palco que os amadores se faziam actores, pelo que a observação das principais figuras da cena portuguesa era-lhes também de grande utilidade, contribuindo para a formação de cada um, enquanto actor ou actriz. Como dizia Fialho de Almeida:

Em todos os tempos do teatro português os grandes actores e actrizes se fizeram na rua, em plena multidão, estudando e observando a vida em plena liberdade, ao invés de estarem a ouvir a respeitáveis professores de cinquenta anos, com que intensidade vulcânica se devem exprimir as paixões dos vinte – que eles provavelmente nunca sentiram. Manuela Rey, Emília das Neves, Emília Adelaide, etc. – estudaram a ciência de visionar tipos dramáticos em laboratórios psicológicos – que eu até tenho vergonha de dizer : - Taborda era tipógrafo, António Pedro, carpinteiro, Adelaide Douradinha lavava casas, Adelina Abranches, filha duma hortaliçeira [SIC] do Campo de Sant’anna, e foi aí, em plena multidão, sofrendo, trabalhando e chorando, que esses grandes artistas surpreenderam da vida os lances que com tanto brilho souberam exteriorizar. [ALMEIDA, 1970: 15]

Talvez por este motivo, e de um modo geral, podemos dizer que o público aveirense sabia acolher e acarinhar as companhias nacionais, apesar de, pontualmente, não comparecer à convocação.

Contudo, nem todas conseguiam granjear apreciadores no meio provinciano. Como vimos, no capítulo anterior, por vezes, nem a fama que traziam de Lisboa era suficiente para atrair a população.

Sendo figuras públicas, era normal que também despertassem a curiosidade dos portugueses, que não se poupavam em aplausos e tributos. Assim, podemos imaginar como Taveira se terá sentido, naquelas noites de Junho, de 1863: as poesias de homenagem, os intermináveis aplausos e os inúmeros ramos e coroas de flores artificiais são testemunho do real entusiasmo vivido e da ovação sentida por todos os presentes. Como se não bastasse, no final da noite, o mesmo foi acompanhado por um grande número de habitantes, e por música, ao hotel onde estava instalado. Esta situação repetiu-se quando

da sua partida, até à estação do comboio. Era o primeiro actor profissional a encantar os aveirenses, proporcionando noites com “casa à cunha” e fazendo com que os lugares não tivessem chegado para todos os curiosos.

Um dos aspectos que agradou à população foi o facto do senhor Taborda ter feito um benefício aos artistas aveirenses, actuando no mesmo tablado que eles e manifestando admiração pelo patriotismo e mérito deste probos actores. Aquele que tanto idolatravam estava ali em comunhão com todos, sem qualquer tipo de vedetismo ou vaidade. E, provavelmente, as palavras de incentivo, vindas de tão conceituada figura, tê-los-á motivado ainda mais, levando-os a almejar sucessos idênticos.

Pelo palco do Aveirense passaram várias companhias portuguesas e estrangeiras. Destas, destacam-se as espanholas de zarzuela, uma vez que, ao longo de vários anos, animaram os serões aveirenses com enorme afluência. Os seus espectáculos eram normalmente constituídos por operetas e/ou zarzuelas e, mesmo o facto de serem interpretadas por crianças, não afastava o público. Na verdade, em 1900, a Companhia Infantil de Zarzuela fez-se anunciar grandemente, com as suas 40 crianças, e foi tão bem sucedida que permaneceu na cidade durante todo o mês de Abril, com espectáculos quase diariamente, sempre com casa cheia.

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, as Companhias de Zarzuela encheram os cartazes, nomeadamente em Dezembro de 1900, em Novembro de 1902, em Janeiro de 1903, em Janeiro e Março de 1905, em Março de 1908, em Abril e Maio de 1910 e em Janeiro e Fevereiro de 1916. Não é, pois, de admirar que seja este o género de espectáculos que o Clube dos Galitos comece por imitar, como veremos mais adiante.

Exibiram-se em Aveiro as Companhias de Zarzuela de Mário Perez Soriano, Juan Bosch, Barrilaro, Lorenzo Simonetti, Luís Coronel, José Moron, entre outras. Como se disse anteriormente, eram companhias muito bem acolhidas, e que alcançavam uma vitória ímpar. Como recordaria, em 2 de Julho de 1955, o jornal *Litoral*:

No público era vivo e evidente o interesse para tais [zarzuelas] representações: o Aveirense enchia-se por completo e os aplausos eram calorosos e prolongados. [*Litoral*, 2.07.1955]

Uma das poucas que o não conseguiu, foi a que elegeu Julho e Agosto, de 1893, para os seus espectáculos. A escolha dos meses de verão, não deve ter sido a mais correcta, visto que, um pouco por todo o lado, grassava uma crise que levava a que muitas fábricas despedissem os seus empregados. Além dessas notícias, eram também as relacionadas com o encarecimento do custo de vida que preenchiam as páginas dos periódicos. No entanto, os que podiam poupar alguns réis, preferiam o teatro de feira. No final, a referida companhia teve várias dificuldades para conseguir cobrir as despesas e poder prosseguir viagem.

Nos meados do século XX, as companhias espanholas dão lugar a companhias vindas do outro lado do Atlântico. Tiveram grande aclamação pública a Companhia Eva Todor, a Companhia de Dulcina de Moraes e Odilion de Azevedo, a Companhia Cacilda Becker e a Companhia Maria Della Costa. [SANTOS, 2004: 315]

De um modo geral, eram companhias que se encontravam em Lisboa e que, na sua passagem para o Porto, paravam em Aveiro onde davam um ou dois espectáculos. De todas estas, importa destacar a Companhia Maria Della Costa por um espectáculo que não chegou a ser apresentado, mas que esteve anunciado no *Litoral*, de 8 de Junho de 1957. A censura esteve atenta. Apesar de ter permitido que *A... respeitosa* fosse representada no Teatro Apolo de Lisboa (durante o mês de Maio), não deu autorização a que a mesma seguisse em itinerância. Disto mesmo nos diz *A República*, de 11 de Junho de 1957: “Por motivos imprevistos ficou sem efeito a representação no Porto, Coimbra e Aveiro, da peça *A... respeitosa*”. Esta representação deveria ter ocorrido a partir do dia 12, no Porto e, no dia 17, em Aveiro. No entanto, a Polícia Política fez uma perseguição tão feroz à Companhia que esta teve de cancelar os outros espectáculos. O argumento foi o do costume: a peça não era acessível à compreensão das grandes massas. Contudo, algumas críticas foram feitas à atitude da entidade censória. Aveiro incluía-se, assim, no grupo das poucas cidades que poderiam ter a oportunidade de desfrutar de um espectáculo único, provando a mentalidade aberta das suas gentes. Era um facto que o Aveirense pertencia a um conjunto de teatros por onde era quase obrigatório passar. Todavia, talvez com receio de agitar outro tipo de consciências, o Governo de então não permitiu que tal acontecesse. De qualquer forma, a imprensa local chegou a anunciar o espectáculo, tendo, dias depois, explicado o porquê da sua anulação.

[...] Nada de concreto se nos disse, na altura, sobre os motivos da suspensão. E, muito naturalmente, julgámos que ela teria resultado de qualquer vulgaríssimo desentendimento contratual entre a Companhia e a empresa do Aveirense.

Soubemos depois que o impedimento se filiava, pura e simplesmente, na proibição de representar a peça em Aveiro, medida extensiva também ao Porto e a Coimbra. [...]

Mas o *Jornal de Notícias* de 14 deste mês, em artigo do agudo crítico Ramos de Almeida, esclareceu-nos: «A... Respeitosa», pelo que ali se revela, não poderia mostrar-se a plateias destituídas de maioridade cultural e moral para assistir ao espectáculo... [...]

[...] «A... Respeitosa», de Jean Paul Sartre foi proibida, alegando-se que o público do Porto, Aveiro e Coimbra ainda não possuía maioridade cultural e moral que permitisse assistir ao espectáculo.

A **coisa** foi dita assim mesmo ou por outras palavras equivalentes a uma Empresa Estrangeira que nos visitava e que vinha ao Porto e iria a Coimbra e a Aveiro, sem quaisquer intenções comerciais, apenas para fazer e mostrar «**bom Teatro**», como infelizmente não se deixa representar em Portugal. [...]

Aveiro, cheia de tradições e bafejada por surto progressivo que a torna das primeiras do país, já tem o mesmo público – como é óbvio mais reduzido – de Lisboa, para compreender sem se corromper, a peça de Sartre. [...] [*Litoral*, 22.06.1957]

Como já vimos, foram vários os artistas que comoveram os amantes locais das artes cénicas. Entre os vários aplaudidos, duas companhias se destacaram: a Companhia do Teatro D. Maria II e a Companhia Itinerante Rafael de Oliveira.

Companhia do Teatro D. Maria II

No que concerne às companhias portuguesas mais assíduas em Aveiro, destaca-se, pela sua presença regular, a Companhia Nacional do Teatro D. Maria II. Importa, contudo, ressaltar que esta companhia, ao longo da sua existência, esteve sob a alçada de diversos empresários, possuindo, inclusive, outro nome - Companhia de Teatro de Almeida Garrett - entre 1910 e 1939.

A primeira vez que se apresentou na cidade da ria, foi a 5 de Março de 1881, tendo dado quatro récitas (e não três, como dizem alguns periódicos), nos dias que permaneceu na cidade, durante as festas de inauguração do Teatro Aveirense, sob o nome “Sociedade de Artistas Dramáticos”³⁵. Faziam parte dela, as principais figuras da cena portuguesa: Eduardo Brasão, João e Augusto Rosa, Ferreira da Silva, Maria Pia, Rosa Damasceno e Lucinda Simões. No entanto, a crítica não foi unânime relativamente ao seu desempenho:

³⁵ Mais tarde, em 1893, tomaram o nome de Companhia Rosas & Brasão.

A Companhia de D. Maria II deu três espectáculos em Aveiro. O drama *Amor por conquista* não agradou; a *Mantilha de renda* teve um grande sucesso, o *Drama novo* foi recebido friamente e diz o *Distrito de Aveiro*, «é triste que os nossos primeiros actores, que a companhia do nosso teatro normal se entretinha com peças deste género, que nem sequer tem a vantagem de satisfazer ao gosto público, e que apenas podem servir para revelar a vocação dum ou outro actor, para o género trágico.» [*Jornal da Noite*, 9.03.1881]

O Campeão das Províncias relatou, todavia, uma situação diferente:

Nesta récita, o entusiasmo tocou as raias do delírio. No último acto da *Estrangeira* (de Dumas filho), a ovação atingiu as proporções de um sucesso, porque nunca nesta terra se fez manifestação mais importante. Atiraram-se para o palco flores em profusão extraordinária. As senhoras, dos camarotes e frisas, agitavam lenços, significando os seus aplausos. As plateias, de pé, saudavam os actores num estrondear incessante de palmas. [...]

No fim do espectáculo, à saída, os actores (Virgínia, Rosa Damasceno, Brasão, Augusto Rosa, João Rosa, Joaquim Almeida...) eram esperados à porta do Teatro por muitos cavalheiros desta terra, que os acompanharam ao hotel numa verdadeira *marche aux flambeaux*, levantando vivas a todos eles com verdadeiro entusiasmo. [*Campeão das Províncias*, de 12.03.1881]

De salientar que, *A estrangeira*, tinha obtido fartos aplausos em Lisboa, à semelhança da peça *Um Drama novo*, com mais de mil e oitocentas representações cada uma. As outras peças – *Amor por conquista* e *Mantilha de renda* – não constam da lista dos seus triunfos. [*A Companhia Rosas & Brasão*, catálogo de exposição, no Museu do Teatro, 1979]

Nos anos sucessivos, a Companhia de Teatro de D. Maria II regressou, com alguma regularidade, a Aveiro. De um modo geral, o público acolhia com gáudio os seus espectáculos. No entanto, caso a exibição se revelasse um desapontamento, os protestos não se faziam esperar. Foi o que aconteceu em 1909, com *A Severa* por culpa do seu assunto que “é escabroso [notando-se] a contrariedade com que as plateias e mormente as de província, aceitam a peça, taxando-a de imoral” [*Beira-Mar*, de 28.06.1909], mas também da própria companhia. Daí o acolhimento frio que recebeu do público aveirense. A Companhia despediu-se da cidade, deixando uma impressão de decadência e de inferioridade:

[...] Mais vale fechar de vez as portas do Normal do que tê-las assim abertas aos transfugas do *Dalot*, em pleno Rossio, quer dizer, nas bochechas da capital, como se fora

terreiro de feira para exibição de teatro de barracão. [...] Aquela casa transformou-se, de facto, na Runa dos artistas de teatro e, ao mesmo tempo, em albergue de crianças abandonadas. [*Beira-Mar*, 14.06.1909]

Assim como está, sem ordem, sem superioridade, sem grandeza, sem arte e sem artistas, uma perfeita manta de farrapos a desfazer-se, nem é um teatro de reformas, inovador e revolucionário, nem sequer satisfaz ao espírito da lei que o criou, com todo o seu aspecto burocrático e manga de alpaca, mas respeitando os velhos moldes académicos e conservadores de *trucs e ficelles*, de grandes frases e grandes *poses*, com que todas essas glórias do palco, extintas ou a extinguirem-se, tocavam na corda sensível dos nossos avós. [*Beira-Mar*, 28.06.1909]

Talvez por tudo isto, e pelos preços elevados que cobraram, se tenha seguido um longo jejum sem terem regressado. Em 1916, sob o nome de Companhia do Teatro Almeida Garrett, deram dois espectáculos: *Correio de Leão e Pedro, o cruel*, a 11 e 12 de Setembro, respectivamente. É certo que apenas Carlos Santos se mantinha no elenco da pateada *Severa*, contudo, mais uma vez, a crítica não lhes foi nada favorável. Em relação à primeira, esta foi friamente recebida tendo-se escrito que “não se recomenda e assim o pano desceu sobre alguns quadros sem único aplauso dos espectadores, que mostraram dessa maneira o descontentamento”. [*O Democrata*, 15.09.1916]. No entanto, isso não impediu que, para a peça do dia seguinte, *Pedro, o Cruel*, se tenham vendido mais 83 lugares para as galerias do que o permitido, o que resultou num aglomerado perigoso de pessoas. Protestou-se com o empresário que se justificou dizendo que tinha alertado os últimos compradores desta situação:

[...] Centenas de testemunhas podem afirmar o que presenciaram vendo naquele lugar, não uma fila de espectadores, ocupando os seus 120 lugares marcados, mas uma pilha, um cacho de gente, apertada, acotovelando-se numa situação horrorosa, na contingência até de vir cá abaixo, o que muito fácil seria se por desgraça o varandim cedesse à pressão violentíssima exercida por os que se esforçavam e estendiam sobre as pessoas sentadas às quais o varandim servia de apoio para não serem esmagadas. [*O Democrata*, 22.09.1916]

Quando começou o espectáculo, todos se levantaram e protestaram. Depois de muito tempo de pateadas, veio um actor ao palco e os ânimos serenaram e os “espectadores da galeria, com uma resignação mais que evangélica, sofrendo aquela tortura diabólica, mantiveram-se no mais rigoroso silêncio, na mais completa ordem.” Como se não bastasse, “o Sr. Comissário de Polícia, que estava muitíssimo à larga e confortavelmente sentado no

seu camarote, deu parte em juízo contra dois espectadores da galeria [...] culpando-os de todo o incidente, imputando-lhe a responsabilidade pela interrupção do espectáculo e perturbação da ordem!!!”. [ibidem]

Coincidência ou não, alguns anos decorreram até novo regresso. Não se sabe se, por vontade dos aveirenses ou dos empresários. Porém, só em 1938, é que a situação se alterou. Já era sua residente a Companhia Amélia Rey Colaço - Robles Monteiro e a enchente foi digna de registo.

A nossa casa de espectáculos registou na terça-feira uma grande enchente, como há muito não era vista.

Atraídos pelo reclame da peça que os artistas do nacional, de Lisboa, anunciaram, o público acudiu à bilheteira e imediatamente esgotou a lotação, ficando os retardatários a chuchar no dedo. É que o bom teatro, o teatro de escola, ainda é, apesar de tudo, o preferido. [O Democrata, 14.05.1938]

A recompensa de Ramada Curto foi desempenhada magistralmente por “Amélia Rey Colaço, que tão bem soube encarnar a mulher do povo, pondo em relevo as suas maiores virtudes – dignidade, amor, trabalho”. [ibidem]

Nos anos cinquenta, a Companhia Amélia Rey Colaço e Robles Monteiro conseguiu diversos contratos, alguns, como se disse, com condições mais vantajosas para a companhia do que era normal. De um modo geral, os periódicos locais, ao anunciar os espectáculos, não tinham medo de prever um grande sucesso, uma vez que se estava na presença da grande Amélia Rey Colaço. Mas, nesta Companhia, não era só o casal Rey Colaço - Robles Monteiro que granjeava enormes créditos na imprensa. Outros intérpretes se juntavam de modo a atrair mais espectadores. Olhando para os diversos programas, podemos encontrar nomes como os de Raul de Carvalho, Aura Abranches, Emília de Oliveira, Ester Leão, Paiva Raposo, Rogério Paulo, Helena Félix, Luz Veloso, Erico Braga, Palmira Bastos, entre muitos outros.

As relações entre as Direcções do Aveirense e esta companhia foram sempre das mais cordiais. Em 1951, descerrou-se uma lápide de homenagem a Palmira Bastos. A própria Amélia Rey Colaço, era apreciadora deste palco, sendo costume tecer-lhe largos elogios. No entanto, os espectáculos de 16 e 17 de Outubro de 1954, não foram muito concorridos, uma vez que, de acordo com os dirigentes aveirenses, a empresa resolveu ir

primeiro a Albergaria-a-Nova, o que fez com que muitas pessoas não tivessem vindo à capital de distrito, como era habitual.

A passagem desta companhia pela cidade do Vouga foi pautada por altos e baixos, num total de trinta e nove visitas. Em 1955, os aplausos não foram poupados aquando dos espectáculos *A terceira palavra* e *Para cada um a sua verdade*. Anunciado dias antes na imprensa local, com várias citações da crítica dos jornais do Porto, o público acorreu em grande número, enchendo a sala por completo e comprovando a categoria dos artistas. Os periódicos locais destacaram, principalmente, as interpretações primorosas de Rogério Paulo, Helena Félix, Palmira Bastos e Amélia Rey Colaço. Muitas vezes, recorriam a actores locais para fazerem de figurantes. Foi o que aconteceu com a peça *Prémio Nobel*, em Outubro de 1954, tendo Robles Monteiro solicitado quatro raparigas e cinco homens, o necessário para fazerem de enfermeiras e de polícias.

Uma das últimas vezes que passou por Aveiro, em 1957, conheceu o fracasso com os espectáculos *Peraltas e Sécias* (18 de Maio) e *A muralha* (19 de Maio). Em dois dias de espectáculo, só se venderam 725 bilhetes - dois terços da lotação - havendo, na primeira noite, “aplausos discretos”, e, na segunda noite, ainda conseguiram “romper a muralha de reserva dos frios espectadores” [*Litoral*, de 25.05.1957]. O motivo que terá levado ao malogro do primeiro dia, prendeu-se, talvez, com o facto de ser uma peça já muito vista na cidade (tendo sido, inclusivamente, representada por amadores), o que afastou os espectadores. Tal como lhe advertira a administração do Aveirense, numa carta, enviada a 21 de Setembro de 1954, “as pessoas que frequentam o teatro são sempre as mesmas, com raras excepções, e portanto, evitam ver uma peça em repetição.” Também poderá ter sido o preço dos bilhetes, um pouco mais elevados do que o normal, como se viu, na página 41.

No entanto, e contrariando estas explicações, *A muralha*, apresentada pela Companhia de Rafael de Oliveira, a 19 de Dezembro de 1958, não teve problemas em atrair auditório, apesar de ser um texto já do conhecimento de público mais assíduo.

Companhia Rafael de Oliveira

De todas as companhias que passaram por Aveiro, esta foi, sem dúvida, a mais bem sucedida, já que, raras vezes, se queixou de infortúnio, tendo todos os seus espectáculos

colhido fortes aplausos, mesmo quando se tratava de reposições.

A primeira vez que os aveirenses tiveram a oportunidade de aplaudir foi em Julho de 1933, aquando da sua permanência no “*Stadium de S. Domingos*”³⁶. Seguindo a tradição, com companhias do saudoso género do teatro Dalot, a satisfação foi tal que, dos terrenos cedidos onde montavam o seu palco, depressa passaram a ocupar a principal e única sala de espectáculos da cidade. Durante longos anos, Aveiro foi ponto de passagem obrigatório para esta Companhia de Teatro Desmontável, “o melhor conjunto no género”, como se intitulava. As relações entre ambas as Direcções – do Teatro e da Companhia – foram sempre muito amistosas, como se comprova pela correspondência trocada, em arquivo no Teatro Aveirense, onde as referências à saúde e os cumprimentos à família são uma constante. Além disso, a primeira consulta da Rafael de Oliveira era Aveiro, o que não é de admirar pois, muitas vezes, só aqui garantia um saldo que lhe permitia superar as despesas.

Em 1957/58, a sua estada prolongou-se ao longo de seis meses, dando um total de 80 representações: 50 no seu próprio espaço e 30 no Teatro Aveirense. De acordo com a imprensa, esta dilação ter-se-á devido não só à variedade dos géneros apresentados como ao bom convívio e acolhimento que os actores encontraram na cidade. Alheio a isso não será porventura o facto de, pontualmente, contarem com a colaboração dos actores amadores, o que atraía ainda mais público. Ou, como escreve Eduardo Cerqueira no *Litoral*, de 25 de Janeiro de 1958, o facto desta ser uma Companhia que se apresenta com “honradez” pois “o que faz é a sério – e bem”. E prossegue o autor/historiador aveirense:

Não atiram poeira aos olhos dos espectadores para alcançar êxitos fáceis de bilheteira; não se deixam arrastar pelas predilecções popularuchas; não transigem com a depravação e o aviltamento da sua arte. Fazem teatro, decerto, para agradar ao público, mas com o consciencioso propósito de a si próprios se satisfazerem. [*Litoral*, 25.01.1958]

O fanatismo era de tal forma que, mesmo após tantos meses de espectáculo em Aveiro, os seus apreciadores chegaram a organizar uma excursão a Guimarães, a 26 de

³⁶ Terreno no centro da cidade que funcionava como local onde se praticava desporto (há registos de encontros de futebol e de boxe) e onde se instalavam, pontualmente, os itinerantes que não possuíam categoria suficiente para actuarem no Aveirense (anexo III, fig.s 37 e 38).

Abril de 1958, tendo a Companhia apresentado a peça *A herdeira de Verneil*, por nunca ter sido vista em Aveiro.

A última vez que passaram por Aveiro foi no ano de 1975, pouco tempo antes de cessarem este longo projecto. Actuaram quarenta e quatro vezes no Aveirense.

Outras companhias

Além das duas referidas anteriormente, outras houve, como podemos verificar no anexo IV. De uma forma resumida, podemos constatar que a Companhia do Teatro Ginásio estreou-se em Aveiro, a 30 de Maio de 1882, com *O saltimbanco* e, a última vez que se mostrou aos aveirenses foi, no dia 24 de Junho de 1918, com *O Palácio da Marquesa*. No total, subiu vinte e duas vezes ao palco do Aveirense.

A Companhia do Teatro D. Amélia fez a sua primeira aparição no dia 26 de Novembro de 1899, com *A marechala*. Passou doze vezes por Aveiro, muitas vezes, sofrendo alguns reveses. Com o nome de Companhia do Teatro República, deu quatro espectáculos no Aveirense, sem registos de malogro.

A Companhia do Teatro Avenida foi melhor acolhida, talvez por trazer as sempre muito apreciadas revistas. A primeira foi a 9 de Junho de 1909 – *ABC*. Deu vinte e cinco espectáculos, alguns trazidos pela mão de Satanela e Amarante, Maria Matos, Hortense Luz, Piero Bernardon, Vasco Morgado e Laura Alves.

Outra presença regular foi a Companhia do Teatro Apolo. Deu doze espectáculos, sendo o primeiro, no dia 18 de Março, de 1918, com a peça *A mãe*, e o último, no dia 13 de Julho, de 1954, com *A Rosinha dos limões*. Como Teatro do Príncipe Real, deu quatro representações de comédias e dramas.

Quanto às companhias do Porto, destaca-se a de Ópera do Teatro Príncipe Real que, entre 1881 e 1903 deu mais de um dezena de bem sucedidas óperas e operetas no Aveirense.

Outros artistas houve que foram igualmente bem acolhidos, na sua estada em Aveiro. Adelina Abranches, ciente do carinho que a população tinha para com os seus amadores, dedicou uma récita ao Clube dos Galitos, a 13 de Fevereiro de 1938, com a

comédia *Feitiço*. Em troca, recebeu uma lápide comemorativa da sua passagem pela cidade. Laura Alves, foi também homenageada aquando da sua passagem, em 1959, com a peça *Rainha do ferro velho*, um original de Garson Kenin.

5.1.1. Os reportórios

A maior parte das companhias que visitavam Aveiro vinha em itinerância, após o fim da época dos teatros de Lisboa. Por tal motivo nunca apresentavam estreias, mas antes espectáculos que já tinham em carteira.

Caso a companhia viesse do sul do país, era aconselhada a ir primeiro ao Porto, para que os cronistas residentes fizessem a crítica ao espectáculo e, só depois, conseguissem angariar clientes em Aveiro. Por vezes, o negócio dependia mesmo do (in)sucesso no Porto. Foi o que aconteceu a Vasco Morgado, com quem não chegaram a acordo relativamente a *Eles, elas ... e os meninos*, em Setembro de 1959. No entanto, algumas vezes, certos nomes bastavam para ser atracção suficiente, não precisando de muita propaganda.

Os reportórios eram muito variados, havendo, contudo, pontualmente, uma predilecção por géneros, consoante a moda e o gosto nacional. À semelhança do que se passava no resto do país, também o público aveirense seguia a tendência dos outros públicos. Assim, até ao final do século XIX, e desde que foi inaugurado, a preferência era por dramas clássicos. Os espectáculos eram normalmente compostos de um drama – que ocupava a maior parte do serão – seguindo-se uma comédia em um acto. Entre 1881 e 1889, representaram-se cerca de vinte e cinco dramas, várias pequenas comédias e inúmeras zarzuelas.

Com a viragem do século, os espectáculos comoventes serão, tendencialmente, trocados por espectáculos mais “chistosos” e divertidos. A vida no país não era das melhores e muitas eram as casas que viam os seus homens partir para a guerra. O teatro servia de entretenimento, meio de distração, “um contrapeso à angústia diária da rua, [onde] o público revela tendência para favorecer a sátira ao quotidiano em revistas e comédias de costumes, em detrimento do teatro sério que tanto consenso recolhera na transição do século.” [VIEIRA, 1999: 54]. Além do mais, as novas correntes artísticas que pululavam um pouco por toda a Europa, também chegavam a Aveiro. Como dirá

Querubim Vale Guimarães, presumivelmente o primeiro crítico teatral aveirense, em 1909:

De todos os géneros de arte, o teatro é a nosso ver, o mais poderoso agente de emoção e, como tal, deve ser igualmente um poderoso meio de equilíbrio e não um elemento perturbador, na educação intelectual, moral e afectiva do povo.

Assim, é que não se tolera hoje o velho melodrama, nos moldes cedícios do primitivo classicismo, em que da plateia se apostrofava o tirano ou saíam, fungando como Madalenas, os espectáculos que não podiam nem sabiam resistir ao trágico epílogo dum romance de capa e espada.

[...] O palco é um pequeno trecho do meio em que agimos, em que lutamos, sem personagens de convenção, ou efeitos cómicos que firam a imaginação, apenas, ou deslumbrem os sentidos.

Exigimos para personagens os tipos vulgares, comuns, reais, que encontremos todos os dias, hora a hora, instante a instante, com as quais tratamos, no labutar constante das nossas relações sociais. [*Beira-mar*, de 19.5.1909]

Estas exigências prendem-se com o prosseguimento das tendências iniciadas em França, no final do século XIX, ligadas ao Naturalismo. A opinião de Querubim Guimarães abraça a do público: em vez dos “dramalhões” e dos romances de capa e espada, pretende-se antes que o palco seja uma reprodução fiel da realidade e que esta não seja escamoteada. Tal como ele diz “é um outro espírito social da época e mudaram também por completo os cambiantes da vida humana” [*ibidem*]. Anseia-se por cenários, objectos e personagens o mais reais possíveis, como se houvesse uma “quarta parede” [VASCONCELOS, 2001: 137] a separar o público do palco e toda a encenação não passasse de uma “*tranche de vie*, uma fatia da vida de cada um” [*ibidem*]. Quem sabe, não seja por este motivo, que os actores conhecidos, os que se viam todos os dias na rua, à porta de casa ou na sua labuta diária, fossem, por isso, tão bem aceites em palco. Como se estivessem a mostrar às suas audiências, a sua própria vida.

De um modo geral, o século XX foi, no geral, dominado por uma coexistência de estilos que variou entre as comédias, as revistas populares e o teatro declamado. Em 1925, numa carta ao teatro Apolo, escreve-se que o género mais apreciado é a opereta. Daí que não seja de surpreender que as companhias locais tenham optado por, quase sempre, encenarem revistas locais ou operetas, mesmo sem grandes dotes vocais, mas indo ao encontro das expectativas dos públicos. À medida que os anos passavam, a revista tornava-se cada vez mais popular, apesar de nem toda a gente acolher de bom grado este género:

Casa cheia, a de quinta-feira. Estava tão cheia que os espectadores... não puderam movimentar os braços para aplaudir... O compacto aglomerado do público parecia um bloco de gelo! [...] Aveiro é Aveiro: come de bom grado as apetitosas tripas; mas dificilmente traga géneros avariados - ainda que o género seja teatro ligeiro... [*Litoral*, 10.12.1955, a propósito das revistas *Ó Zé aperta ao laço* e *O Porto é o Porto*]

Em contrapartida, o teatro moderno, oferecido pelas companhias de teatro experimental que, a partir da década de cinquenta surge um pouco por todo o país, terá dificuldade em conseguir o seu público. Como se dizia no *Litoral*, a 17 de Outubro de 1954: “[...] Na generalidade dos casos, o cinema e o teatro, se sobem de qualidade, baixam de cotação na preferência das multidões”.

Em 1968, nas páginas do *Litoral*, um dos elementos do CETA (Círculo Experimental de Teatro de Aveiro), lamentava-se pelo facto de o Teatro Experimental do Porto e o Teatro Experimental de Cascais não actuarem em Aveiro por ausência de público interessado.

5.2. Os Grupos/Companhias locais

Conforme referido no capítulo dois, os aveirenses sempre tiveram inclinação para as artes dramáticas. Por este motivo, a edificação dos espaços teatrais existentes em Aveiro, e aqui referidos – Teatro São João Baptista, Teatro dos Artistas Aveirenses e Teatro Aveirense - , foram motivados por iniciativas particulares, em virtude da necessidade que sentiam de concretizar essa paixão. É natural, por isso, que para além do acolhimento a companhias em itinerância, houvesse grupos organizados para subirem ao palco e mostrarem os seus dotes.

O periódico mais antigo consultado data de 1856, o mesmo ano em que os artistas inauguraram o “Teatrinho” São João Baptista, na casa do senhor João da Silva, à Fábrica da Loiça. O primeiro espectáculo de “curiosos” ocorreu no dia 24 de Setembro desse ano, sendo todos “principiantes e jovens” [*Campeão do Vouga*, de 24.09.1856]. Em Dezembro, já se anunciam como “Sociedade Dramática” [*Campeão do Vouga*, de 4.12.1856], apregoando o espectáculo do dia 14 como único, uma vez que tinham conseguido autorização para que as mulheres pudessem representar. Seria a primeira vez que “três jovens do sexo feminino desta cidade” subiam ao palco, o que fazia com que a récita fosse muito concorrida.

Em 1860, o *Campeão das Províncias*, anuncia algumas récitas da Sociedade Camões, dizendo que é “composta de pessoas que por vezes têm pisado as tábuas do teatro Aveirense com merecidos aplausos” [*Campeão das Províncias*, de 16.05.1860].

Com a inauguração do Teatro dos Artistas Aveirenses, em 1862, a população começa a pedir que estes jovens subam mais vezes ao palco, mostrando o que valem:

Convém formar uma companhia mais regular, de que devem fazer parte todos aqueles cujos dotes os chamarem ao palco, dando récitas amiúdo, porque a concorrência de domingo prova que o público aveirense é amante do teatro, e deseja proteger os laboriosos e beneficentes artistas em tão proveitosos certames. Será bom chamar igualmente à cena algumas das actrizes que debutaram no teatrinho de S. João, pois o público gosta de vê-las e aplaudi-las. [*Campeão das Províncias*, de 14.05.1862]

Outra companhia, que acolheu muito bem as ovações dos seus conterrâneos, foi a Companhia Académico-Dramática que, por volta de 1879, animou vários serões no Teatro da Rua do Rato. Durante várias noites, do mês de Janeiro, apresentaram o drama em quatro actos *O anjo da caridade ou as inundações em Portugal*, um original do aveirense Fernando de Vilhena. Ainda representaram mais algumas vezes, mas poucos são os dados acerca da mesma.

A partir de 1881, com modernas instalações, começaram a formar-se novos grupos que, devido à sua situação de “curiosos”, eram mais poupados nos reparos dos periódicos do que os profissionais. Com mais ou menos jeito para a arte, lá iam animando os serões de Aveiro. Com sorte, lançavam-lhes *bouquets* e pombas ou eram cobertos de flores, não havendo registo de terem sido “pateados”. Aliás, os maiores êxitos do Teatro Aveirense ocorreram em espectáculos de amadores. Talvez por serem da “terra” e por serem conhecidas as suas origens e profissões, as críticas eram menos mordazes, sendo, muitas vezes, preferidos a outras companhias famosas. Contudo, não é esta a opinião de um periodista do *Campeão das Províncias*, que, a 21 de Julho de 1886, a propósito da criação da Sociedade Serões Dramáticos, critica o facto de nem sempre ser assim e de terem de ser os de fora a “dar-nos lições de patriotismo e ensinar-nos que o que é nosso também vale mais do que o que exportamos das outras cidades ou lá vamos aplaudir e admirar”. E vai ainda mais longe:

Aveiro tem sido fértil em talentos e aptidões artísticas que, na sua maior parte, se esfolam neste apertado estado em que vivemos. Podíamos ter ido mais longe, conquistando muitos louros, se a gélida indiferença de todos nós não deixasse murchar em flor muitas esperanças que aí têm desabrochado e o mais das vezes sem cultivo. Parece que tudo o que é nosso é acanhado e mau e, por isso, retraímo-nos regateando-lhes os nossos aplausos. [...] [*Campeão das Províncias*, 21.07.1886]

Sobre a companhia, auspícia-lhe as maiores felicidades. A apresentação do drama *Perdão* - um original de Firmino de Vilhena - , contou com um desempenho “magistral [...] principalmente quando, como agora, não se faz profissão da arte e pela primeira vez se pisa a cena, como sucede com a maior parte dos intérpretes [...]”. [*ibidem*]

No entanto, a opinião dominante é que os da terra eram superiores aos forasteiros. Por exemplo, em 1908, durante as festas de Carnaval, culpou-se a companhia que veio de fora, “cujo desempenho quase se tornou intolerável!” [*Distrito de Aveiro*, de 5.03.1908], chegando ao ponto de este periódico aconselhar a que, na próxima vez, se procurem soluções “em casa”. E assim vai ser, durante muito tempo.

Em 1925, escreve o *Democrata*, no seguimento de vários sucessos do Grupo de Opereta Amadores Aveirenses, dois deles no Teatro Circo de Braga, com casa esgotada:

Noutros tempos as companhias de teatro tinham artistas e os amadores eram amadores.

Hoje, ao invés, as representações de companhias parecem de amadores e as de amadores, como destes, são feitas por verdadeiros artistas. [*O Democrática*, 20.06.1925]

Mesmo os estudantes do liceu, tinham tal fama que os seus saraus eram identicamente concorridos:

Na sexta-feira da última semana, com o “Aveirense” literalmente cheio de espectadores interessados, os alunos do 7º ano deram a sua récita de despedida. [*Litoral*, 14.05.1955]

Casa repleta, superlotada. À porta ficaram ainda centenas de pessoas que não conseguiram bilhetes. [*Litoral*, 9.02.1957]

Surpreendentemente, o Teatro Aveirense nunca teve uma companhia residente, ao contrário do que tinha acontecido com os velhos teatrinhos, compostos por amadores. O espaço era, pois, alugado por vários grupos amadores, que faziam diversos tipos de saraus, através dos quais se exibiam à cidade. O fim era apenas lúdico ou, pontualmente, o de angariar fundos através de espectáculos de caridade.

Academia Aveirense

Os alunos do Liceu de Aveiro pisaram o palco do Aveirense, pela primeira vez, a 13 de Junho de 1901, com a peça *A Fábria em Aveiro*. E a escolha que fizeram para a sua estreia não podia ter sido mais auspiciosa: representar uma tragédia! Pelo menos, assim dizia o programa do espectáculo. Porém, nada disto se passou, uma vez que o texto era uma autêntica paródia, onde se assassinavam pessoas com abóboras e pepinos. Contudo, a crítica foi favorável aos 36 alunos que desempenharam papéis masculinos e femininos, sem qualquer dificuldade:

Para o papel de 1ª bailarina não podiam ter achado melhor *bazaruco* do que o Fernando de Moura d'Eça, nem espinafre que melhor contrastasse do que o Inocência Rangel. E era leve como um chumbo, a flamenga de Esgueira!... [...]

Em suma, a festa da nossa academia foi simpática e entusiástica. Não obstante a proximidade dos exames, as cólicas não os atrapalharam, e permitiram que representassem com aprovação geral todos os três actos da *Fábria em Aveiro*. Oxalá que o mesmo lhes suceda, quando tiverem de representar no tablado do liceu, perante um público menos numeroso, é verdade, mas, também não é mentira, mais exigente. [*O Povo de Aveiro*, 16.06.1901]

Nos anos sucessivos, vários grupos de académicos animaram os serões da cidade. Pelo 13 de Junho, pelo 1 de Dezembro ou numa qualquer comemoração, lá se apresentavam aos seus familiares ou simples curiosos, desejosos de ocuparem os seus tempos livres. Depois de serem avaliados pelos seus conhecimentos teóricos, os alunos dispunham-se a ser avaliados pelo seu desempenho teatral. E faziam-no com tal qualidade que, normalmente, não reprovavam nesse exame:

O Liceu de Aveiro granjeou fama, de há muito, na arte de representar; e, por isso, o público habituou-se a exigir dos improvisados actores de capa e batina um seguro e consciente desempenho dos seus papeis. [...]

As peças não têm dificuldades de interpretação. Aliás, o seu movimentado *entrecho*, com situações cénicas duma comicidade acessível, fez esquecer uma ou outra inevitável deficiência na representação. [*Litoral*, 14.5.1955]

Eram normalmente espectáculos variados, cheios de animação e com peças “ligeiras” escritas regularmente pelos professores, que serviam, essencialmente, para reforçar os fundos das Caixas Escolares. Foi o que aconteceu, por exemplo, a 13 de Junho de 1901, a 11 de Março de 1917, a 11 de Maio de 1920, a 20 de Abril de 1945, etc. Outras vezes, eram as homenagens a autores portugueses³⁷ que levavam estes jovens estudantes ao palco. Além dos dotes cénicos, os aspirantes a actores mostravam também os dotes recitativos, os poéticos e os vocálicos, alguns deles com grandes deficiências, o que pouco importava. A maior parte das peças representadas são originais ou adaptações de escritores nacionais: Gil Vicente, Camões, António José da Silva, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis, Correia Garção, entre outros. Era, pois, essencialmente um reportório escolar que procurava juntar o lúdico ao instrutivo. Para o público destas récitas, era uma oportunidade de ver não só os seus descendentes em palco mas também contactar com os clássicos lusitanos, algo que escasseava nos reportórios das outras companhias. [Anexo III]

Um dos grandes impulsionadores destes grupos foi José Pereira Tavares (1887-1983), que, durante muitos anos, não só escreveu peças como também ensaiou os próprios alunos. Inicialmente na qualidade de professor e, depois, na de Reitor, dedicou grande parte da sua vida ao Liceu Nacional de Aveiro. Recorrendo aos clássicos ou escrevendo propositadamente para o momento em que se ia dar a récita, nunca deixou de incentivar os alunos para esta actividade. Das suas peças mais famosas destaca-se a tríade de revistas regionais dedicadas a Pangloss: *Pangloss em Aveiro* (1924), *Crepúsculo de Pangloss* (1930) e *Última visita de Pangloss* (1956). Inspirando-se em Voltaire, José Pereira Tavares imaginou o que aconteceria se este sábio filósofo visitasse Aveiro. Com estas três “revistas de costumes”, podemos acompanhar as mudanças da cidade quer ao nível geográfico quer ainda de tradições, rotinas e até mentalidades.

³⁷ Como por exemplo, em 10 de Junho de 1936, a Gil Vicente, 12 de Junho de 1950, a Luís de Camões, e 1954, a Almeida Garrett (anexo III, fig. 26).

Gil Vicente foi, sem dúvida, o autor mais representado. Tudo começou por volta de 1911, quando Pereira Tavares era aluno do Curso Superior de Letras. Segundo disse o próprio ao número 119 da revista *Labor* [pp. 408-410], nesse ano, assistiu a uma *Campanha Vicentina*³⁸, encetada por Afonso Lopes Vieira e pelo empresário do Teatro República, o Visconde S. Luiz de Braga.

Até esta altura, os estudantes aveirenses só representavam peças de autores locais (Firmino de Vilhena, Fernando de Vilhena, Alberto Costa, Samuel Maia, etc.), visto que Gil Vicente era quase exclusivamente conhecido dos professores e dos discentes de Literatura Portuguesa. Apreendida a lição, e quando houve oportunidade de a pôr em prática, o jovem professor solicitou ao “Conselho Escolar do Liceu de Aveiro” a organização de récitas escolares de teatro didáctico, destinadas especialmente aos próprios e às suas famílias, em que, sob a direcção de professores, se apresentassem obras de Gil Vicente e doutros autores, mesmo estrangeiros [...]”. [*ibidem*]. Estava-se já no ano lectivo de 1919-20 e, graças ao teatro vicentino, muitos estudantes tiveram a oportunidade de representar *Monólogo do vaqueiro*, *Exortação da guerra* e *Farsa de Inês Pereira* em Braga, Guimarães, Viana do Castelo e Viseu, com grande êxito. Nas décadas sucessivas, as récitas vicentinas marcaram presença quase obrigatória nas festas anuais do liceu. A partir dos anos sessenta, estes espectáculos tornam-se cada vez mais escassos até que, a partir da década de setenta, deixam de se realizar.

Não foram só os alunos do Liceu Nacional a animar os serões aveirenses. Desde o final do século XIX que as crianças do Asilo-Escola se auto-financiavam através de récitas no Aveirense ou, até, em outras localidades nas redondezas (por exemplo, em 1892, deslocaram-se a Estarreja). Também os alunos da Escola Industrial e Comercial Fernando Caldeira tiveram os seus saraus. Apesar de um reduzido número de apresentações públicas, representaram essencialmente operetas e farsas. Um desses espectáculos – a 20 de Junho de 1942 – foi organizado com o fim de auxiliar os alunos e filiados da Mocidade Portuguesa mais necessitados e incluía um filme documentário das actividades da própria. Por serem espectáculos de beneficência, o público aderiu com facilidade pois, o que

³⁸ Afonso Lopes Vieira foi o grande impulsionador deste recuperar das obras clássicas da literatura portuguesa, empreendendo, não só adaptações, algumas hoje contestáveis, como também encenações, estudos e divulgações da obra de Gil Vicente, quer em Portugal quer no Brasil.

interessava era o pressuposto da récita e não a qualidade da mesma (anexo III, fig.s 26 a 28).

Trupe Dramática Aveirense (1887-1901)

Nos finais do século XIX, havia na cidade vários grupos de “curiosos” que se juntavam com dois objectivos: ocupar os tempos livres e angariar fundos para auxiliar associações humanitárias ou algum necessitado da terra. De acordo com os vários periódicos locais, que se referiram a estas récitas, eram geralmente “mancebos” ou “estudiosos rapazes”, aos quais se aliavam, ocasionalmente algumas “damas” da cidade ou actrizes vindas do Porto. A pouco e pouco, estas “trupes de curiosos”, vão aparecer associadas a António Duarte Silva, o ensaiador da maior parte desses jovens, dando assim início a um grupo mais organizado e formal, sob o nome de *Trupe Dramática Aveirense*³⁹. De acordo com um periódico local, foi em Dezembro de 1887 que se juntaram pela primeira vez, tendo a estreia sido a 18 de Março de 1888. [*O Povo de Aveiro*, 1.7.1888]:

Segundo nos informam, um grupo de rapazes desta cidade prepara-se para levar à cena o drama em 5 actos *Os trapeiros de Lisboa*, do falecido escritor Leite Bastos, devendo os ensaios principiar por estes dias. Nestas enfadonhas noites de inverno, é realmente agradável uma diversão desta natureza, principalmente numa terra como Aveiro, onde escasseiam os divertimentos. [*O Povo de Aveiro*, 18.12.1887]

Como estava anunciado, realizou-se no passado domingo, no Teatro Aveirense, o espectáculo da *trupe* de amadores desta cidade com o drama em cinco actos *Trapeiros de Lisboa*. [...]

O desempenho por parte de todos os amadores, à parte algumas pequenas falhas que são desculpáveis em quem pisa o palco pela primeira vez, foi além do que se esperava. A plateia aplaudiu-os por diversas vezes. [...]

O sr. António Pinheiro Duarte Silva, que ensaiou os amadores, e a quem se deve em grande parte a maneira porque todos eles se houveram, foi chamado ao proscénio no fim do espectáculo e saudado com uma salva de palmas. [*O Povo de Aveiro*, 25.3.1888]

Provavelmente, foram estas palmas que os fizeram continuar a apresentar-se em público, não tardando muito a que novo projecto os unisse:

³⁹ O livro de contas da sociedade do Teatro Aveirense, aberto a 27 de Julho de 1881, chama-lhe *Sociedade Dramática Aveirense*. Optou-se, aqui, por se utilizar o nome constante nos anúncios na imprensa.

É na próxima sexta-feira que tem lugar no nosso teatro a *récita* da *trupe* dramática aveirense, cujo produto, como é sabido, deverá reverter em favor do monumento a José Estêvão. [...]

Como já dissemos, os amadores são desta vez também ensaiados pelo Sr. Duarte Silva, cuja competência para esta ordem de serviços se torna desnecessária conhecer. [*O Povo de Aveiro*, 24.6.1888]

Estava assim organizada a primeira companhia de amadores, fundada após a inauguração do Teatro Aveirense. Com laivos de algum profissionalismo, a divulgação do espectáculo é feita através de um programa, onde constava o nome dos intervenientes. Até aí, os amadores só divulgavam os espectáculos via imprensa. Neste caso, a vontade de publicitar de uma forma mais profissional, talvez se prendesse com o facto de ter sido um espectáculo de assinatura, à boa maneira das companhias nacionais, que só se apresentavam, caso houvesse garantia de público, o que era conseguido através da reserva e venda antecipada de bilhetes. Ainda para mais, tratava-se de uma peça que já tinha sido um sucesso, há vinte anos, no já extinto Teatro da Rua do Rato. Desta vez, os amadores não se pouparam a esforços, tendo construído uma fragata verdadeira, necessária para o prólogo! Pelos vistos, o investimento justificava-se, uma vez que, daí em diante, alcançarão mais enchentes do que as companhias que faziam desta vida o seu “ganha-pão”.

Na realidade, a “prata da casa”, com os seus benefícios constantes, conseguia mobilizar a população em maior número. Isto acontecia sempre que se queria ajudar um actor (local ou não) em dificuldades, uma Sociedade Artística, os Bombeiros ou até o próprio Teatro Aveirense. De um modo geral, estes espectáculos mereciam muito crédito dos periódicos locais, sempre defensores dos seus conterrâneos:

[...] O desempenho correu à altura dos créditos da Trupe, que se compõe exclusivamente de artífices nossos conterrâneos, alguns deles com bastantes aptidões para o palco, e que, nas poucas horas livres, se entregam a este género de estudos.

Manda a verdade que se diga que já os vimos fazer pior figura, o que, de certo, não quer dizer que a *récita* de quinta-feira fosse obra sem senões. As actrizes [Amélia Garraio e M. Estefânia] saíram... diga-se o termo, porque a aplicação é justa, saíram uma verdadeira peste. Ou elas não viessem do Porto! [...] Verdadeiramente detestáveis. [*O Povo de Aveiro*, 24.12.1899]

Em 1889, a *trupe* fez-se anunciar largamente nos jornais, promovendo uma *récita* que, na verdade, só veio a verificar-se em Fevereiro de 1890. E não poderia ter sido em melhor altura, em virtude do momento político que se vivia :

[...] o país inteiro se revolta, com enérgicos protestos, contra a pirataria da velha *Albion*, é justo qualquer manifestação patriótica que patenteie a nossa aversão e o nosso ódio pela prepotência vil duma corte de bandoleiros embriagados.

Além desta festa ser dedicada aos patriotas aveirenses, e, para frisar mais o nosso ódio pelos *consumidores de cerveja*, haverá, ao subir o pano, uma manifestação patriótica oferecida à intrépida e laureada mocidade académica, que tão condignamente se tem dirigido na pendência anglo-lusa. [*O Povo de Aveiro*, 26.01.1890]

Depois de muita publicidade e alguma espera, a comédia *Abel e Caim* é levada à cena, com “uma enchente à cunha”. Os rapazes dedicaram a sua actuação aos patriotas aveirenses e o público, ruidosamente, manifestou a sua revolta contra o Ultimato Inglês, e a “fiel aliada” [*ibidem*]. Tudo foi preparado ao pormenor. O edifício foi engalanado para o efeito, com bandeiras na fachada, flores “de verdura viçosa” nas frisas, camarotes ostentando troféus e, no palco, as armas de Aveiro. A cena, ricamente decorada como nunca se tinha observado, foi patrocinada por uma casa de “primeira”, apresentando mobílias “douradas e estofadas a damasco verde”, iluminadas por “inúmeras luzes em serpentinas de prata” e um “lustre de cristal”, pode ler-se em *O Povo de Aveiro*, de 9 de Fevereiro de 1890. O espectáculo começou com a comédia em um acto *A cabeleira da minha mulher*, após a qual se seguiu *Abel e Caim*. Para o final, estava reservada a alegoria *John Bull*, escrita propositadamente para a noite, que colheu mais aplausos do que alguma vez se tinha assistido. Em palco, narrava-se a captura do gatuno britânico John Bull por Serpa Pinto, e tudo terminava com um abraço entre os que simbolizavam os povos latinos. E os artistas, apesar de amadores, sabiam o que o público gostava de ver:

[...] Custou a calar o público para se analisar o decorrer da peça. Mais tarde, [...] apareceu Serpa Pinto empunhando a bandeira nacional, retalhando a golpes de espada o farrapo ignóbil dos bretões, e deitando a mão a John Bull, redobrou a manifestação duma forma que não se descreve. [...]

O artista que desempenhou o hediondo papel de John Bull teve então uma bela ideia: apareceu em cena, empunhando a bandeira das Quinas e rasgando o farrapo vil que simbolizava a Inglaterra. Acolheu-o uma prolongada salva de palmas. [*O Povo de Aveiro*, 9.02.1890]

Eram duas horas quando tudo terminou, não sem que antes fosse oferecida à Trupe um “bem trabalhado *bouquet* de flores artificiais” [*ibidem*].

A seguir a este sucesso, a *trupe* ainda fez mais apresentações, curiosamente, de dois em dois anos: 1890, 1892, 1893, 1895, 1897, 1899 e 1901 (anexo IV). O seu último benefício foi a 22 de Dezembro de 1901, a favor “do Sr. António Simões Lebre, chefe do corpo de polícia que há pouco teve a desventura de ser acometido por uma paralisia” [*Distrito de Aveiro*, 9.12.1901]. À semelhança do que tinham feito noutros espectáculos, convidaram a actriz aveirense Isaura Ferreira, residente no Porto, a participar. Esta, à última da hora, não pôde vir, tendo, contudo, mandado 5\$000 réis “do seu bolsinho” [*ibidem*]. A partir daí, o grupo nunca mais se juntou, pelo menos sob o mesmo nome, tendo grande parte dos elementos ingressado, posteriormente, no Clube dos Galitos, como foi o caso de Adriano Costa, José da Maia, José Pereira e Júlio da Silva.

Clube dos Galitos (1905-1965)

De todos os clubes locais que pisaram os palcos do Aveirense, este foi, sem dúvida, o mais marcante não só pela sua longevidade, mas sobretudo pelos sucessos ímpares que granjeou, fruto da dedicação e bom trabalho desempenhado pelos seus componentes. Sempre que encenavam alguma peça ou revista, a expectativa era perpetuamente desmesurada e os bilhetes, para os seus espectáculos, acabavam por esgotar ainda antes da estreia. Por este motivo, as reposições eram inevitáveis, acontecendo ao longo de vários dias ou meses.

Fundado no ano de 1904, a partir de dissidências com uma outra sociedade – a do Recreio Artístico. Numa assembleia algo conturbada, ficou célebre a frase proferida por alguns anciãos: “Onde há galos de fama que vêm galitos cá fazer?” Os jovens afastaram-se e fundaram aquela que viria a ser a maior colectividade de todos os tempos: O Clube dos Galitos, não só a nível cultural como também desportivo⁴⁰.

Para obterem receitas próprias, socorreram-se da mesma fórmula de outras associações: os espectáculos teatrais. Se inicialmente procuravam mais-valias para a aquisição de uma sede maior, ou para socorro dos mais carenciados, mais tarde, as revistas locais levá-los-ão a palcos maiores: Porto, Lisboa, Coimbra, Viana do Castelo, Viseu... Um sucesso ímpar para um clube amador.

⁴⁰ Ambas subsistem, sem qualquer ligação ao teatro.

A primeira vez que subiram à cena foi a 23 de Abril de 1905, com as comédias *Hospedaria infernal* e *A pérola dos caixeiros*. A fama alcançada foi tanta que, desde aí, e quase todos os anos, surgiam com novas peças, apesar de os êxitos anteriores nunca serem esquecidos e postos de lado. É que a população saía do teatro a entoar os cânticos da revista fazendo, por isso, com que as *reprises* fossem quase imediatas.

Dois anos após a sua estreia, a reputação era já tanta que todos esperavam deles bons e agradáveis saraus. Isso é-nos testemunhado pelo *Distrito de Aveiro*, que, a seguir à estreia da peça *Espertezas de rato*, a 3 de Agosto de 1907, diz o seguinte:

Correu esplendidamente, como o contrário não era de esperar, o brilhante Sarau promovido por um grupo de sócios do Clube dos Galitos e realizado no nosso teatro anteontem.

Não podemos, nem devemos, especializar este ou aquele intérprete, pois todos, sem distinção, interpretaram admiravelmente os seus papéis sendo, por isso, alvo de justos e calorosos aplausos. [*O Distrito de Aveiro*, 5.08.1907]

E essa fama vai continuar, fazendo com que, durante muitos anos, o palco do Aveirense não chegasse para todos os que não queriam perder a oportunidade de testemunhar os feitos dos Galitos.

Jornais de longa circulação na localidade, bem como todos os outros nossos colegas locais, ao que eles disseram, seria fastidioso acrescentar mais referências [...]. Foram duas noites cheias, vividas, de entusiasmo vibrante e explodindo das plateias, como poucas vezes temos visto aqui. [*O Aveirense*, 29.03.1908]

Este periodista referia-se aos espectáculos dos dias 21 e 22 de Março, no qual apresentaram as zarzuelas *A marcha da Cádis* e *A pastora (La madre del cordeiro)*, com a lotação do teatro completamente esgotada, dias antes da estreia.

Em 1909, o público já está de tal forma rendido aos êxitos do clube que o jornal *Beira-Mar* publica a seguinte crítica a um espectáculo:

[...] O grupo conta elementos de grande merecimento, rapazes e tricanas que no desempenho de vários papéis mais se avizinham de profissionais do que de curiosos, como se apresentam.

Para quê por nomes em destaque? Seria um comboio de mercadorias tendo por vagões uma enfiada de nomes, mais extensa que a lista de santos e santas de que reza a igreja neste incipiente mês de Maio. [...] O grupo é admirável e satisfeitos devem todos estar pelos aplausos com que o público coroou o enorme trabalho, o incalculável trabalho que representa a sua obra. [*Beira-Mar*, 2.05.1909]

No entanto, num grupo com tantos elementos, é natural que nem tudo corra bem. Os jornais a isso se referem:

O que convém é não se deixarem cair em desânimo [...]. Nada de ouvidos a *intrigas de bastidores*; sigam estudando e o público continuará fazendo justiça no merecimento de cada, apreciando todos com os carinhosos aplausos que lhes têm dispensado. [*ibidem*]

Esses problemas culminam com a notícia do dia 3 de Junho de 1909 de *O Distrito de Aveiro*, onde se anuncia que o grupo se desmanchara, desmarcando récitas em Coimbra e Guimarães. O artigo termina solicitando que “alguém o reorganize”. Apesar de os periódicos da época apontarem problemas de índole comportamental no seio do grupo, o *Litoral*, de 2 de Julho de 1955, evoca a partida de uma das principais actrizes – Augusta Freire – como a causadora da cisão. Sem a sua “dama galã”, os *Galitos* não tinham quem brilhasse como ela e, assim, não fazia sentido continuarem.

Em 1910, António Máximo e Manuel Moreira, escrevem e ensaiam a revista de costumes locais *Alhos e bogalhos*. Desempenhada só por rapazes, em “travesti”, durante o carnaval, causou muita graça e hilaridade na população. Nesta altura, a colectividade adopta o nome de Tricanas e Galitos. A 9 e 10 de Julho, obtém duas noites de estrondoso triunfo, em Viana do Castelo, com zarzuelas: *A marcha de Cádiz* e *El Caramelo*, no primeiro dia, e *El Bateo* e *A pastora*, no segundo.

Até 1913, vão repondo os títulos anteriores, em actuações esporádicas. Seguem-se novos títulos, com grande sucesso: *Ao correr da fita* (1913), *Os dois viúvos*, *Amor e ciúme*, (1914) *Calisto Júnior* e a opereta *Amores no campo* (1915).

Por meados de 1917, uma nobre causa reuniu-os: ajudar os Soldados Mutilados de Infantaria nº 24 que combatiam na guerra em França. Para reporem as zarzuelas que tanto sucesso lhes tinham trazido anos antes - *A marcha de Cádiz* e *A pastora* – trouxeram de Lisboa Augusta Freire. Com o seu regresso à capital, o cénico dos *Galitos* voltou novamente a desfazer-se, para mágoa da população. Esta tristeza era sentida por muita gente, como o demonstrava, em 1920, *O Democrata*, na sua edição de 14 de Agosto. Nessas páginas, o articulista lastimava-se de não existir mais o grupo “do qual nos lembramos com saudade, pelos triunfos e pela impecabilidade e consciência do seu

trabalho”. O regresso definitivo, com o nome *Grupo Cénico do Clube dos Galitos*, dá-se a 3 de Agosto de 1922, com a peça policial *20 000 dólares*. Apesar de ter sido já apresentada em Aveiro, uns anos antes, os *Galitos* decidiram ensaiá-la com o propósito de a levarem a Viana do Castelo, durante uma excursão do Clube. A partir daí, os triunfos vão-se multiplicando: *A caldeirada* (1924), *A campesina* (1926), *Cavalleria Rusticana* (1926), *Amanhã* (1926), *Ao cantar do galo* (1936) e *Molho de escabeche* (1940). Quase todos estes títulos pertencem a revistas locais cujo enorme sucesso fará com que sejam depois repostas, com ligeiras alterações e sob outros nomes: *A filha da caldeirada* (1925), *Ao cacarejar da galinha* (1937), *Ainda canta o galo* (1961) e *Escabeche e piripiri* (1965). De referir que, algumas destas datas coincidem com períodos em que se festejava o aniversário de uma das revistas anteriores.

Vários feitos são atribuídos a este grupo: por um lado, o de conseguirem a casa esgotada, mesmo ao fim de várias representações; por outro, o facto de surpreenderem públicos mais exigentes, como seriam, à partida, os de Lisboa e os do Porto. O sempre vasto número de elementos também fazia inveja a qualquer colectividade, tendo chegado às seis dezenas, nos anos quarenta. Durante algum tempo, o grupo orgulhava-se de ter sido o primeiro a apresentar *Cavalleria Rusticana*, em língua portuguesa, numa tradução de José Duarte Simão, tendo inclusive anunciado o prólogo *Amanhã* como sendo digno de uma Companhia Nacional. O público rendia-se de tal maneira aos seus espectáculos que, depois, as companhias profissionais mereciam-lhes pouca admiração e entusiasmo. Aconteceu à Grande Companhia de Comédias Maria Matos que, a 15 e 16 de Junho de 1936, dois dias depois de ter sido exibida a revista *Ao cantar do galo*, viu duas das suas exibições – *A bicha de rabião* e *Tabú* - serem anuladas por falta de comparência de público.

Quanto às récitas dadas, com cada revista regional, destacam-se as subsequentes:

- *A caldeirada* – 18 representações (Aveiro, Coimbra, Porto e Viseu)
- *Ao cantar do galo* - 20 representações (Aveiro, Coimbra, Viana do Castelo e Lisboa), sempre esgotados;
- *Molho de escabeche* – 20 representações (em Lisboa e Porto deram três dias de espectáculos sempre esgotados).

Onde quer que actuassem, a qualidade das suas representações não deixava ninguém indiferente. Vários críticos de Lisboa e Porto se referiram, em jornais de tiragem nacional, à qualidade desta colectividade, uma vez que as suas revistas eram, em muito, superiores às dos profissionais. O regresso era feito em apoteose, ao som de bandas de música, foguetes e morteiros. Nesses dias, ninguém ficava em casa. Todos queriam aplaudir e saudar os habilidosos rapazes e raparigas que tão longe tão bem tinham publicitado o nome da terra.

Este sucesso será compensado pelo Governo da altura que, apesar de alguma censura interventora nos textos, os agraciará com o grau de “Cavaleiro da Ordem de Benemerência”. No entanto, a pouco e pouco, as dificuldades vão tomando conta dos ânimos e, logo após o espectáculo *O molho de escabeche*, o Clube dá por findas as actividades do Cénico. Pontualmente, são feitas algumas tentativas para recomeçarem mas todas em vão, nomeadamente em 1964, aquando da comemoração dos 40 anos da *Caldeirada*. A revista em estudo até já tinha nome - *Música e foguetes* – mas Flávio dos Santos, o autor da música, e Amadeu de Sousa, autor da letra, não conseguiram que a mesma entrasse em ensaios. Em 1974, foram muito festejados os 50 anos da *Caldeirada*, onde, mais uma vez, se reviveram excertos da mesma (anexo III, fig.s 21 a 25).

CETA – Círculo Experimental de Teatro de Aveiro

Após algumas décadas repletas de actividades teatrais, caiu-se num marasmo, suscitando o aborrecimento e a reclamação do público. Os únicos aveirenses que subiam ao palco eram os alunos das diferentes escolas e os empregados da Fábrica Aleluia. Por tal motivo, ansiava-se por que novos grupos surgissem na cidade. Um pouco por todo o país, despontavam os projectos de teatro experimental. De um modo geral, eram grupos que “misturavam reflexão e prática do teatro” [SANTOS, 2004: 299] e que procuravam o renovar da linguagem cénica e a actualização dos reportórios. Foi assim com o Teatro-Estúdio do Salitre, criado em Lisboa, em 1946 e também com o Teatro Experimental do Porto (TEP), criado em 1952.

Em Fevereiro de 1959, através do jornal *Litoral*, nomeadamente do seu suplemento literário juvenil, - *Vae Victis* - lança-se um apelo a quem quisesse criar um conjunto de

Teatro Juvenil. Vários jovens responderam ao apelo tendo-se realizado a primeira reunião na sede do próprio periódico.

O nome escolhido foi o de Círculo Experimental de Teatro de Aveiro (CETA), seguindo o exemplos de outros grupos portugueses [SANTOS, 2004: 297]. Ávidos por fazerem algo contra a apatia teatral que se vivia na altura, o grupo inicia logo os ensaios e, após cinco meses, tinha já uma peça para apresentar ao público aveirense. Apesar das dificuldades, impostas por um Governo Civil que seguia à risca a política de controle do Governo português, o grupo não esmoreceu. Essas dificuldades prenderam-se com a censura e com a legalização do grupo, que só veio a acontecer em 1966.

A primeira estreia foi marcada para o dia 3 de Julho de 1959. Um dos convidados a testemunhar este acontecimento era o ensaísta e médico aveirense Mário Sacramento, que até tinha escrito um texto para o programa do espectáculo. Por ser uma *persona non grata* para a PIDE, esta não autorizou o espectáculo. Houve então que proceder à retirada do referido texto e, só depois, a 31 de Julho, desse ano é que *O urso*, de Anton Tchekov, e *O dia seguinte*, de Luís Francisco Rebello, puderam ser apresentadas. Entre os vários convidados, encontravam-se Luís Francisco Rebello e esposa, a actriz Mariana Vilar. Sobre esse dia, o *Correio do Vouga* publicou uma pequena notícia onde realçava, sobretudo, que “os cenários, modernos e apropriadamente bem concebidos, [que] eram de Gaspar Albino, colaborador do nosso jornal” [*Correio do Vouga*, de 8.08.1959] e rematando que tudo tinha corrido bem.

Desde esta data, com mais ou menos actividade, o grupo continuou, não desistindo de trazer a Aveiro textos dramáticos de autores modernos e, pelo menos durante a vigência do regime fascista, “dar um pontapé no charco nauseabundo da cultura cidadina” [*Litoral*, 21.3.1975]. Enquanto tentavam formalizar a sua existência, vão desenvolvendo diversas actividades teatrais, muitas das quais lhes granjearam fama e reconhecimento público, sob a forma de diversos prémios do então SNI, através dos populares “Concursos de Arte Dramática das Colectividades de Cultura e Recreio”, obtendo em:

- 1962: 1º prémio do concurso de Arte Dramática (*À espera de Godot*, de Samuel Beckett);
- 1963: Finalista do Concurso de Arte Dramática e Diploma de Honra (*A longa jornada para a noite*, de Eugene O’Neill);

- 1964: 1º Prémio do Concurso de Arte Dramática (*Auto da compadecida*, de Ariano Suassuna);
- 1964: Menção Honrosa do concurso de Arte Dramática (*O tinteiro*, de Carlos Nuñez);
- 1965: Diploma de Honra do concurso de Arte Dramática (*Conhece a via láctea*, de Karl Wittinger).

Além destes prémios, também alguns dos seus actores eram, amiúde, galardoados, o que lhes angariou um certo estatuto na categoria do teatro amador. José Júlio Fino, um dos elementos mais conceituados, foi convidado pelo D. Maria II, para integrar a Companhia Rey-Colaço, em 1966.

Das vezes que o CETA concorreu (ou pôde concorrer, uma vez que o vencedor não podia competir no ano subsequente) aos concursos do SNI foi sempre finalista. Os jovens investiam de tal forma nestes certames que chegaram a ser acusados de só se prepararem para estas ocasiões. O prémio pecuniário que amealhavam, motivava-os. O dinheiro nunca era muito, não obstante a ajuda da Junta Distrital. E nem sempre esta recompensa a nível nacional levava mais público aos seus espectáculos. O género em moda continuava a ser a revista e estes textos de vanguarda não eram muito bem recebidos pela população. Em 1962, na noite em que festejavam a primeira vitória nesse concurso dramático, com *À espera de Godot*, perante a ausência de assistência, abriram as portas a quem quisesse entrar gratuitamente. Igualmente *O diário de Anne Frank*, em 1969, registou, na sua estreia, cinquenta pessoas, número que correspondia ao dos elementos associados!

Apesar da fraca afluência a este tipo de peças, os jovens não desanimaram e teimaram em ser reconhecidos pela cidade. Durante algum tempo, grande parte dos textos apresentados destinavam-se, quase exclusivamente a homens - *À espera de Godot*, *Auto da compadecida*, *O tinteiro*, *O lugre*, *O inspector geral*, etc. - por falta de mulheres no grupo.

É curiosa a forma como se desenrola a história deste grupo, uma vez que, por um lado, o Estado Português não lhes reconhecia credibilidade, não os legalizando e, por outro, premiava os seus trabalhos, deixando que fossem apresentados alguns dos autores censurados pelo regime. Isto não quer dizer que o grupo não fosse controlado e inclusive algumas das suas peças proibidas. Contudo, a “ilegalidade”, impedia-os de concorrer a

subsídios públicos, o que lhes trazia custos acrescidos e dificuldades maiores. Na verdade, a PIDE não se afastava muito da sede do então CETA - Círculo de Teatro de Aveiro (a palavra “Experimental” não podia figurar no nome). No entanto, todos estavam habituados a contornar a situação, nomeadamente com a não divulgação dos nomes dos autores das peças ou, pelo menos, disfarçando, sob siglas, a sua identificação. O importante era não desanimar e continuar a combater a apatia teatral que se vivia na província. Em certas ocasiões, os esforços eram em vão. Por exemplo, em 1967, um texto de Jaime Gralheiro, *Ramos partidos*, após longos ensaios, não chegou sequer a subir ao palco, por ter sido, de véspera, proibido pela entidade censória local.

Nos anos sessenta, o público aveirense arrastava-se num revivalismo sem precedentes. Os antigos sucessos dos *Galitos* continuavam a fazer enorme êxito e tornava-se difícil criar novos gostos teatrais, para lá da revista. Os jovens do CETA bem que tentavam, nem que para isso tivessem de fazer de tudo um pouco, como dizia Artur Fino ao *Litoral*, de 8 de Julho de 1967 “fazemos a festa e atiramos os foguetes”. Mesmo as companhias de Lisboa só se apresentavam praticamente com revistas ou, pelo menos, peças de autores portugueses (anexo V). Das poucas vezes que as companhias profissionais traziam teatro moderno, o acolhimento era mais frio. De tal forma que o Teatro Experimental do Porto (TEP) e o Teatro Experimental de Cascais (TEC) deixaram de vir a Aveiro.

A motivação, para não desanimarem, vinha das muitas idas a outras cidades, onde tinham já os seus admiradores. De qualquer maneira, sendo um grupo que se considerava “experimental” não tinha como objectivo chegar à totalidade da população, mas antes opor-se àquilo a que Pavis chama “teatro tradicional, comercial e burguês que visa a rentabilidade financeira e se baseia em receitas artísticas comprovadas, ou mesmo ao teatro de reportório clássico, que só mostra peças ou autores já consagrados” [PAVIS, 2001: 388-390].

Depois de sete anos de insistência, a Governo Civil autorizou a sua legalização com o nome “Círculo de Teatro de Aveiro”. Após a queda do regime fascista, o grupo pôde finalmente utilizar o nome que sempre quis: “Círculo Experimental de Teatro de Aveiro”.

Ainda se mantém em actividade.

5.2.1 Grupos de duração efêmera ou intermitente

Como já vimos, e por diversas vezes, sempre que a população necessitava de dinheiro, era ao teatro que se recorria. Exceptuando a época das festas, as noites aveirenses ofereciam poucos ou nenhuns divertimentos aos jovens.

Apesar de terem tido uma participação pontual, estes agrupamentos não devem ser esquecidos, devido à importância que tiveram no formar de mentalidades, na instrução da população e no fidelizar de públicos. Houve anos em que a competitividade entre os amadores da cidade era de tal forma que todos queriam apresentar as récitas mais bem sucedidas, como comprovamos com a quase simultaneidade de distintas estreias. Veja-se, por exemplo, o que sucedeu em 1925. Durante a excelente campanha que os Galitos estavam a fazer com a revista *Caldeirada*, aparece *O moleiro de Alcalá*, pelo Grupo de Opereta Amadores Aveirenses. Em 1926, no dia 10 de Julho, os Galitos apresentam, pela primeira vez em português, a opereta *Cavalaria Rusticana*, enquanto que a Associação Dramática de Aveiro apresenta, onze dias depois, *O rei dos Gatunos*. Em 1939, os Galitos, continuam em cena com a revista *Ao cantar do galo*, depois do triunfo em Lisboa, quando um grupo de amadores tenta interromper esses êxitos sucessivos, apresentando, dois dias antes, a sua récita. Permanentemente escarnecedor, sobre esta diversidade de agremiações, diz *O de Aveiro*:

TEATRO – GRUPOS TEATRAIS: Um foi a Coimbra representar *A filha da caldeirada*, e dizem que foi lá muito aplaudido. Outro representou em Aveiro, no mesmo dia, *O moleiro de Alcalá*, e muito aplaudido foi. Em ambos os grupos há figuras muito boas, mas, no conjunto, ambos eles estão incompletos. Falta de juízo. Com juizinho, juntavam-se os dois, pondo de parte disputas de *alecrim e manjerona*, e, então, sim, arranjavam um grupo completo. [*O de Aveiro*, 3.05.1925]

O gosto pelo teatro sempre foi muito apurado e poucos deviam ser os que ficavam indiferentes às diversas chamadas das distintas companhias, uma vez que, em qualquer dos espectáculos, havia, normalmente, um grande número de intervenientes. O fascínio pelo teatro era enorme e muitos não resistiam ao apelo do palco. Mais do que gostar de ver, os aveirenses gostavam de fazer! Pouco importavam os dotes ou a aprendizagem de cada um. E, desde que o ponto ajudasse, nem era preciso, muitas vezes, saber o papel de cor. A

benevolência dos vizinhos perdoava falhas maiores e, no confronto directo com os actores profissionais, estes não tinham dúvida a quem atribuir mérito. Vejamos, de uma forma sucinta, sob que nomes se agrupavam os jovens, quando não estavam integrados numa colectividade maior, como era a dos Galitos.

O primeiro grupo de “curiosos”, fundado após a abertura do palco principal da cidade, surgiu por volta de 1883, com a finalidade de angariar fundos para a Caixa dos Bombeiros Voluntários. Este grupo, constituído por uma “**trupe de estudiosos rapazes** [...] mancebos despidos da vaidade tão peculiar nestes casos” [*O Povo de Aveiro*, de 11 e 18 de Março de 1883], apresentou-se, nos dias 24 e 25 de Março, com o drama *Carlos III ou A inquisição em Espanha* e a comédia em um acto *Três noivos distintos e um só verdadeiro*. É provável que se tenham juntado outras vezes, pois há diversas referências a actuações de “curiosos locais”. No entanto, sem haver registo dos nomes dos elementos que formavam estas sociedades, torna-se difícil saber se eram sempre os mesmos ou se eram outros amadores.

Em 1921, organizou-se o **Grupo de Educação Artística** que teve, como ensaiador, João Mendes da Costa que, na sua mocidade, frequentara os bastidores dos teatros lisboetas, encarando, por isso, muito a sério o seu papel de ensaiador e contra-regra. Pelos vistos, a sua exigência levou-o a abandonar o grupo, zangado, antes da única apresentação pública, no dia 28 de Janeiro de 1922, data do aniversário dos Bombeiros Voluntários Velhos da cidade, cuja receita revertia a favor dessa associação humanitária. Mesmo assim, o espectáculo foi montado, tendo ficado José Duarte Simão como ensaiador, naquele que viria a ser o seu primeiro espectáculo, antecipando numerosos sucessos. Quanto a João Mendes Costa, aguardou que, humildemente, o contactassem para regressar, o que nunca se verificou.

Entretanto, formou-se o “**Grupo Dramático da Associação dos Empregados do Comércio**” apresentou dois espectáculos no Teatro Aveirense: um, no dia 12 de Junho de 1922 – com a peça *O genro do Caetano* - e outro, no dia 17 de Março de 1923 – com as comédias *A anedota*, *O gordo* e o *Especialista de senhoras*. A propósito desta

representação, cita-se um episódio recordado por um dos intervenientes, no seu livro de memórias:

Uma actriz [Micas] havia de queimar, em cena, uma carta; e a personagem seguinte, ao entrar, exclamaria: “Que cheiro que aqui está a papel queimado!”. Porém, ela não levou fósforos para queimar a referida carta, e rasgou-a; a personagem, que, dos bastidores, tinha visto aquele gesto, ao entrar exclamou: “Que cheiro que aqui está a papel rasgado!”⁴¹ [CAMPOS, 1988: 125]

Quando alguns elementos dos Galitos - João Costa, Gervásio Aleluia, Aurélio Costa, Manuel Moreira, José Monteiro, Firmino Costa e Ulisses Pereira - se zangaram, formaram o **Grupo de Opereta de Amadores Aveirenses**, tendo produzido variados espectáculos, em 1925, com a única opereta que ensaiaram: *O moleiro de Alcalá*. Notável é o facto de estarem em cena ao mesmo tempo que *A filha da caldeirada*, apresentada pelos Galitos de idêntico sucesso. Nesta opereta, participaram muitos amadores aveirenses pois, só no coro, entravam 34 figuras e na orquestra 25 executantes. Apresentaram cerca de dezasseis espectáculos e ainda foram em “tournée” às cidades de Braga e Viseu.

Depois do Grupo de Opereta, Aurélio Costa fundou, em 1926, a **Associação Dramática de Aveiro**. Dela faziam também parte Carlos Aleluia, António da Costa, Firmino Fernandes e António Lé, todos dissidentes dos Galitos. Durante o tempo de formação, apresentaram *O rei dos gatunos (Arsène Lupin)* – que subiu à cena exactamente uma semana depois da *Cavalaria Rusticana* dos Galitos -, em 1926 e *As alegrias do lar*, em 1927. Porém, a rivalidade com o Grupo Cénico do Clube dos Galitos dava estímulo para novos projectos. A vontade de mostrar as aptidões desta nova formação era também, enorme. Para isso, Aurélio Costa propõe-se encenar a ópera-cómica *A mascote*, recorrendo a comediógrafos seus conhecidos na capital, para revisão dos textos. A estreia deu-se no dia 30 de Junho de 1928, seguindo-se um Verão inteiro de apresentações. A descrição do que aconteceu, foi feita por Manuel M. Moreira, nas páginas de *O Democrata*, quatro dias depois:

⁴¹ João Evangelista Campos, *Achegas para a Historiografia Aveirense*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, 1988

A impressão não podia ser melhor. O cenário, de primoroso efeito, rico de luz. As figuras muito bem vestidas e a sua arrumação muito bem cuidada. Os coros magníficos, como sempre.

Afirmo, porque tenho assistido a centenas de representações de operetas levadas por profissionais, que estes não têm um conjunto de coros como os do teu grupo. Afirmo-o sem paixão partidária, pois os que o contrario disseram são eivados de facciosismo.

Em Aveiro formam-se grupos de coros como em parte alguma e estes coros, pela sua correcção, pela sua postura, pela sua beleza e pelas suas vozes, dão sempre um enormíssimo realce às peças que os amadores de Aveiro representam. [...]

A ti [Aurélio Costa] se deve o ter-se levado em Aveiro a difícil peça *A mascote*. Só o teu amor por coisas de teatro, só a tua decidida vontade seriam capazes de tentar representar aquela ópera cómica. Companhias há que a puseram de parte pela sua dificuldade. Tu, não olhaste a dificuldades e venceste. Os meus parabéns.

Só quem desconhece o que é por em cena uma peça daquelas, o trabalho insano de longos meses, as arrelias, contratempos, e dissabores que isso causa; quem não faz ideia das mil e uma coisas adversas que constantemente surgem a quem, como tu, arcou com a responsabilidade de dirigir e fazer representar *A mascote*, é que deixará de te coroar pelos teus trabalhos. [*O Democrata*, de 4.08.1928]

Não se sabe o que aconteceu depois. O que é certo é que, em 1934, Aurélio Costa fundava outro grupo - **Grupo Amadores Unidos de Aveiro** - apresentando uma revista: *Aveiro em foco*. O sucesso não foi muito e, talvez por isso, a sua carreira tenha acabado neste dia. Foi o início de um lento abrandar da sua actividade cénica, e, a pouco e pouco, foi deixando a encenação de peças. Quando o fazia, era essencialmente com alunos das escolas aveirenses ou a pedido (como fez em 1946, com o Grupo Cénico das Fábricas Aleluia).

Por volta dos anos 40, a Fábrica Aleluia teve também o seu papel nas actividades teatrais da cidade. Depois de os Galitos terem terminado com as suas actividades cénicas, só os alunos dos liceus é que se aventuravam no palco do Aveirense. Os mais adultos, que ainda sentiam o sabor das luzes, não queriam ficar indiferentes. Incentivados por um dos responsáveis da Fábrica, o senhor Carlos Aleluia (também ele um ex-Galito), formaram o **Grupo Cénico das Fábricas Aleluia**. Durante cerca de duas décadas, encenaram com alguma regularidade as suas peças e a vontade em os ver era tanta que tornava o palco da fábrica insuficiente. Nessas noites, também o Aveirense enchia.

5.2.2 Os actores e as actrizes

Apesar da grande actividade teatral, nenhuma grande diva, ou pelo menos, figura de primeiro plano nasceu em Aveiro. Dos poucos aveirenses que saltaram para a ribalta, extrapolando o limite geográfico da terra, encontramos os nomes de Isaura Ferreira, Maria Idalinda Gasparinho, Augusta Freire, Abel Costa, Manuel Moreira, Aurélio Costa e José Júlio Fino. No entanto, poucos dados há acerca das novas carreiras encetadas.

Isaura Ferreira, nasceu em Aveiro a 10 de Outubro de 1864. No entanto, poucos registos há sobre actuações na sua terra natal, sabendo-se apenas que, em 1886, já estava no Teatro da Trindade, onde representou a opereta *Os três dragões*. Passou por diversos teatros, entre eles, o da Trindade, Avenida, Rua dos Condes, D. Amélia, etc.

Maria Idalinda Gasparinho foi actriz muito jovem, formada antes do Teatro Aveirense, no extinto teatro da Rua do Rato. Sobre ela pouco se sabe, a não ser algumas notícias dos periódicos de então. Aproveitando a passagem da Companhia Macedo, “a melhor que percorre a província” [*Campeão das Províncias*, de 13.08.1862], a jovem acabou por ser integrada no elenco da companhia. Pontualmente, regressava a Aveiro, ajudando sempre que necessário. Foi o que aconteceu a 24 e 25 de Março de 1883, para colaborar na receita em benefício da caixa da Companhia dos Bombeiros Voluntários, tendo recebido uma gratificação de 9\$000 (quase tanto como o valor da receita dos bilhetes na geral, no primeiro dia). No entanto, um bom investimento, a julgar pelas muitas pessoas que não puderam assistir ao espectáculo, por se encontrar com a lotação esgotada..

Augusta Freire começou por ser uma das fundamentais estrelas dos “primeiros” Galitos. A 10 de Fevereiro de 1911, *O Democrata*, tece-lhe rasgos elogios, elevando-a à categoria de “estrela do grupo Tricanas e Galitos pelo que lhe são distribuídos sempre os melhores papéis, os mais difíceis e de maior responsabilidade”. Tal devia-se, segundo o mesmo periódico, ao seu talento e arte, uma vez que era dotada de extraordinárias habilidades e aptidões. Nessa altura, pisava os palcos ainda na qualidade de amadora, sem que fizesse disso modo de vida. Pouco se sabe sobre a sua carreira artística, a não ser que foi expressamente contratada por Eduardo Schwalbach, para a companhia do Teatro Apolo, de Lisboa, para integrar a opereta *O Chico das pégas*, segundo relata o referido periódico. No entanto, o seu nome não consta do elenco da estreia, arquivado na CETbase.

Em 1917, apesar de doente, regressa a Aveiro para um espectáculo de caridade, numa altura em que já integrava a companhia do Teatro Avenida, dirigida pelo actor José Ricardo (anexo III, fig. 29).

Abel Costa e Manuel Moreira foram outras duas marcantes figuras que procuraram a fama noutros palcos Ambos foram fundadores do Cénico dos Galitos e, em conjunto, partiram à aventura do Teatro Nacional:

Por decreto do Ministro do Interior foram colocados no Teatro Nacional, Almeida Garrett, como societários de 1ª classe os nossos patrícios Manuel Moreira e Abel Costa.

Folgamos bastante com esta justa nomeação, já porque os nossos amigos têm diante de si um belo e risonho futuro, já porque ficamos livres de os aturar. [*Liberdade*, 25.2.1911]

A ida para Lisboa não criou impedimentos a figurarem nos palcos aveirenses. Com os seus colegas dos *Galitos* – nomeadamente Aurélio Costa - ou com outros amadores, ao longo de vários anos, desempenharam diversos papéis, como actores, encenadores e mesmo autores. Juntos ou separados, conseguiram juntar à sua volta mais amantes da arte dramática, proporcionando às gentes de Aveiro espectáculos dignos de figuras de primeiro plano. Sobre Abel Costa diz-se que, era costume, decorar mal os papéis, o que causava hesitações e atrapalhões nos colegas com quem contracenava, facto rapidamente perdoado pelos seus admiradores (anexo III, fig.s 30 a 32).

Mais recentemente, José Júlio Fino, do CETA, também alcançou alguma notoriedade com os prémios do Secretariado Nacional de Informação (SNI) o que lhe valeu um contrato, por um ano, na Companhia Nacional D. Maria II, em 1966.

De resto, um grande número de aveirenses ficou conhecido unicamente na sua região devido aos longos anos de dedicação ao teatro. Tal deveu-se ao grande brio e à enorme consciência da importância do seu papel. Tanto J. Duarte Simões, como Carlos Aleluia, e os já referidos Aurélio Costa, Abel Costa e Manuel Moreira, estavam sempre prontos a dar “uma mãozinha” em qualquer récita, quer fosse de académicos, quer de amadores.

5.2.3 Os reportórios

De um modo geral os gostos dos aveirenses, relativamente aos seus amadores, inclinavam-se mais para a revista do que para o teatro declamado. Esta conclusão é facilmente sustentada tendo em conta o enorme sucesso que as revistas locais faziam e a menor adesão a espectáculos de outro género, como vimos anteriormente.

Até 1884, os amadores aveirenses seguiam, de certa forma, a tendência nacional e não fugiam muito aos dramas clássicos. *Deus e o destino*, *Os trapeiros de Lisboa* ou até *Carlos III ou a inquisição de Espanha* são títulos de dramas representados pelos artistas locais. Em geral, a sua representação era intercalada com algumas comédias em um acto, do tipo: *Morrer para ter dinheiro*, *Três noivos distintos e um só verdadeiro*, *Casar para morrer*, *Ciúmes*, *amor e cozinha*, etc. Nesse ano, talvez motivados pela presença de três actrizes do Porto – entre elas a aveirense Gasparinho – aventuraram-se, pela primeira vez, num género diferente: a opereta. A estreia não foi nada auspiciosa, mas a benevolência do público perdoou-lhes:

São dignos de louvar os iniciadores daquela festa, porque à custa de muito trabalho propuseram ser úteis. [...]

Se os curiosos nos permitem conselho, diremos entre parêntesis, muito em segredo, em boa amizade e muito às escuras que as operetas quando entoadas sem vozes têm o condão de se parecerem com o canto-chão, que é uma coisa insípida, que faz dormir nas igrejas. [*O Povo de Aveiro*, de 1.06.1884]

Os últimos anos desse século terminam com a representação praticamente só de dramas e de comédias em um acto. Foram grande sucesso os dramas *Perdão*, de Firmino de Vilhena, e *O veterano da liberdade*, de Baptista Dinis, com pedido de reposições. Alguns dos dramas que tinham sido um sucesso nos teatros já extintos, foram recuperados, caso da *Probidade*, do aveirense César de Lacerda que, a par de Firmino de Vilhena, não tinha mãos a medir com tanta encomenda.

Por essa altura, as companhias de fora também apresentavam essencialmente dramas, tendência que se manteve ao longo dos primeiros anos do século XX. Quem

quebrava a monotonia destas récitas eram as companhias espanholas com as suas inúmeras zarzuelas. Não é, pois, de admirar que, pela sua alegria, cor e diferença, estes fossem espectáculos cativantes, muito ao gosto popular. Daí advém a tentativa de imitação por parte dos aveirenses. Os *Galitos* foram os primeiros a fazê-lo e, contrariamente ao que dizia Sousa Bastos, que estas não seriam traduzíveis [cf. BASTOS, 1908: 157], o público de Aveiro acolheu calorosamente esta novidade. As primeiras traduções surgem com *A marcha da Cádiz* e *A pastora*, a partir de *Marcha de Cadiz*, e *La madre del cordero*, respectivamente. Com a ajuda de vários tradutores, em breve os amadores aveirenses contavam com um repertório de fazer inveja a alguns profissionais: *Terno de clarins*, *O talismã*, *O neófito*, *O caraça* e *Alma de Deus*.

Entre os aveirenses não havia só cidadãos com jeito para a representação. Ao longo destes anos, nasceram também escritores que, com mais ou menos regularidade, colaboravam com os seus cidadãos. Nomes como Fernando de Vilhena (*John-Bull*, *Homem-Mulher ou Mulher-Homem?* e *A vingança d'um pobre*), Firmino de Vilhena (*Perdão*, *Período de Sombras*, *A Fábria em Aveiro*, *No farol*, *Estio Festivo*, *Amores no Campo*, *Noivos*, *Mulheres da Cruz Vermelha*, *Renova de Catimbau*), José Pereira Tavares (Tríade de Pangloss e diversos textos para os alunos do Liceu), Alberto Costa (*Frei Gil*), Francisco Palha (*A morte de Catimbau*), Samuel Maia (*D. Dinis*), Aurélio Costa (*Aveiro... Terra de encantos*), António Máximo e Manuel Moreira (*Alhos e bogalhos*), Luís Couceiro (*A caldeirada*), José Meireles (*Ao cantar do galo*) António José Flamengo (*Molho de escabeche*) escreveram a História do teatro em Aveiro.

Por seu lado, os amadores estavam cientes do gosto do público aveirense e, desde aí, não mais deixaram de associar poesia, música, dança e *sketches* – de preferência com sátira local – para obterem algum reconhecimento⁴². Idêntico sucesso contam os académicos, que tantas vezes pisaram as tábuas do aveirense, com as revistas dedicadas a *Pangloss*, nomeadamente a última, representada em 1956, com casa superlotada e muita gente à porta, esperançosa de conseguir um lugar na assistência.

⁴² Mesmo hoje em dia, quando se pergunta a algum idoso nomes de espectáculos do Teatro Aveirense, todos eles citam as revistas dos *Galitos* como as mais belas.

5.2.4 As notícias da imprensa

Sendo a imprensa um veículo de informação por excelência do que se passava pelo país e numa época de poucos meios de comunicação, Aveiro tinha acesso a várias publicações desde o século XIX. Com maior ou menor longevidade, são, por vezes, os únicos vestígios do dinamismo teatral das populações, numa altura em que as idas ao teatro, mais do que um momento de entretenimento, era um autêntico fenómeno social:

A sociedade do teatro declara aqueles senhores que o ignoram, que ela nada embolsa do produto das récitas. O seu fim é unicamente sustentar em Aveiro este pequeno teatro e tirar dali alguma instrução. E por isso pede por muito obséquio aquelas pessoas que tem por costume, logo que entram no teatro, começarem a dar pateada, que sejam mais moderadas; por que, algumas famílias há, que deixam de ir ao teatro por causa destes e outros abusos ali praticados; o que não só reverte prejuízos para a sociedade, mas também desacredita a terra. [*Distrito de Aveiro*, 13 e 17.12.1864]

É nela que se baseia grande parte desta pesquisa, nomeadamente a referente aos princípios dos teatros dos amadores aveirenses. Infelizmente, nem todos os espectáculos foram recenseados pelos periodistas, ou por não terem despertado interesse maior ou por razões editoriais. A imprensa oitocentista (e parte da novecentista) seguia claramente uma facção partidária, utilizando, as suas páginas para atacar outras forças políticas, sendo, por isso, muito facciosa. E este é o maior problema, sobretudo no que diz respeito aos cadastro e à crítica de espectáculos, nomeadamente quando não há outros modos de contraponto.

Lendo atentamente alguns periódicos, é possível verificar uma das seguintes situações:

- a) Se a Direcção que estivesse à frente do Teatro não fosse do agrado ou da cor política do jornal, é certo que a apreciação seria negativa.
- b) Se a Direcção fosse do agrado desse jornal, então as notícias só trariam louvores pelo bom desempenho dos mesmos e desculpas por alguma inevitável falha.

Além dos jornais da terra, também se liam muito os do Porto e do Norte, em geral. Como referido, este facto era tido em conta, no que dizia respeito à publicidade e à crítica

aos que vinham de fora. É que os da terra, como vimos, eram, logo à partida, bem acolhidos:

Veio a Aveiro a empresa Ester Leão-Alexandre de Azevedo. Representaram bem e levaram duas belas peças. No segundo dia sábado não havia na plateia mais do que sem exagero, três dúzias de pessoas.

Num dos intervalos, um sujeito que passava junto de mim, já dizia: “Em Aveiro é sempre assim. Quando é coisa boa, não vem cá ninguém. Sendo borracheira, enche-se o teatro. Está certo. Estúpidos sempre”. [*O Povo de Aveiro*, 25.05.1930]

A influência exercida sob a opinião pública era notória, apesar de poucos periódicos locais se dedicarem à crítica de espectáculos. A maior parte, quando muito, limitava-se a escrever umas pequenas linhas dando conta do acontecimento ou, por vezes, comentando algum *fait-divers*. Outras vezes, o seu parecer variava consoante tivesse recebido, ou não, convite para o mesmo.

Por volta de 1909, como revela Eugénio Pimentel, a secção teatral dos jornais não tem qualquer importância, sendo muitas das notícias previamente escritas pelos empregados dos empresários teatrais.

[...] Porque para quase todos os jornais a secção teatral não a menor importância. Encarregam dela muitas vezes criaturas estranhas à redacção, que trabalham de graça, em troca dos bilhetes de entrada, que no fim duma época representam uma verba importante em prejuízo da empresa. E esses sujeitos, sem responsabilidades e quase sempre sem competência de espécie alguma, escrevem ao sabor das suas conveniências.

Se o autor, empresário, artistas ou, numa palavra, qualquer pessoa das muitas que num teatro estão intimamente ligadas à peça não é da sua simpatia, não há nada de mau que a peça não tenha, não há defeito que o *critico* lhe não aponte.

Mas se a empresa, autor, cenógrafo, artistas, etc., estão nas boas graças do pseudo-jornalista, ó vergonha!, chega-se ao ponto de nos próprios escritórios das empresas teatrais se redigirem, por empregados seus, as notícias que no dia seguinte os jornais dão, chamando a atenção do público e prodigalizando por conta própria os elogios mais pomposos tanto aos empresários como aos artistas, tanto aos autores como aos cenógrafos! [PIMENTEL, 1909: 126-127]

A opinião deste escritor é facilmente deduzida através de uma apreciação aos periódicos locais. *O Povo de Aveiro* – ou *O de Aveiro* (durante o exílio a que foi

obrigado⁴³) – era um jornal muito satírico a tudo o que se fazia na sua terra, defendendo, apenas, os ideais republicanos; não é, pois, de admirar que só aqui se leiam opiniões negativas aos amadores aveirenses.

O Democrata, menos tendencioso e muito defensor dos conterrâneos, nem sempre assistia às peças das companhias visitantes .

O Campeão das Províncias e *O Distrito de Aveiro* são outros títulos que chegaram até nós mas pouco se referem a aspectos culturais da cidade, preferindo a política local e nacional.

Apenas dois jornais se destacam de todos os outros: *Beira-Mar* e *Litoral*. O primeiro, durante várias edições, incluiu crítica a espectáculos, pela pena de um ilustre aveirense: Querubim Vale Guimarães – mais tarde um advogado famoso da cidade – que, ao longo de grandes colunas, discorria sobre o que acontecia não só no burgo, como também em Lisboa. O segundo jornal, começou a publicar-se em 1951 e, além do suplemento literário que esteve na origem do CETA, nunca ignorou o que se passava no palco do Aveirense.

Pontualmente, alguns aveirenses ligados ao meio, também discorriam sobre os espectáculos a que assistiam, publicando as suas impressões quer nos jornais quer em revistas culturais. Nomes como o do Professor António José Tavares, Duarte Simão, Eduardo Cerqueira, entre outros, estão intimamente ligados à (pouca) crítica local que se fazia.

Seja como for, e durante muitos anos, era através da imprensa que o público tomava conhecimento dos espectáculos. Os primeiros programas existentes no arquivo do Teatro Aveirense são posteriores à sua inauguração e, nem todos, foram arquivados. Por outro lado, no século XIX, muitas das notícias publicadas não eram certas, podendo ler-se, com alguma frequência, expressões como “amanhã cremos que haverá récita...”⁴⁴ ou “dizem-nos que haverá...”⁴⁵ e depois, nada mais dizem, ficando assim sem se saber se o

⁴³ Jornal sempre muito polémico, defensor acérrimo dos ideais republicanos e pouco empenhado nos assuntos regionais. Em 1894 é suspenso, após uma campanha contra a Câmara de Lisboa, reaparecendo 5 anos depois. O estilo não muda e, após 1910, o seu proprietário e principal redactor – António Homem Cristo – foi obrigado a exilar-se pelas forças políticas portuguesas, partindo para França onde, na companhia de seu filho – Homem Cristo Filho – publica *O Povo no Exílio*. Dois anos depois, e de regresso a Portugal, publica *O de Aveiro*. No ano seguinte regressa ao título primitivo.

⁴⁴ in, *Campeão das Províncias*, de 15.02.1879

⁴⁵ ibidem, de 13.09.1882

espectáculo se concretizou. Outras vezes, o jornal começava, antecipadamente, a preparar os espectadores para o que se andava a ensaiar ou para o que se poderia ver, brevemente. Quando se tratava de companhias não locais, recorria-se, algumas vezes, a citações dos jornais nacionais, que descreviam o modo como o espectáculo tinha decorrido noutras localidades. E estas opiniões eram de tal modo influentes que, muitas vezes, só após lerem a opinião da imprensa é que as damas se dignavam assistir ao espectáculo:

É também através da imprensa que nos chegam indicações acerca do estado do teatro em Portugal e das dificuldades por que passavam, muitas vezes, as companhias:

Dissemos, no último artigo, da impressão de decadência e de inferioridade que nos deixou a audição das duas récitas [*A pista e A severa*] dadas pela companhia D. Maria no teatro desta cidade.

Essa impressão, afinal, cremos ter sido a de toda a gente que assistiu aqueles dois espectáculos e outra coisa não foi que a constatação do que há muito se lia e ouvia sobre o verdadeiro desmazelo a que se consentiu que chegasse um teatro oficialmente instituído para educar e manter, em toda a sua pureza, as regras e normas da arte clássica de declamação.

Assim como está, sem ordem, sem superioridade, sem grandeza, sem arte e sem artistas, uma perfeita manta de farrapos a desfazer-se, nem é um teatro de reformas, inovador e revolucionário, nem sequer satisfaz ao espírito da lei que o criou. [*Beira-Mar*, de 28.06.1909]

Se dúvidas ainda existissem para demonstrar o grau de decadência atingido pelo teatro português, as duas últimas récitas [*O milagre de Fátima e Fim do mundo*, de Sales Ribeiro] viriam extingui-las por completo a tal extremo de miséria as companhias chegaram por falta de elementos.

A pouco e pouco, aquela plêiade de talentos que era de uso ver-se nos palcos, fazendo arte e empoando as plateias, tem ido desaparecendo sem deixar substitutos [...] [de tal modo que] não há uma companhia em termos. [*O Democrata*, de 17.11.1928]

Tiveram fraca concorrência as récitas da semana passada pela Companhia Palmira Bastos, não obstante as peças, principalmente *O rosário*, serem as melhores do seu repertório. Mas o que se lhe há-de fazer se a decadência do teatro português é uma coisa inevitável perante a divisão dos seus elementos de maior valor?

Além de que a mocidade de hoje também a respeito de teatro não lhe puxa muito... *O foot-ball* e o cinema é outra coisa... [*O Democrata*, de 12.01.1929]

A companhia de revistas Eva Stachino deu, no fim da semana anterior, um espectáculo nesta cidade, não logrando encher a casa que apenas tinha três camarotes ocupados e pouco mais de metade da plateia. [...] o teatro agora é quase todo assim – sem arte, com muita pornografia e o máximo de nu. [*O Democrata*, de 30.01.1936]

Ao longo do século XX, o distrito de Aveiro dava uma grande importância à imprensa, de tal modo que, em 1933/34, este era o distrito com mais jornais publicados, atrás dos de Lisboa e do Porto. [AZEVEDO, 1999: 161-169] Como vimos, a proximidade com o Porto também foi (bem) aproveitada, para publicidade, pelas diversas administrações do Aveirense, uma vez que, à falta de críticos locais de qualidade, a população servia-se das suas crónicas para saber de antemão o que esperar de determinados espectáculos (anexo III, fig. 36).

Os periódicos traziam assim as boas e as más notícias, atraindo ou afastando o público do Aveirense, e alertando-o para o verdadeiro motivo da anulação de espectáculos. Era também a voz do povo anónimo, a voz dos que contestavam as decisões, nem sempre fáceis, das diversas administrações, que, muitas vezes, nem se davam ao trabalho de refutar as notícias. Outras, recorriam aos tribunais.

Reúnem-se hoje em assembleia os accionistas do Teatro Aveirense afim de pedirem à direcção estritas contas da sua administração viciosa e inqualificável. Que todos os sócios cumpram com os deveres da sua consciência, apoiando um voto de censura, que necessariamente há-de ser proposto por algum dos accionistas.

Quem procedeu com tão pouco tino e sensatez não pode por mais tempo permanecer á frente dos negócios d'uma sociedade.

Que se demitam francamente, é o único expediente que lhes resta. [*O Povo de Aveiro*, de 19.03.1882]

6. Conclusão e pistas de trabalho

*Aveiro não progrediu?! Ora o velho!
Então não se mudaram os nomes às ruas?
(Crepúsculo de Pangloss, 1930)*

Como pudemos verificar, se o Teatro Aveirense se manteve activo, ao longo de mais de um século, isso deveu-se a um punhado de homens e mulheres amantes das artes dramáticas. Contra tudo e, muitas vezes, contra todos, conseguiram fazer com que a “arte de Talma” se sustentasse e não definhasse na sua cidade. Quer fizessem parte da Direcção, quer de grupos de curiosos, o dinamismo era sempre o mesmo: trazer espectáculo e alegria à população aveirense uma vez que, de outra forma, a oportunidade de se distraírem era mínima. 125 anos volvidos após a inauguração do Teatro Aveirense, é ainda possível encontrar em Aveiro quem se recorde dos serões proporcionados pelo Cénico dos Galitos, ou pela Companhia Rafael de Oliveira, provavelmente as duas agremiações que granjearam o maior número de admiradores e de espectáculos bem sucedidos.

Graças à actividade itinerante destas companhias é que os públicos das províncias tomavam contacto com o que de melhor ou pior se fazia na capital. Se assim não fosse, as vilas e cidades periféricas ficariam sempre limitadas aos espectáculos das companhias amadoras, ainda que, como procurei mostrar, nem sempre se queixassem de tal facto. Esta presença do teatro, numa cidade como Aveiro, e o extraordinário envolvimento da sua população na realização e fruição de espectáculos teatrais fazem parte da actividade que ao longo de séculos existiu em Portugal. Foi esta faceta original – a criação e desenvolvimento de vários grupos de amadores – que fez com que o Aveirense fosse sempre um espaço muito acarinhado pelos cidadãos. A diversidade das práticas que entusiasmaram os aveirenses exigem que se faça também com elas a História do Teatro em Portugal.

No que diz respeito à História do Teatro Aveirense, muito trabalho ainda está por inventariar e organizar. Há dados que correm o risco de se perderem para sempre, uma vez que, nem toda a gente está sensibilizada para a documentação e, durante anos, esses registos estiveram amontoados na cave do Governo Civil de Aveiro. Não é de admirar o seu estado de degradação. Além disso, o que, neste momento, está em arquivo carece de correcção. Há programas com datas escritas a lápis, outros rasurados e outros guardados fora do seu ano. Como exemplo, destaco um programa com Beatriz Costa, que consta junto de material do fim do século XIX; ou um outro no qual alguém escreveu a data a lápis, sem reparar que já lá havia um ano, mas diferente desse; também se vêem arquivados, antes da Implantação da República, programas com os preços em escudos. Para lá destes erros

grosseiros, por vezes, não há certezas de que o espectáculo se realizou. É preciso comparar apontamentos e comprovar a veracidade dos mesmos, tendo em conta algumas condicionantes:

Se amanhã alguém quiser fazer um estudo acerca do teatro português, há-de ver-se completamente embaraçado porque não tem os elementos necessários para o fazer [...]. E tudo isto porque em Portugal, [onde] o desleixo e o desprezo andam de mãos dadas. [*O Teatro*, nº2, pág.1]

Em termos de trabalho futuro, seria bastante pertinente a criação de uma Base de Dados local, à semelhança da existente no Centro de Estudos de Teatro – CETbase – para que os programas e cartazes, ficassem compilados e, de uma forma simples, todos os interessados a elas acessem de uma forma clara, compreensível e atractiva.

BIBLIOGRAFIA**ACTIVA**

- Programas e cartazes constantes no arquivo do Teatro Aveirense, sem qualquer tratamento ou cota.
- Actas da Direcção do Teatro Aveirense (Julho de 1881-1912).
- Diário Auxiliar (1901-1942).
- Diversos livros de Receitas e Despesas.
- Cópias da correspondência enviada, pelo Teatro Aveirense, constantes nos livros “O copiador”.
- Manuscritos diversos em arquivo, no Teatro Aveirense, sem cota.
- Aveiro Antigo - Catálogo da Exposição de Fotografias, Câmara Municipal de Aveiro, 2001

PASSIVA

1. GERAIS:

AA VV

1982 *Dicionário de História de Portugal Ilustrado*. Lisboa: Círculo de Leitores.

ALMEIDA, Fialho de

1970 *Actores e autores*, Lisboa: Clássica Editora, 3º Edição.

AMARAL, Diamantino Antunes do

1976 *Coisas do passado de Aveiro, desenterradas da poeira dos arquivos*. Coimbra: Imprensa de Coimbra.

AMORIM, Inês

1996 *Aveiro e a sua Provedoria no séc. XVIII*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

BASTOS, Sousa

1898 *A Carteira do Artista. Apontamentos para a história do teatro português e brasileiro acompanhados de notícias sobre os principais artistas, escritores e compositores estrangeiros.* Lisboa: Antiga Casa Bertrand.

1908 *Dicionário de Teatro Português.* Coimbra: Imprensa Libano da Silva, (edição fac-similada, Minerva, 1994).

1947 *Recordações de Teatro.* Lisboa: Editorial Século.

CARVALHO, J. M. Teixeira de

1925 *Teatro e Artistas.* Coimbra: Imprensa da Universidade.

CERQUEIRA, Eduardo

1974 *Considerações sobre a Gente de Aveiro.* Separata da revista “Aveiro e o seu distrito”.

CRUZ, Duarte Ivo

1983 *Introdução à História do Teatro Português.* Lisboa: Guimarães Editores.

DIAS, Francisco da Encarnação

1999 *Teatro Aveirense, Histórias e Memórias.* Aveiro: Fedrave.

GAMBOA, José

1949 *De teatro.* Lisboa: Edição do autor.

GOMES, Marques

1875 *Memórias de Aveiro.* Aveiro.

1877 *O Districto de Aveiro.* Coimbra: Imprensa da Universidade.

LOPES, Maria Virgílio Cambraia

2005 *O teatro n'A Parodia de Rafael Bordalo Pereira.* Lisboa: INCM.

PAVIS, Patrice

2001 *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Editora Perspectiva.

PIMENTEL, Eugénio

1909 *A vida d'um Theatro*. Porto: Editor Francisco J. d'Almeida.

REBELLO, Luís Francisco

1984 *100 anos de Teatro Português*. Porto: Brasília Editora.

1967 *História do Teatro Português*. Lisboa: Publicações Europa-América.

REBELO, Fernando

1979 *Aveiro e sua região*. Aveiro: Comissão Municipal de Turismo.

RODRIGUES, Manuel Ferreira

1998 *A Fundação da Associação Comercial de Aveiro e o Estado da Barra em Meados do Século XIX*. Aveiro: Associação Comercial de Aveiro.

QUADROS, Rangel de

s/d *Apontamentos históricos*. Aveiro.

SANTOS, Graça dos

2004 *O espectáculo desvirtuado, o teatro português sob reinado de Salazar*. Lisboa: Caminho.

SOARES, José

1904 *A Higiene d'Aveiro*. Porto: Imprensa Civilização.

SOUTO, Alberto

1952 *Aveiro*. Porto: Marques Abreu.

SOUTO, Dulce Alves

1958 *Origens de uma feira secular: a feira de Março de Aveiro*. Separata do nº 1398 do

Correio do Vouga, de 17 de Maio de 1958, Aveiro.

TAVARES, José Pereira

- 1937 *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Volume III, Aveiro.
1940 *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Volume VI, Aveiro.
1947 *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Volume XIII, Aveiro.
1955 *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Volume XXI, Aveiro.
1961 *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Volume XXVII, Aveiro.

VASCONCELLOS, Luiz Paulo

- 2001 *Dicionário de Teatro*. São Paulo: L&PM.

VASCONCELOS, Ana Isabel

- 2003 *O Teatro em Lisboa no tempo de Almeida Garrett*. Lisboa: IPM, Museu do Teatro.
2004 *O Teatro em Lisboa no tempo da Primeira República*. Lisboa: IPM, Museu do Teatro.

VIDAL, João Evangelista de Lima

- 1967 *Aveiro, suas gentes terras e costumes*. Águeda: Junta Distrital de Aveiro.

VIEIRA, Joaquim

- 1999 *Portugal, Século XX, Crónica em Imagens*. Lisboa: Círculo de Leitores.

S/N

- 1947 *Cantares de Aveiro*. Porto: Tipografia Civilização.

2. ANALÍTICOS DE PERIÓDICOS

2.1. Locais⁴⁶:

- *Actor Errante (O)*: 1906-1909⁴⁷
- *Aveirense (O)*: 1854, 1907
- *Aveiro e o seu distrito: um quarto de século da revolução nacional*: 1954
- *Aveiro, Veneza de Portugal*, Edição do Grupo de Excursionistas “Relembrando o passado”: 1938
- *Aveiro Veneza Portuguesa*, Revista de Turismo: 1972
- *Aveiro*, Edição da Câmara Municipal de Aveiro: 1997
- *Aveiro*, Comissão de Turismo: 1943
- *Boletim Municipal de Aveiro*: nº17, 1991
- *Beira-Mar*: 1908-1910
- *Campeão das Províncias (O)*: 1859-1924
- *Campeão do Vouga (O)*: 1852-1859
- *Clamor*: 1913-1918
- *Conquistador*: 1912
- *Correio de Aveiro (O)*: 1909-1910
- *Correio do Vouga (O)*: 1856-1859 e 1908-1910
- *Democrata: 1908-1952* (não se publicou de 13 Fevereiro de 1909 a 19 de Fevereiro, de 1910)
- *Distrito de Aveiro (O)*: 1861-1868, 1874-1875, 1907-1909 e 1916-1919
- *Época (A)*: 1885
- *Eva*, separata de 24 páginas a cores sobre Aveiro, nº 1126: Novembro, 1965
- *Jornal de Aveiro*: 1898
- *Justiça*: 1911
- *Labor*: nº 119 (provavelmente 1941)
- *Liberdade*: 1911
- *Litoral*: Desde 1954

⁴⁶ Indica-se, também, os anos perscrutados. No entanto, alguns números não se encontram disponíveis nas bibliotecas consultadas (Nacional, Municipal do Porto e Municipal de Aveiro), podendo ler a sua edição digital em <http://www.cm-aveiro.pt/bibria/Forms/AdvancedSearch.aspx>.

⁴⁷ Pertencia ao Teatro Lisbonense e era publicado a partir da Golegã mas, após 17 de Janeiro de 1909, passa a ter uma edição local, e a ser suplemento do jornal aveirense *A Vitalidade*.

- *Mafarrico*: 1908 a 09
- *Povo de Aveiro (O), e O de Aveiro*: 1882-1924
- *Povo Livre*: 1911 a 12
- *Proletário (O)*: 1907
- *Progresso de Aveiro*: 1900
- *Relembrando o passado* (nº único) - Jornal de Propaganda de Aveiro, Edição do Grupo de Excursionistas “Relembrando o passado”: 1935
- *Revista Portuguesa*: nº 59 (1954) e nº 73 (1959)
- *Simples*: 1920
- *Satírico*: 1910
- *Sucessos (Os)*: 1907-1921
- *Veneza de Portugal (A)*: 1914
- *Verdade (A)*: 1910-11
- *5 de Outubro (O)*: 1911

2.2. Nacionais:

- *A Companhia Rosas & Brasão*, catálogo de exposição: 1979
- *Guia de Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian: 1987 (Volume 3)
- *Diário de Notícias*: 1881
- *Ocidente (O)*: 1881
- *Palco (O)*: 1880
- *Primeiro de Janeiro (O)*: 1881
- *República*: 1957
- *Século (O)*: 1881
- *Teatro (O)*: 1913